

Prospecto de Distribuição Pública do

KINEA I PRIVATE EQUITY FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF n.º 10.545.324/0001-69

O Kinea I Private Equity Fundo de Investimento em Participações (“Fundo”), constituído sob a forma de condomínio fechado nos termos da Instrução CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada, da Comissão de Valores Mobiliários (“ICVM 391/03” e “CVM”, respectivamente), oferta até 260.000 (duzentas e sessenta mil) quotas, em série única, com valor unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada, na Data de Início do Fundo, conforme definido neste Prospecto (“Quotas” e “Oferta”, respectivamente), perfazendo o montante de até

R\$ 260.000.000,00

(duzentos e sessenta milhões de reais)

Código ISIN das Quotas: BRKINECTF005

Administração e Distribuição

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Estruturação e Gestão

KINEA INVESTIMENTOS LTDA.

O Fundo e a distribuição de suas Quotas foram registrados na CVM em 26 de janeiro de 2009 sob o n.º CVM/SRE/RFP/2009/003.

O Fundo foi constituído pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteira por meio do Ato Declaratório CVM n.º 2.528, de 29 de julho de 1993, publicado no Diário Oficial da União de 29 de julho de 1993, com sede na Cidade de São Paulo - SP, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31, na qualidade de administrador do Fundo (“Administrador”), por meio do Termo de Constituição de Fundo de Investimento em Participações, datado de 15 de dezembro de 2008, sendo que o referido Termo e o regulamento do Fundo foram registrados no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da Cidade de São Paulo - SP, em 16 de dezembro de 2008, sob o n.º 3339588 (“Regulamento”).

O Fundo será gerido pela Kinea Investimentos Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício da atividade de gestão de carteira por meio do Ato Declaratório CVM n.º 9.518, de 19 de setembro de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 20 de setembro de 2007, com sede na Cidade de São Paulo - SP, na Rua Minas da Prata, n.º 30, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.604.187/0001-44 (“Gestor”).

O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, pela ICVM 391/03, bem como pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Somente Investidores Qualificados, nos termos da regulamentação editada pela CVM, poderão adquirir Quotas do Fundo.

O PRESENTE PROSPECTO CONTÉM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DAS NORMAS EMANADAS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL (“BACEN”) E PELA CVM.

O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR, DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DAS QUOTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS, OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS AO FUNDO.

ESTE PROSPECTO NÃO DEVE SER CONSIDERADO UMA RECOMENDAÇÃO DE COMPRA DE QUOTAS DO FUNDO. AO CONSIDERAR A AQUISIÇÃO DE QUOTAS, POTENCIAIS INVESTIDORES DEVERÃO REALIZAR SUA PRÓPRIA ANÁLISE E AVALIAÇÃO SOBRE O FUNDO. O PRESENTE PROSPECTO FOI ELABORADO EM CONSONÂNCIA COM AS DISPOSIÇÕES DO REGULAMENTO DO FUNDO, PORÉM NÃO O SUBSTITUI. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTA PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO ÀS CLÁUSULAS DO REGULAMENTO RELATIVAS AO OBJETIVO DO FUNDO, À SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E À COMPOSIÇÃO DE SUA CARTEIRA, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DA SEÇÃO VI, “FATORES DE RISCO”, NAS PÁGINAS 21 A 25 DESTA PROSPECTO.

ADICIONALMENTE, AINDA QUE O ADMINISTRADOR E O GESTOR MANTENHAM SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO, NÃO HÁ GARANTIA DE ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E, CONSEQUENTEMENTE, PARA O INVESTIDOR. QUALQUER RENTABILIDADE OBTIDA PELO FUNDO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA. O FUNDO NÃO CONTA COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR, DE QUALQUER PARTE A ELES RELACIONADA, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC.

TODO QUOTISTA, AO INGRESSAR NO FUNDO, DEVERÁ ATESTAR, POR MEIO DE TERMO DE CIÊNCIA DE RISCO E DE ADESÃO AO REGULAMENTO, QUE RECEBEU EXEMPLAR DESTA PROSPECTO E DO REGULAMENTO, QUE TOMOU CIÊNCIA DOS OBJETIVOS DO FUNDO, DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA (INCLUSIVE QUANTO À POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS), DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DEVIDA AO ADMINISTRADOR E DA TAXA DE PERFORMANCE DEVIDA AO GESTOR, DOS RISCOS ASSOCIADOS AO SEU INVESTIMENTO NO FUNDO E DA POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA DE VARIAÇÃO E/OU PERDA NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO, E, CONSEQUENTEMENTE, DE PERDA, PARCIAL OU TOTAL, DO CAPITAL INVESTIDO PELO INVESTIDOR.

O FUNDO SOMENTE PODERÁ OPERAR NO MERCADO DE DERIVATIVOS PARA FINS DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL, MEDIANTE A PARTICIPAÇÃO EM OPERAÇÕES COM OPÇÕES QUE TENHAM COMO ATIVO SUBJACENTE VALORES MOBILIÁRIOS QUE INTEGREM A CARTEIRA DO FUNDO OU NO QUAL HAJA DIREITO DE CONVERSÃO. TAIS ESTRATÉGIAS DE DERIVATIVOS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM PERDAS PATRIMONIAIS PARA OS QUOTISTAS DO FUNDO.

QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O FUNDO, ESTA OFERTA, A NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS DESTA OFERTA E ESTE PROSPECTO PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO AO ADMINISTRADOR, AO GESTOR E À CVM.

AS QUOTAS OBJETO DA OFERTA NÃO SERÃO NEGOCIADAS EM BOLSA DE VALORES OU EM SISTEMA DE MERCADO DE BALCÃO, NÃO PODENDO SER ASSEGURADA A DISPONIBILIDADE DE INFORMAÇÕES SOBRE OS PREÇOS PRATICADOS OU SOBRE OS NEGÓCIOS REALIZADOS.

AS QUOTAS PODERÃO SER REGISTRADAS PARA NEGOCIAÇÃO APÓS O ENCERRAMENTO DO PERÍODO DE INVESTIMENTO, NOS TERMOS DO REGULAMENTO

Administrador



Gestor



Custodiante



A data deste Prospecto é 12 de agosto de 2009.

ÍNDICE

I.	DEFINIÇÕES.....	7
II.	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO FUNDO	12
III.	DECLARAÇÕES E RESSALVAS	15
	Declarações.....	15
	Ressalvas.....	15
IV.	SUMÁRIO DA OFERTA.....	16
	Informações Gerais	16
	Cronograma da Oferta	16
	Divulgação de Informações Relacionadas à Oferta	16
	Alteração das Circunstâncias, Suspensão, Cancelamento, Revogação e Modificação da Oferta	16
	Distribuição das Quotas	18
	Direitos, Vantagens e Restrições das Quotas.....	18
V.	IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO E DA OFERTA	19
	Administrador.....	19
	Gestor	20
	Custodiante	20
	Auditor Independente.....	20
VI.	FATORES DE RISCO	21
	Riscos de Não Realização do Investimento	21
	Riscos de Liquidez	22
	Riscos relacionados às Companhias Investidas	22
	Riscos de Concentração da Carteira do Fundo	23
	Riscos de Mercado.....	23
	Riscos de Crédito	24
	Risco de Descontinuidade.....	24
	Risco de Derivativos	24
	Risco relacionado a Fatores Macroeconômicos e Regulatórios.....	24
	Outros Riscos Exógenos ao Controle do Administrador e Gestor.....	25
	Risco de Patrimônio Negativo.....	25
VII.	VISÃO GERAL DA SOCIEDADE E ECONOMIA BRASILEIRAS.....	26
	Sociedade	26
	Economia	27
	Crise Internacional de Liquidez.....	28
	Oportunidades e Desafios	29
VIII.	CARACTERÍSTICAS DO FUNDO.....	30
	Forma, Base Legal e Prazo de Duração	30
	Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento	30
	Inadequação de Investimento	30
	Objetivo do Fundo	30
	<i>Uso dos Recursos do Fundo não investidos nas Companhias Investidas.....</i>	31
	Administração e Gestão do Fundo	32
	Administrador	32
	Gestor	32
	Renúncia, Destituição e Descredenciamento do Administrador.....	32
	Vedações ao Administrador.....	33
	Remuneração do Administrador.....	33
	Taxa de Ingresso.....	34

Demais Prestadores de Serviço do Fundo	34
<i>Custodiante</i>	34
<i>Auditor Independente</i>	34
Política de Investimento do Fundo e Composição da Carteira	35
Condições Precedentes ao Investimento	35
Limitações ao Investimento	36
Período de Investimentos	36
Política de Contabilização, Provisionamento e Baixa de Investimentos	37
Demonstrações Financeiras	38
Exercício Social do Fundo	38
Comitê de Investimento e Realização de Investimentos	38
<i>Funções e Atribuições do Comitê de Investimento</i>	38
<i>Composição do Comitê de Investimento</i>	39
<i>Reuniões do Comitê de Investimento</i>	39
<i>Realização de Investimentos</i>	39
Emissão, Integralização, Distribuição, Amortização e Negociação das Quotas	40
<i>Emissão e Subscrição de Quotas</i>	40
<i>Direitos, Vantagens e Restrições das Quotas</i>	41
<i>Distribuição de Quotas</i>	42
<i>Demonstrativo dos Custos da Distribuição</i>	43
<i>Integralização de Quotas</i>	43
<i>Comprovante de Titularidade</i>	44
<i>Resgate de Quotas</i>	44
<i>Amortização de Quotas</i>	44
<i>Negociação de Quotas</i>	45
Eventos de Avaliação	46
Liquidação	46
Liquidação Antecipada	46
Forma de Liquidação	46
Encargos do Fundo	47
<i>Tributação Aplicável aos Quotistas do Fundo</i>	48
<i>Tributação Aplicável ao Fundo</i>	51
Assembleia Geral de Quotistas	51
Potencial Conflito de Interesses	51
Divulgação de Fato Relevante	51
Remessa de Demonstrações Financeiras e outros Documentos	52
Sucessão dos Quotistas	52
Correspondência Eletrônica	52
Arbitragem e Foro	52
Solução Amigável de Conflitos	52
Atendimento aos Quotistas	53
<i>Administrador</i>	53
<i>Gestor</i>	53
<i>CVM</i>	53
IX. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	54
Relacionamento entre o Administrador e o Gestor	54
Relacionamento entre o Administrador e o Custodiante	54
Relacionamento entre o Administrador e os Auditores Independentes	55
X. SUMÁRIO DOS CONTRATOS	56
Contrato de Gestão de Carteira de Fundo de Investimento em Participações	56

	Contrato de Custódia e Controladoria.....	56
	Instrumento Particular de Compromisso de Investimento	56
	Boletim de Subscrição	56
	Termo de Ciência de Risco e de Adesão ao Regulamento	56
XI.	ANEXOS	58
	Cópia do Termo de Constituição de Fundo de Investimento em Participações	59
	Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto	60
	Cópia da Declaração do Administrador nos termos do Artigo 56, da ICVM 400/03.	61
	Modelo do Boletim de Subscrição	62
	Modelo do Instrumento Particular de Compromisso de Investimento	63
	Modelo do Termo de Ciência de Risco e de Adesão ao Regulamento	64

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

I. DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, serão considerados os termos e as definições abaixo descritas, no singular ou no plural. Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, e que não tenham sido definidos nesta seção, terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto, bem como no Regulamento do Fundo. Serão adotadas por referência, adicional e subsidiariamente, as demais definições constantes da ICVM 391/03.

Administrador	Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., bem como qualquer outra instituição que a suceda como administrador do Fundo.
Auditor Independente	PriceWaterhouse Coopers Auditores Independentes, bem como qualquer outra empresa de auditoria que a suceda como auditor independente.
BACEN	Banco Central do Brasil.
Boletim de Subscrição	Documento por meio do qual os Quotistas subscreverão as Quotas e que será celebrado durante o Período de Distribuição.
Capital Comprometido	Valor total do Capital Comprometido de todos os Quotistas.
Capital Comprometido do Quotista	Valor de recursos que cada investidor, nos termos dos respectivos Instrumentos Particulares de Compromisso de Investimento, obriga-se a aportar no Fundo, mediante uma ou mais integralizações de Quotas, a ser atualizado pelo IPCA, conforme previsto no Regulamento e no respectivo Boletim de Subscrição.
Capital Integralizado	Valor total das Quotas integralizadas.
CETIP	Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
Comitê de Investimento	Órgão deliberativo do Fundo, composto por membros nomeados pelo Gestor e Quotistas, responsável, dentre outras várias atribuições, por deliberar sobre as Propostas de Investimento e, quando necessário, sobre as Propostas de Desinvestimento, por acompanhar o desempenho da carteira do

	Fundo por meio dos relatórios do Gestor, e por indicar os representantes do Fundo que comporão o conselho de administração, diretoria e outros órgãos das Companhias Investidas, conforme aplicável.
Companhias Alvo	Companhias abertas ou fechadas brasileiras que possam ser objeto de Propostas de Investimento do Fundo.
Companhias Investidas	Companhias abertas ou fechadas brasileiras, que atendam, no momento da aprovação do investimento pelo Comitê de Investimento, aos requisitos previstos no Capítulo IV do Regulamento, e que recebam aporte de recursos do Fundo.
Contrato de Gestão	Contrato de Gestão da Carteira do Fundo celebrado entre o Fundo e o Gestor.
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional editado pelo Banco Central do Brasil.
Custodiante	Banco Itaú S.A., instituição legalmente habilitada e contratada pelo Fundo, representado pelo Administrador, para a prestação dos serviços de custódia e escrituração das Quotas.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data de Início do Fundo	Data informada pelo Administrador, que deverá ocorrer em até 3 (três) anos a contar da data de registro do Fundo na CVM, após o Fundo atingir o Capital Comprometido de, no mínimo, R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de Reais).
Fundo	Kinea I Private Equity Fundo de Investimento em Participações.
Gestor	Kinea Investimentos Ltda., bem como qualquer instituição que venha a sucedê-la.
ICVM 391/03	Instrução CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada, da CVM.
ICVM 400/03	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, da CVM.

ICVM 409/04	Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, da CVM.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo adotando metodologia de apuração e cálculo semelhante.
Instrumento Particular de Compromisso de Investimento	Documento celebrado entre o Administrador, em nome do Fundo, e o investidor, que se compromete a subscrever Quotas durante o Período de Distribuição e a integralizar Quotas sempre que houver chamadas por parte do Administrador.
Investidores Qualificados	Pessoas físicas ou jurídicas que se adequem à definição de investidor qualificado prevista no Artigo 5º da ICVM 391/03 e no Artigo 109 da ICVM 409.
Parâmetro de Referência	Significa o parâmetro de referência do Fundo, que é igual ao IPCA acrescido de 8% (oito por cento) ao ano (IPCA + 8% aa).
Patrimônio Líquido	Soma algébrica do valor da carteira do Fundo, mais os valores a receber pelo Fundo, menos as exigibilidades do Fundo.
Partes Relacionadas	Entidades físicas ou jurídicas, com as quais uma companhia tenha possibilidade de contratar em condições que não sejam as de comutatividade e independência que caracterizam as transações com terceiros alheios a companhia, ao seu controle gerencial ou a qualquer outra área de influência.
Período de Desinvestimento	Período compreendido entre a data de encerramento do Período de Investimento e o final do Prazo de Duração do Fundo.
Período de Distribuição	Período de distribuição pública de Quotas, que será de 6 (seis) meses a contar da data de publicação do Anúncio de Início de Distribuição da respectiva emissão de Quotas, prorrogável por mais 6 (seis) meses.

Período de Investimentos	Prazo de 4 (quatro) anos contados da Data de Início do Fundo, em que o Fundo poderá realizar investimentos nas Companhias Alvo, conforme os procedimentos descritos no Regulamento.
Potencial Conflito de Interesses	Qualquer transação entre (i) o Fundo e Partes Relacionadas; e (ii) as Partes Relacionadas e as Companhias Alvo, que deverá ser levada ao conhecimento do Comitê de Investimento.
Prazo de Duração	Prazo de 8 (oito) anos contados da Data de Início do Fundo, prorrogável por até 2 (dois) anos, mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas.
Proposta de Desinvestimento	Proposta submetida pelo Gestor ao Comitê de Investimento, quando aplicável, para venda dos títulos e valores mobiliários de emissão de Companhias Investidas.
Proposta de Investimento	Proposta submetida pelo Gestor ao Comitê de Investimento para aquisição de títulos e valores mobiliários de emissão das Companhias Alvo.
Prospecto	Prospecto de Distribuição Pública do Kinea I Private Equity Fundo de Investimento em Participações
Quotas	Frações ideais do patrimônio do Fundo, de classe única, nominativas e escriturais, de emissão do Fundo.
Quota Corrigida pelo Parâmetro de Referência	Valor da Quota Inicial corrigido pelo Parâmetro de Referência, desde a Data de Início do Fundo até a data do cálculo, calculada pro rata temporis (base 252 dias úteis). Caso na data do cálculo da correção a variação acumulada do IPCA do mês em questão não estiver sido divulgada, deverá ser utilizado o IPCA projetado para o mês.
Quota do Dia	Valor unitário da Quota calculado pela divisão do Patrimônio Líquido, na data do cálculo, dividido pelo número total de Quotas integralizadas.
Quota Inicial	Valor unitário de emissão da Quota, igual a R\$ 1.000,00 (um mil Reais).

Quotistas	Investidores Qualificados detentores das Quotas emitidas pelo Fundo.
Regulamento	Regulamento do Fundo aprovado e promulgado conforme o Termo de Constituição de Fundo de Investimento em Participações, datado de 15 de dezembro de 2008, e registrado no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 16 de dezembro de 2008, sob o n.º 3339588.
Retorno Preferencial	Retorno preferencial equivalente a 8% (oito por cento) ao ano aplicável sobre o montante correspondente ao valor total do custo de aquisição das Quotas integralizadas por cada Quotista, calculado a partir da data da respectiva integralização das Quotas até a data da efetiva distribuição de recursos recebidos em decorrência da alienação de Investimentos.
SELIC	Taxa de Juros - Sistema Especial de Liquidação e Custódia
Taxa de Administração	Remuneração que o Administrador receberá a partir da Data de Início do Fundo, que corresponderá a 2% (dois por cento) ao ano sobre o valor do Capital Comprometido do Fundo.
Taxa de Ingresso	Tem o significado previsto neste Prospecto e no Artigo 35, Parágrafo 8º do regulamento do Fundo.
Taxa de Performance	Tem o significado previsto neste Prospecto e no Artigo 12 do regulamento do Fundo.
Termo de Ciência de Risco e de Adesão ao Regulamento	Instrumento celebrado pelo Quotista nos termos do qual este toma ciência do Regulamento, da política de investimento e dos riscos do Fundo, e concorda com seus termos.
Valor Mínimo de Investimento	R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil Reais).

II. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

Deliberação do Administrador	O Fundo foi constituído por deliberação do Administrador em 15 de dezembro de 2008, sendo que o Termo de Constituição de Fundo de Investimento em Participações e o Regulamento do Fundo foram registrados no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da Cidade de São Paulo - SP, em 16 de dezembro de 2008, sob o n.º 3339588.
Denominação	Kinea I Private Equity Fundo de Investimento em Participações
CNPJ	10.545.324/0001-69
Forma de constituição	condomínio fechado, não admitindo o resgate de suas Quotas a qualquer momento durante o Prazo de Duração.
Administração e Distribuição	Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Estruturação e Gestão	Kinea Investimentos Ltda.
Custodiante	Banco Itaú S.A.
Auditor Independente	Price WaterhouseCoopers Auditores Independentes
Objetivo de Investimento do Fundo	O objetivo do Fundo é buscar proporcionar a seus Quotistas a valorização de capital a longo prazo por meio do investimento em ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão das Companhias Investidas.
Classes de Quotas	As Quotas do Fundo serão de classe única.
Número de Quotas a serem emitidas	260.000 (duzentas e sessenta mil) Quotas.
Preço de Emissão	R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada.
Forma de Colocação das Quotas	Pública.
Público Alvo	O Fundo, a critério do Administrador, e considerando-se, preferencialmente, as suas relações com clientes e outras ponderações de natureza comercial ou estratégica, receberá recursos de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou não-residentes no país que (i) sejam Investidores Qualificados; e (ii) busquem retorno,

no longo prazo, compatível com a Política de Investimento do Fundo e que aceitem os riscos inerentes a tal investimento.

Valor Mínimo de Investimento

R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil Reais).

Valor Total da Emissão

R\$ 260.000.000,00 (duzentos e sessenta milhões de Reais).

Inadequação do Investimento

A presente distribuição de Quotas é inadequada para os investidores que não sejam Investidores Qualificados ou que não estejam dispostos a aceitar os riscos condizentes com o investimento no Fundo e sua política de investimentos. Os investidores interessados devem atentar para sua possível inadequação à presente distribuição de Quotas, uma vez que o Fundo se destina exclusivamente a investidores que tenham a especialização e conhecimento suficientes para tomar decisão de investimento fundamentada. Apesar de alto grau de qualificação dos investidores alvo dessa distribuição, recomenda-se que, no contexto da distribuição, os Investidores Qualificados entrem em contato com seus advogados, contadores, consultores financeiros, bem como quaisquer outros profissionais que julguem adequados para avaliar os riscos inerentes ao investimento no Fundo.

Negociação de Quotas em mercado secundário

As Quotas poderão ser negociadas privadamente, observado que: (i) tal negociação somente será admitida após o encerramento do Período de Investimentos e após sua integralização, e (ii) será admitida a negociação de parcela de Quotas de um mesmo Quotista, desde que, como resultado da negociação, o valor da totalidade das Quotas detidas pelo Quotista adquirente ou pelo Quotista alienante não seja inferior ao Valor Mínimo de Investimento.

As Quotas poderão também ser registradas para negociação em um ou mais mercado de bolsa ou balcão organizado, a critério do Administrador, após o encerramento do Período de Investimento, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição seja feita por Investidores Qualificados. O Quotista que desejar alienar publicamente suas Quotas deverá antes oferecer aos demais Quotistas a oportunidade de adquirir tais Quotas nos termos do Regulamento. A negociação pública das Quotas só poderá ocorrer após o encerramento do Período de Investimentos. As Quotas também poderão ser registradas para custódia no SF – Módulo de Fundos administrado e operacionalizado pela Cetip, sendo a liquidação financeira dos eventos envolvendo as quotas custodiadas realizada na CETIP.

Taxa de Administração e demais encargos	As despesas e encargos previstos no Regulamento, bem como a Taxa de Administração e a Taxa de Performance, serão suportados pelo Fundo. Não será cobrada taxa de saída dos Quotistas.
Taxa de Ingresso	Os investidores que subscreverem Quotas após o primeiro período de integralização estarão sujeitos ao pagamento de Taxa de Ingresso, conforme previsto no Parágrafo 8º do Artigo 35 do Regulamento.
Publicidade	Os atos ou fatos relevantes que possam influenciar, direta ou indiretamente, as decisões de investimento no Fundo, bem como quaisquer outras informações a ele relacionadas, serão imediatamente informados à CVM e divulgados aos Quotistas por meio de publicação no DCI – Diário Comércio Indústria & Serviços ou por meio do envio de correspondência eletrônica ou correspondência registrada para o endereço indicado pelo Quotista no Termo de Ciência de Risco e de Adesão ao Regulamento, bem como por meio da sua disponibilização no site do Gestor na Internet.
Informações Adicionais	Quaisquer informações adicionais sobre o Fundo e/ou a Oferta poderão ser obtidas junto ao Administrador, ao Gestor, ou à CVM.

III. DECLARAÇÕES E RESSALVAS

Declarações

Nos termos do Artigo 56, da ICVM n.º 400/03, o Administrador, em nome próprio e na qualidade de representante legal do Fundo, declara que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo junto à CVM e fornecidas ao mercado até esta data; e (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos potenciais investidores, da Oferta, das Quotas, do Fundo e da política de investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, e suficientes à tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada pelo Sr. Nílvio Ventura Fecchio, na qualidade de diretor estatutário do Administrador.

Ressalvas

Eventuais assunções, previsões e demais expectativas futuras constantes deste Prospecto estão sujeitas às incertezas de natureza econômica fora do controle do Fundo, do Administrador ou do Gestor, e não devem ser entendidas como promessa ou garantia de resultados futuros ou de performance. Potenciais investidores deverão conduzir suas próprias investigações sobre tendências ou previsões discutidas ou inseridas neste Prospecto, bem como sobre as metodologias e assunções em que se baseiam as discussões dessas tendências e previsões. O Administrador recomenda a leitura deste Prospecto, em especial da seção “Fatores de Risco”, e do Regulamento do Fundo.

IV. SUMÁRIO DA OFERTA

Informações Gerais

Cronograma da Oferta

Encontra-se, abaixo, cronograma estimado das etapas da Oferta, do qual constam os seus principais eventos, sendo que as datas são meramente indicativas e poderão sofrer alterações.

Eventos	Datas Previstas
Registro Automático da Oferta junto à CVM	05/01/09
Publicação do Anúncio de Início	15/01/09
Disponibilização do Prospecto Definitivo	15/01/09
Subscrição de Quotas	16/01/09
Encerramento da Oferta Pública	14/07/09
Data máxima para publicação do Anúncio de Encerramento	16/07/09

Durante o período compreendido entre a publicação do Anúncio de Início e a publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta, será realizada a distribuição pública das Quotas ao Público Alvo. Nesse intervalo, os investidores interessados (i) poderão manifestar a aceitação da Oferta, sendo que somente será admitida a revogação da aceitação da Oferta pelo investidor na hipótese de suspensão, cancelamento ou revogação da Oferta, conforme disposto abaixo e (ii) subscreverão Quotas, mediante assinatura do Boletim de Subscrição.

As integralizações de Quotas ocorrerão na medida em que o Administrador realizar chamadas de capital, nos termos dos Instrumentos Particulares de Compromisso de Investimento celebrados com cada Quotista.

Não será dada garantia firme à Oferta das Quotas pelo Administrador. Não haverá entrega de certificados, tendo em vista que a comprovação de titularidade se dará com a escrituração das Quotas em nome dos respectivos Quotistas nos livros do Fundo.

Não haverá devolução ou reembolso de valores aos investidores. As Quotas serão resgatadas após o término do Prazo de Duração do Fundo e serão amortizadas em conformidade com o Capítulo VIII, que trata especificamente das condições e periodicidade de amortização de Quotas.

Divulgação de Informações Relacionadas à Oferta

As informações relacionadas ao Fundo e à Oferta das Quotas serão encaminhadas à CVM e divulgadas a Quotistas e potenciais investidores por meio (i) de publicação no DCI – Diário Comércio Indústria & Serviços, ou (i) de envio de correspondência eletrônica ou registrada no endereço indicado pelo Quotista no Termo de Ciência de Risco e de Adesão ao Regulamento ou (iii) do site do Gestor na Internet.

Alteração das Circunstâncias, Suspensão, Cancelamento, Revogação e Modificação da Oferta

O Administrador dará conhecimento, por meio de comunicação escrita, da suspensão ou cancelamento da Oferta aos investidores que já a tenham aceitado, facultando-lhes, na hipótese

de suspensão, a possibilidade de manifestarem-se, por meio de comunicação escrita destinada ao Administrador, sobre a revogação de sua aceitação até o quinto dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação.

Terão direito à restituição integral de todos os valores, bens e direitos eventualmente dados em contrapartida à integralização de Quotas, (i) todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, e (ii) todos os investidores que optarem pela revogação de sua aceitação, na hipótese de suspensão.

Com relação à hipótese de suspensão da Oferta, o Administrador deverá restituir aos investidores que tenham optado pela revogação de sua aceitação todos os valores, bens e direitos eventualmente integralizados, sem qualquer remuneração ou correção monetária, no prazo de 03 (três) dias úteis contados do recebimento da comunicação do investidor pelo Administrador. A restituição será realizada mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN.

Com relação ao cancelamento da Oferta, o Administrador deverá restituir a todos os investidores que tiverem aceitado a Oferta todos os valores, bens e direitos eventualmente integralizados, sem qualquer remuneração ou correção monetária, no prazo de 03 (três) dias úteis contados do envio da comunicação relativa ao cancelamento da Oferta mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN.

O Fundo pode requerer à CVM a modificação ou revogação da Oferta, caso ocorra alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos por ele assumidos e inerentes à própria Oferta.

A revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores os valores, bens ou direitos dados em contrapartida a eventual integralização de Quotas.

O Administrador dará conhecimento da revogação da Oferta aos investidores que já a tenham aceitado e deverá restituir a esses investidores todos os valores, bens e direitos eventualmente integralizados, sem qualquer remuneração ou correção monetária, no prazo de 03 (três) dias úteis contados do envio da comunicação relativa à revogação da Oferta mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN.

Adicionalmente, é sempre permitida a modificação da Oferta, pelo Fundo, para melhorá-la em favor dos investidores ou para renúncia a condição da Oferta por ele estabelecida. A modificação será divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início e o Administrador deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das novas aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

O pleito de modificação presumir-se-á deferido caso não haja manifestação da CVM em sentido contrário no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado de seu protocolo na CVM. Sendo deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da oferta por até 90 (noventa) dias. Nesse caso, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada para que

confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio.

Distribuição das Quotas

O Administrador realizará a distribuição das Quotas. Durante o Período de Distribuição das Quotas, o Administrador acessará investidores com quem celebrará os Instrumentos Particulares de Compromisso de Investimento. Ao assinar o Instrumento Particular de Compromisso de Investimento, de que constará o valor total do Capital Comprometido do Quotista, o investidor deverá também celebrar o Boletim de Subscrição e o Termo de Ciência de Risco e de Adesão ao Regulamento e o Administrador entregará ao Quotista uma cópia do Regulamento e do Prospecto.

Para obter informações adicionais sobre a distribuição das Quotas, bem como sobre o procedimento de emissão, subscrição e integralização das Quotas, vide a Seção VIII deste Prospecto, “Emissão, Integralização, Distribuição e Amortização das Quotas”.

As informações relativas ao Preço de Emissão, ao Valor Total da Emissão e à possibilidade de negociação das Quotas em mercado secundário estão descritas no Capítulo II (“Principais Características do Fundo”) deste Prospecto.

Direitos, Vantagens e Restrições das Quotas

Os subscritores das Quotas terão todos os direitos políticos e patrimoniais estabelecidos no Regulamento, salvo na hipótese de descumprimento, total ou parcial, da obrigação de integralização das Quotas no prazo de até 15 (quinze) dias a contar da data indicada na chamada para integralização, que resultará nas seguintes consequências ao investidor inadimplente, nos termos do Instrumento Particular de Compromisso de Investimento e do Regulamento: i) perda de seus direitos de (a) voto nas Assembléias Gerais; (b) alienação ou transferência das suas Quotas; e (c) recebimento de todos os valores que lhe caberiam por ocasião da liquidação do Fundo, que passarão aos demais Quotistas adimplentes, na proporção de suas Quotas, até o montante do inadimplemento; ii) direito do Fundo de alienar as Quotas detidas pelo Quotista inadimplente a qualquer terceiro nos termos do Instrumento Particular de Compromisso de Investimento e da procuração outorgada pelo Quotista ao Administrador, a fim de obter recursos para pagamento dos valores devidos ao Fundo, observado o direito de preferência dos demais Quotistas previsto no Regulamento; e iii) substituição do eventual representante indicado pelo Quotista inadimplente para o Comitê de Investimento por outro indicado pela Assembléia de Quotistas.

Qualquer débito em atraso do Quotista inadimplente perante o Fundo será atualizado, a partir da data indicada na chamada para integralização, pela variação do IPCA, acrescido de juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, além de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do débito corrigido, sem prejuízo da obrigação do Quotista inadimplente em ressarcir o Fundo pelos prejuízos causados, inclusive, mas não se limitando, a qualquer ressarcimento devido pelo Fundo a uma das Companhias Investidas em razão do inadimplemento acarretado por referido Quotista.

Os investidores que subscreverem Quotas após o primeiro período de integralização estarão sujeitos ao pagamento de Taxa de Ingresso, de forma que o valor econômico das Quotas subscritas pelo novo Quotista seja equivalente ao valor econômico das Quotas já anteriormente

integralizadas por outros Quotistas. A Taxa de Ingresso é representada pela integralização de Quotas no valor da (a) Quota do Dia, ou (b) Quota Corrigida pelo Parâmetro de Referência, o que for maior.

A Taxa de Ingresso será sempre devida ao Fundo, portanto beneficiará a todos os Quotistas

As Quotas poderão ser negociadas privadamente, observado que: (i) tal negociação somente será admitida após o encerramento do Período de Investimentos e após sua integralização, e (ii) será admitida a negociação de parcela de Quotas de um mesmo Quotista, desde que, como resultado da negociação, o valor da totalidade das Quotas detidas pelo Quotista adquirente ou pelo Quotista alienante não seja inferior ao Valor Mínimo de Investimento. As Quotas também poderão ser registradas para custódia no SF – Módulo de Fundos administrado e operacionalizado pela Cetip, sendo a liquidação financeira dos eventos envolvendo as quotas custodiadas realizada na CETIP.

Os adquirentes das Quotas que ainda não sejam Quotistas deverão igualmente preencher o conceito de Investidor Qualificado, bem como deverão aderir aos termos e condições do Fundo por meio da assinatura e entrega ao Administrador dos documentos por este exigidos, necessários para o cumprimento da legislação em vigor e efetivo registro como novos Quotistas. Em qualquer caso de transferência descrito neste item, o Quotista alienante, ou o administrador do seu espólio ou da sociedade resultante de reestruturação societária, deverá enviar comunicação escrita ao Administrador, juntamente com uma declaração do Quotista adquirente de que este é um Investidor Qualificado. O Administrador terá um prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento de tal comunicação para proceder ao registro do novo Quotista, desde que o requisito de ser Investidor Qualificado tenha sido cumprido.

As Quotas poderão também ser registradas para negociação em um ou mais mercado de bolsa ou balcão organizado, a critério do Administrador, após o encerramento do Período de Investimento, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição seja feita por Investidor Qualificado nesses ambientes. O Quotista que desejar alienar publicamente suas Quotas deverá antes oferecer aos demais Quotistas a oportunidade de adquirir tais Quotas nos termos dos parágrafos precedentes. A negociação pública das Quotas só poderá ocorrer após o encerramento do Período de Investimentos.

Adicionalmente às restrições à negociação de Quotas estipuladas, com exceção da outorga de garantia em benefício do Fundo aperfeiçoada com a celebração do Instrumento Particular de Compromisso de Investimento, é vedada a criação de qualquer ônus real sobre as Quotas antes do encerramento do Período de Investimentos. Após o encerramento do Período de Investimentos tal vedação não se aplicará, desde que o Quotista dê ciência ao beneficiário do ônus porventura criado sobre as restrições à negociação de Quotas constantes do Regulamento.

V. IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO E DA OFERTA

Administrador

O Fundo é administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteira por meio do Ato Declaratório CVM n.º 2.528, de 29 de julho de 1993, publicado no Diário Oficial da União de 29 de julho de 1993, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São

Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31.

O Administrador é controlado diretamente pelo Banco Itaú S.A., que detém 99,99% (noventa e nove vírgula noventa e nove por cento) das quotas representativas do seu capital social e integra um dos maiores conglomerados na administração de fundos de investimentos no País, e em 2003 o Banco Itaú S.A. concentrou no Administrador, todos os serviços de administração fiduciária do grupo. Atualmente, a Intrag administra 181 fundos de investimentos, sendo 99 multimercados, 20 renda fixa, 40 renda variável, 8 fundos de investimento em participações e 14 fundos de investimento em direitos creditórios, totalizando R\$ 20,6 bilhões.

Gestor

O Fundo é gerido pela Kinea Investimentos Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício da atividade de gestão de carteira por meio do Ato Declaratório CVM n.º 9.518, de 19 de setembro de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 20 de setembro de 2007, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas da Prata, n.º 30, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.604.187/0001-44.

O Gestor, controlado indiretamente pelo Banco Itaú S.A., foi constituído em 18 de outubro de 2007 como empresa especializada na gestão de investimentos alternativos e, atualmente, tem 8 fundos sob gestão, sendo 6 fundos multimercados totalizando R\$ 280 milhões sob gestão; 1 fundo de investimento em ações com R\$ 3 milhões sob gestão; um fundo de investimentos em participações em incorporações imobiliárias com capital comprometido de R\$ 50 milhões.

Custodiante

O Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza, 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, presta serviços no mercado de capitais brasileiro há mais de 30 anos e controla, atualmente, mais de R\$ 1,2 trilhões em ativos. É o maior Custodiante do país, conforme dados da ANBID de setembro de 2008.

O Banco Itaú S.A. obteve certificação de qualidade ISO 9001 para várias modalidades de serviços de custódia. Em âmbito internacional, tal certificação foi obtida para custódia de (i) ativos de investidores não residentes; (ii) Recibos de Depósitos Americanos (ADRs); e (iii) fundos offshore. No âmbito doméstico, destaca-se tal certificação na prestação de serviços relacionados a (i) custódia e controladoria de fundos de investimento e carteiras administradas; e (ii) operações envolvendo fundos de investimento em direitos creditórios.

Auditor Independente

Os auditores independentes responsáveis por auditar as demonstrações financeiras do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

Price WaterhouseCoopers
Av. Francisco Matarazzo, n.º 1400
CEP: 05001-903, São Paulo – SP
Tel.: (0XX11) 3674-2000

VI. FATORES DE RISCO

Tendo em vista a natureza dos investimentos a serem realizados pelo Fundo, os Quotistas devem estar cientes dos riscos a que estão sujeitos os investimentos e aplicações do Fundo, conforme descritos abaixo, não havendo, garantias de que Capital Integralizado será remunerado conforme esperado pelos Quotistas, existindo a possibilidade de o Fundo apresentar perda do capital investido e a necessidade da realização de aportes adicionais de recursos no Fundo superiores ao valor do Capital Comprometido pelos respectivos Quotistas.

Riscos de Não Realização do Investimento

Não há garantias de que os investimentos pretendidos pelo Fundo estejam disponíveis no momento e em quantidade convenientes ou desejáveis à satisfação de sua política de investimentos, o que pode resultar em investimentos menores ou mesmo na não realização destes investimentos.

O Capital Comprometido do Fundo será integralizado à vista na medida em que ocorrerem chamadas para integralização de Quotas, nos termos do Regulamento e de cada Instrumento Particular de Compromisso de Investimento. Todavia, não há garantias de que (i) eventuais inadimplementos dos Quotistas serão compensados por meio da aplicação das penalidades contratuais ou legais disponíveis; (ii) os investimentos propostos pelo Fundo serão realizados; e (iii) todos os Quotistas adimplirão com suas obrigações de integralizar Quotas nos termos de seus respectivos Instrumentos Particulares de Compromisso de Investimento. Se ocorrer o inadimplemento dos Quotistas, os investimentos nas Companhias Investidas poderão ser prejudicados afetando negativamente a carteira do Fundo.

A não realização de investimentos em Companhias Alvo ou a realização desses investimentos em valor inferior ao pretendido pelo Fundo, considerando os custos do Fundo, dentre os quais a Taxa de Administração, poderá afetar negativamente os resultados da carteira e o valor da Quota.

O Fundo compete por oportunidades de investimento contra outros investidores, tais como investidores institucionais, fundos de investimentos em participações, grupos industriais e instituições financeiras, entre outros. A competição por oportunidades de investimento pode afetar negativamente os termos e condições dos investimentos negociados pelo fundo. Além disso, tal competição pode impedir que o Fundo encontre um número suficiente de oportunidades de investimento condizentes com os objetivos do Fundo.

As Companhias Investidas podem necessitar de recursos adicionais, por meio de aporte de capital, emissão de dívida, ou ambos, com intuito de atingirem seus objetivos e maturação do investimento. Se o Fundo não tiver capital disponível para participar das adições de capital subseqüentes, esta indisponibilidade pode ter impacto negativo tanto na Companhia Investida como no investimento do Fundo. Embora o Fundo procure manter liquidez suficiente para permitir que participe em eventuais integralizações de capitais subseqüentes, o Fundo pode não ser capaz de providenciar toda a integralização requerida e a integralização por terceiros pode ser necessária. Não há garantia de que tais recursos de terceiros estarão disponíveis ou serão oferecidos em condições adequadas para a Companhia Investida, o que pode afetar o desempenho do Fundo.

Riscos de Liquidez

Os ativos componentes da carteira do Fundo poderão ter liquidez significativamente baixa em comparação a outras modalidades de investimento. Os investimentos no Fundo serão feitos, preponderantemente, em ativos não negociados publicamente no mercado. Caso (a) o Fundo precise vender tais ativos, ou (b) o Quotista receba tais ativos como pagamento de resgate ou amortização de suas Quotas, (i) poderá não haver mercado comprador de tais ativos, (ii) a definição do preço de tais ativos nos termos do Regulamento poderá não se realizar em prazo compatível com a expectativa do Quotista, ou (iii) o preço efetivo de alienação de tais ativos poderá resultar em perda para o Fundo ou, conforme o caso, para o Quotista. Não há, portanto, qualquer garantia ou certeza de que será possível ao Fundo e ao Quotista, conforme o caso, liquidar posições ou realizar a venda de quaisquer desses ativos.

O Fundo é um condomínio fechado e, por conseguinte, não há garantia de que o Quotista consiga alienar suas Quotas pelo preço e no momento desejados, uma vez que não é admitido o resgate antecipado das Quotas.

Os investimentos do Fundo são considerados de longo prazo e o retorno do investimento pode não ser condizente com o esperado pelo Quotista.

A carteira do Fundo poderá estar concentrada em títulos ou valores mobiliários de emissão de poucas Companhias Investidas e com baixa liquidez, o que poderá dificultar a venda desses ativos que integram a carteira do Fundo.

Riscos relacionados às Companhias Investidas

Embora o Fundo tenha sempre participação no processo decisório das respectivas Companhias Investidas, não há garantias de (i) bom desempenho de quaisquer das Companhias Investidas, (ii) solvência das Companhias Investidas e (iii) continuidade das atividades das Companhias Investidas. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados da carteira do Fundo e o valor das Quotas.

Não obstante a diligência e o cuidado do Gestor e do Administrador, os pagamentos relativos aos títulos ou valores mobiliários de emissão das Companhias Investidas, como dividendos, juros e outras formas de remuneração e bonificação podem vir a se frustrar em razão da insolvência, falência, mau desempenho operacional da respectiva Companhia Investida, ou, ainda, em decorrência de outros fatores. Em tais ocorrências, o Fundo e os seus Quotistas poderão experimentar perdas, não havendo qualquer garantia ou certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos.

O Fundo participará do processo decisório das Companhias Investidas. Desta forma, caso determinada Companhia Investida tenha sua falência decretada ou caso haja a desconsideração da personalidade jurídica da Companhia Investida, a responsabilidade pelo pagamento de determinados passivos da Companhia Investida poderá ser atribuída ao Fundo, impactando o valor das Quotas, o que poderá resultar em Patrimônio Líquido negativo e a necessidade de os Quotistas realizarem aportes adicionais de recursos no Fundo.

Os investimentos nas Companhias Investidas envolvem riscos relativos ao segmento econômico em que cada uma atua. Não há garantia quanto ao desempenho desse setor e nem certeza de que o desempenho de cada uma das Companhias Investidas acompanhe pari passu o

desempenho médio do setor. Adicionalmente, ainda que o desempenho das Companhias Investidas acompanhe o desempenho das demais empresas do seu setor de atuação, não há garantia de que o Fundo e os seus Quotistas não experimentarão perdas.

Em função de diversos fatores relacionados ao funcionamento de órgãos públicos de que pode vir a depender o Fundo no desempenho de suas operações, não há garantias de que o Fundo conseguirá exercer todos os seus direitos de sócio ou investidor das Companhias Investidas, ou como adquirente ou alienante de ações ou outros valores mobiliários de emissão de tais Companhias Investidas, nem de que, caso o Fundo consiga exercer tais direitos, os efeitos obtidos serão condizentes com os seus direitos originais ou obtidos no tempo esperado. Tais fatores poderão impactar negativamente a carteira do Fundo.

Os investimentos do Fundo poderão ser feitos em companhias fechadas, as quais, embora tenham de adotar as práticas de governança indicadas no Regulamento, não estão obrigadas a observar as mesmas regras que as companhias abertas relativamente à divulgação de suas informações ao mercado e a seus acionistas, o que pode representar dificuldade para o Fundo quanto (i) ao acompanhamento das atividades e resultados da Companhia Investida e (ii) a correta decisão sobre a liquidação do investimento, o que pode afetar o valor da carteira do Fundo e das Quotas.

O Fundo pode ter participações minoritárias em Companhias Investidas o que poderá limitar sua capacidade de proteger seus interesses em tais Companhias Investidas. No entanto, para a realização de aporte de capital em uma determinada Companhia Alvo, serão negociadas condições que assegurem ao Fundo direitos para proteger seus interesses em face da Companhia Investida e dos demais acionistas. Não há garantia que todos os direitos pleiteados sejam concedidos ao Fundo, o que pode afetar o valor da carteira do Fundo e das suas Quotas.

Em conexão com o processo de desinvestimento de uma Companhia Investida, o Fundo pode ser solicitado a oferecer informações sobre o negócio e situação financeira de uma Companhia Investida típicas em situações de venda de empresa. O Fundo pode desconhecer ativos insubsistentes e passivos supervenientes que poderão gerar obrigação de indenização pelo Fundo aos adquirentes da Companhia Investida.

Riscos de Concentração da Carteira do Fundo

A carteira Fundo poderá ser composta por valores mobiliários de poucas Companhias Investidas, sendo que, além das limitações de investimento dispostas no Regulamento, não existirão quaisquer outros critérios de concentração ou diversificação para os valores mobiliários que poderão compor a carteira do Fundo, o que implicará concentração dos investimentos do Fundo em valores mobiliários de poucos emissores. Essa concentração poderá, eventualmente, acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas do Fundo, tendo em vista, principalmente, que nesse caso os resultados do Fundo dependerão dos resultados atingidos por essas poucas Companhias Investidas.

Riscos de Mercado

Os ativos financeiros e outros títulos e valores mobiliários que compõem a carteira do Fundo podem estar sujeitos a oscilações de preços em função da reação dos mercados a eventos econômicos e políticos, tanto no Brasil como no exterior, e a eventos específicos a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços desses ativos financeiros e títulos e valores

mobiliários poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, o que pode gerar mudanças nos padrões de comportamento de preços sem que haja mudanças significativas no contexto econômico ou político nacional e internacional.

O apuração dos títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo será realizado de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e demais operações estabelecidos no Regulamento e na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações no valor dos ativos do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor de suas Quotas.

Riscos de Crédito

Os ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo podem estar sujeitos à capacidade de seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais ativos. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos ativos financeiros ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos ativos financeiros.

O Fundo poderá incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de ativos em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

Risco de Descontinuidade

O Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembléia Geral de Quotistas poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo. Nessas situações, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, Gestor e nem pelo Custodiante nenhuma multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

Risco de Derivativos

O Fundo, ao operar com derivativos, nos termos do Regulamento, está sujeito ao risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do Fundo, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos Quotistas. Não é possível assegurar que a utilização de derivativos exclusivamente para proteção patrimonial evitará perdas para o Fundo.

Risco relacionado a Fatores Macroeconômicos e Regulatórios

O Fundo está sujeito aos efeitos da política econômica praticada pelo governo brasileiro e demais variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política,

econômica, financeira ou regulatória que influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro. Medidas do governo brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária envolveram, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, mudanças legislativas, entre outras. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar os negócios do Fundo. Além disso, o governo federal brasileiro, o Banco Central do Brasil e demais órgãos competentes poderão realizar alterações na regulamentação dos setores de atuação das Companhias Investidas ou nos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo ou, ainda, outros relacionados ao próprio Fundo, o que poderá afetar a rentabilidade do Fundo.

Outros Riscos Exógenos ao Controle do Administrador e Gestor

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do Administrador e Gestor, tais como moratória, mudança nas regras aplicáveis aos seus ativos, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo, alteração na política monetária, os quais, caso materializados, poderão causar impacto negativo sobre os ativos do Fundo e o valor de suas Quotas.

Risco de Patrimônio Negativo

A DESPEITO DE OS QUOTISTAS ESTAREM OBRIGADOS A REALIZAR APORTES DE RECURSOS NO FUNDO ATÉ O VALOR PREVISTO NOS RESPECTIVOS INSTRUMENTOS PARTICULARES DE COMPROMISSO DE INVESTIMENTO, EVENTUAIS PERDAS PATRIMONIAIS DO FUNDO NÃO ESTÃO LIMITADAS NEM AO VALOR DO CAPITAL SUBSCRITO NEM AO VALOR DO CAPITAL COMPROMETIDO, DE FORMA QUE OS QUOTISTAS PODEM SER CHAMADOS A APORTAR RECURSOS ADICIONAIS NO FUNDO.

VII. VISÃO GERAL DA SOCIEDADE E ECONOMIA BRASILEIRAS

As informações contidas nesta seção são provenientes de fontes externas de informação, públicas ou privadas, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Central do Brasil (BACEN), a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA). Essas fontes de informação são as únicas responsáveis pelos dados fornecidos e respondem isoladamente por eventuais erros, falhas ou interrupções na divulgação dessas informações. A despeito da diligência do Administrador em obter informações a partir de fontes fidedignas, não há como assegurar a autenticidade de dados provenientes de fontes externas.

As informações e análises contidas nesta seção, sobretudo o desempenho dos indicadores socioeconômicos brasileiros, são meramente elucidativas e não representam promessa nem garantia de rentabilidade das quotas do Fundo.

O Brasil tem a principal economia da América Latina e é o portão de entrada e plataforma de expansão de negócios para os demais países da região dadas as suas dimensões continentais (fronteiras com 10 países, superfície de 8,5 milhões de quilômetros quadrados), o tamanho de sua população (184 milhões, Censo 2007), e importância de seu Produto Interno Bruto (PIB), estimado em R\$ 2,5 trilhões em 2007 (IBGE).

Sociedade

Segundo o IBGE, a sociedade brasileira tem um perfil jovem, com 47,0% da população na faixa de menos de 24 anos em 2005, e projeção de 39,9% da população nesta faixa em 2020. Também segundo o IBGE, na faixa etária de 20 a 44 anos o percentual da população era de 40,1% em 2005 (projeção de 37,6% em 2020). Este perfil predominantemente jovem garante oferta de mão-de-obra para o mercado de trabalho e representa um potencial para consumo privado para as próximas décadas, embora no curto prazo implique na necessidade de investimentos em educação e formação profissional.

Durante os últimos 15 anos foi observada uma tendência acentuada da queda do analfabetismo¹, com queda de 14,6 % em 1990 para 3,4% em 2005 de acordo (IPEA). Este fato está intimamente ligado ao aumento da Média de Anos de Estudo² observado no período, o qual passou de passou de 4,8 anos de estudo em 1990 para 6,5 em 2005.

¹ Analfabetismo: Definido com “incapacidade de ler e escrever um bilhete simples”.

² Média de Anos de Estudo: Razão entre o somatório do número de anos de estudo completados pelas pessoas que tem 25 ou mais anos de idade e o número de pessoas nessa faixa etária.

Em paralelo, de acordo com o Censo 2004 do Ensino Superior do MEC/Inep, houve um crescimento de 150,5% no número de matrículas em instituições de ensino superior no período de 1994 a 2004, mostrando um salto de 1,7 milhões para 4,2 milhões de alunos matriculados nos diversos anos de seus respectivos cursos. Deste total, as principais carreiras cursadas em instituições de nível superior eram: Administração, Direito, Pedagogia, Engenharia, Letras, Comunicação Social, Ciências Contábeis, Educação Física, Enfermagem, Ciência da Computação. Nota-se uma concentração nas áreas de Humanas e Ciências Sociais, em detrimento de áreas como Engenharia e Ciência da Computação, cujos profissionais são necessários para dar apoio aos diversos investimentos em infra-estrutura, bens de capital, e inovação. De qualquer forma, este acréscimo poder ser interpretado como uma busca pelos estudantes por melhor qualificação profissional dentro de um mercado de trabalho mais competitivo e que exige melhor preparo independente da carreira a ser seguida.

Economia

Durante o período de 1995 a 2005, a renda per capita cresceu de R\$11.596 para R\$13.515 (valores de 2007), enquanto a distribuição de renda, medida pelo Coeficiente de Gini³, apresentou significativa melhora. O Coeficiente de Gini decresceu de 0,601 em 1995 para 0,569 em 2005 segundo dados da IPEA. Este fato é de grande importância para o desenvolvimento do consumo privado, pois implica em aumento de capacidade de consumo de maior parcela da população brasileira, sobretudo das camadas inferiores.

Devido ao crescimento da demanda por commodities no cenário mundial e o aumento do volume das mesmas nas exportações brasileiras de US\$ 16,9 bilhões em 2002 para US\$ 51,0 bilhões em 2007, aumentaram os investimentos em produção e logística voltados a commodities, em particular. Estes investimentos estão correlacionados com aumento da formação bruta de capital fixo, cuja média de crescimento entre 2005-2008 é 23% superior à média observada no 2001-2004. Neste período a economia brasileira consolidou sua posição de destaque na exportação de commodities agrícolas, beneficiando-se de vantagens competitivas como clima favorável, tecnologia agrícola e disponibilidade de terras agriculturáveis.

O aumento das exportações brasileiras não se restringiu apenas a commodities e o volume total exportado passou de US\$ 60,3 bilhões em 2002 para US\$ 160 bilhões em 2007, enquanto no mesmo período foi observado um aumento do Investimento Direto Externo de 109% (de US\$ 16,5 bilhões em 2002 para US\$ 34,5 bilhões em 2007). Em paralelo, o mercado de capitais brasileiro esteve bastante ativo, principalmente no período de 2004 a 2007 durante o qual 106 empresas abriram seu capital na bolsa de valores Brasileira e captaram R\$ 88,5 bilhões em ofertas primárias e secundárias segundo a BM&FBOVESPA. Nesse cenário de liquidez internacional o Banco Central do Brasil formou um colchão de liquidez via reservas internacionais, as quais cresceram de US\$ 38 bilhões em 2002 para US\$ 180 bilhões em 2007 e dão maior robustez para a economia em momentos de crises internacionais.

³ Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini em 1912. É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda e 1 corresponde à completa desigualdade.

Durante o período 2004 a 2007 o país observou acelerado crescimento do PIB com valor médio de 4,5% a.a. no período (crescimento de 5,4% a.a. em 2007) e foi simultaneamente beneficiado pela queda da taxa real de juros no período, de 10,5% a.a. de 2004 para 7,4% a.a. em 2007.

Na segunda metade de 2008 o Banco Central do Brasil adotou uma política de aperto monetário com o objetivo final de manter o crescimento dentro da taxa de PIB potencial (estimado em cerca de 4,5% ao ano) e resistir a pressões inflacionárias internacionais.

O compromisso constante do Banco Central do Brasil com o controle da inflação dentro de metas pré-estabelecidas diminui o risco de inflação descontrolada e, como consequência, promove a estabilidade macroeconômica de longo prazo. Comparado a outros países emergentes como África do Sul, Índia, Chile, Peru, México e Coréia, o Banco Central do Brasil tem sido bem sucedido em manter a inflação (6.3% a.a. estimado para 2008) dentro da banda previamente definida pela própria instituição (banda: 2.5% a 6.5% a.a. para 2008). Além disso, o governo Brasileiro tem sido bem sucedido na diminuição da dívida pública como percentual do PIB, passando de 56% do PIB em Setembro de 2002 para 38,3% em Setembro de 2008. Este compromisso com a estabilidade macroeconômica permitiu que o Brasil atingisse o status de “*investment grade*” pelas agências internacionais de análise de risco (Fitch e S&P) em Maio de 2008.

No âmbito econômico global, o aumento da importância do PIB brasileiro no contexto da economia mundial é observado na análise do quociente entre o PIB brasileiro e o PIB mundial, no qual nota-se que após um valor mínimo de 1,5% em 2003, tal quociente apresentou crescimento ininterrupto e é estimado em 2,7% para o final de 2008 (World Economic Outlook – FMI). Além disso, na última década empresas privadas brasileiras expandiram suas atividades internacionais, criando multinacionais brasileiras que se somaram às estatais brasileiras atuantes no mercado internacional. Esta expansão permitiu a um grande número de executivos brasileiros adquirirem experiência internacional e promove um fluxo multilateral de capital intelectual e melhores práticas gerenciais.

Crise Internacional de Liquidez

Desde a segunda metade de 2008 o mercado de capitais mundial atravessa um processo de desalavancagem e significativa perda de liquidez, afetando o mercado de capitais das mais diversas regiões, diminuindo ou eliminando a possibilidade de abertura de capital para diversas empresas.

Dada a complexidade e magnitude desta crise, ainda é prematuro para tentar quantificar seus efeitos na economia brasileira e é prudente assumir uma desaceleração do crescimento do PIB brasileiro no curto prazo devido a fatores como a queda do preço das commodities minerais e agrícolas, variação das taxas de câmbio, pressões inflacionárias devidos à variação cambial, e eventual alteração do volume total de Investimento Estrangeiro Direto.

Por outro lado, até o terceiro trimestre de 2008 notou-se a resiliência da economia brasileira amparada na solidez de seu sistema bancário, no baixo grau de endividamento das empresas privadas quando comparado a empresas norte-americanas e européias, e na baixa relação entre crédito imobiliário e PIB quando comparado a economias dos países desenvolvidos.

Oportunidades e Desafios

Nos últimos anos notou-se um aumento de interesse por parte de fundos de investimentos em participar do mercado brasileiro, buscando oportunidades de investimento que capitalizem o ambiente macroeconômico favorável, o perfil sócio-econômico e demográfico da população, o potencial de crescimento do consumo privado no médio e longo prazos, competitividade internacional em commodities agrícolas e biocombustíveis, tecnologia agrícola, abundância de terras agriculturáveis dentro de regiões de clima favorável e demanda crescente por investimentos em infra-estrutura.

Estas oportunidades devem ser analisadas levando-se em conta também desafios que persistem dentro do ambiente doméstico, tais como: Capital Humano: baixo nível educacional da população, disponibilidade limitada de talento gerencial; Governo e Ambiente Regulatório: burocracia, alta carga tributária e complexidade do código tributário, rigidez do mercado de trabalho e complexidade da legislação trabalhista, elevado nível de encargos sociais em folha de pagamento; e Mercado: número limitado de oportunidades de investimento, número limitado de oportunidades de desinvestimento através de vendas a comprador estratégico ou abertura de capital.

Dentro do ambiente descrito acima, o fundo Kinea I Private Equity Fundo de Investimento em Participações buscará investir em empresas brasileiras de diversos setores da economia através de posições de controle ou participações minoritárias relevantes, criar valor para as Companhias Investidas através da participação ativa na gestão das empresas, e contribuir com sua extensa rede de relacionamentos e experiência em Governança Corporativa, Finanças e Planejamento Estratégico. O fundo contemplará investimentos nas diversas regiões do Brasil, sem foco geográfico pré-definido.

O Gestor espera utilizar sua vasta rede de relacionamentos no mercado Brasileiro na prospecção de oportunidades de investimento exclusivas e durante o processo de análise pré-investimento.

VIII. CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

Os termos utilizados nesta seção do Prospecto terão o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento e na seção “Definições” deste Prospecto. Esta seção traz um breve resumo dos capítulos do Regulamento, sendo necessária, entretanto, a sua leitura integral para o completo entendimento da operação.

Forma, Base Legal e Prazo de Duração

O Fundo é um fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pelo seu Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, sobretudo a ICVM 391/03.

O Fundo foi constituído por deliberação do Administrador em 15 de dezembro de 2008, sendo que o Termo de Constituição de Fundo de Investimento em Participações e o Regulamento do Fundo foram registrados no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da Cidade de São Paulo - SP, em 16 de dezembro de 2008, sob o n.º 3339588.

O Fundo tem Prazo de Duração de 8 (oito) anos a contar da Data de Início do Fundo, prorrogável por período adicional de 2 (dois) anos conforme proposto pelo Gestor ou Administrador e deliberado pela Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação disposto no Regulamento.

Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento

O Fundo, a critério do Administrador, e considerando-se, preferencialmente, as suas relações com clientes e outras ponderações de natureza comercial ou estratégica, receberá recursos de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou não-residentes no país que (i) sejam Investidores Qualificados; e (ii) busquem retorno, no longo prazo, compatível com a Política de Investimento do Fundo e que aceitem os riscos inerentes a tal investimento.

O Valor Mínimo de Investimento no Fundo é de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil Reais).

Inadequação de Investimento

A presente distribuição de Quotas é inadequada para os investidores que não sejam Investidores Qualificados ou que não estejam dispostos a aceitar os riscos condizentes com o investimento no Fundo e sua política de investimentos. Os investidores interessados devem atentar para sua possível inadequação à presente distribuição de Quotas, uma vez que o Fundo se destina exclusivamente a investidores que tenham a especialização e conhecimento suficientes para tomar uma decisão de investimento fundamentada. Apesar de alto grau de qualificação dos investidores alvo dessa distribuição, recomenda-se que, no contexto da distribuição, os Investidores Qualificados entrem em contato com seus advogados, contadores, consultores financeiros, bem como quaisquer outros profissionais que julguem adequados para avaliar os riscos inerentes ao investimento no Fundo.

Objetivo do Fundo

O objetivo do Fundo é buscar proporcionar a seus Quotistas a valorização de capital a longo prazo por meio do investimento em ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão das Companhias Investidas.

Os investimentos do Fundo deverão possibilitar a participação do Fundo no processo decisório das respectivas Companhias Investidas, sendo que tal participação poderá ocorrer por uma das seguintes maneiras: (i) detenção de ações de emissão das Companhias Investidas que integrem o respectivo bloco de controle, (ii) celebração de acordo de acionistas com outros acionistas das Companhias Investidas, (iii) eleição de membro(s) do Conselho de Administração com representatividade suficiente para influir na administração das Companhias Investidas, assegurando ao Fundo participação, mesmo que por meio de direito de veto, em definições estratégicas e na gestão das Companhias Investidas, ou (iv) celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao Fundo participação, mesmo que por meio de direito de veto, em definições estratégicas e na gestão das Companhias Investidas.

É vedado ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações sejam realizadas em bolsas de valores ou em bolsas de mercadorias e futuros exclusivamente para fins de proteção patrimonial.

O Fundo poderá investir em debêntures simples não conversíveis em ações, desde que as escrituras de emissão das debêntures simples, conforme aplicável ao tipo societário da Companhia Investida (i) assegurem ao Fundo a participação no processo decisório e na gestão das Companhias Investidas; (ii) imponham às Companhias Investidas emissoras de debêntures simples a observância de boas práticas de governança corporativa; e (iii) prevejam que o descumprimento das práticas de governança corporativa será interpretado como uma hipótese de vencimento antecipado das referidas debêntures.

Uso dos Recursos do Fundo não investidos nas Companhias Investidas

O Fundo poderá aplicar a parcela de seu Patrimônio Líquido que não estiver investida nas Companhias Alvo em (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional e do BACEN e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; (ii) títulos de renda fixa de emissão ou aceite de instituições financeiras; (iii) títulos e valores mobiliários emitidos por entidades privadas e que tenham, pelo menos, obtido classificação de risco “A” de agências de *rating* independentes, na data de sua aquisição; (iv) operações compromissadas; e (v) em quotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa” ou “Referenciado”, de acordo com a ICVM 409/04 e cuja política de investimento requeira que a carteira de investimentos tenha, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio aplicado em títulos de emissão do Tesouro Nacional e do BACEN.

Os ativos aqui referidos devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo BACEN ou pela CVM.

Administração e Gestão do Fundo

Administrador

O Fundo é administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31.

O diretor da Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. responsável pelas operações do Fundo, designado para responder, civil e criminalmente, pela administração, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a ele relativas, é o Sr. Alexandre Zákia Albert, natural de São Paulo, economista, casado, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Itaúsa, portador da cédula de identidade RG n.º 6.862.397 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 896.758.868-20.

Observada a regulamentação em vigor e os dispositivos do Regulamento, o Administrador, na qualidade de representante do Fundo, tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários ao funcionamento do Fundo, e para exercer os direitos inerentes aos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo, inclusive o de ajuizamento de ação judicial e o de comparecer e votar em assembleias gerais, de qualquer natureza, das Companhias Investidas.

Outras obrigações e outros deveres do Administrador, bem como seus direitos, encontram-se detalhados no Regulamento, que faz parte do Anexo II a este Prospecto.

Gestor

O Fundo, representado pelo Administrador, contratou a Kinea Investimentos Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas da Prata, n.º 30, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.604.187/0001-44, para gerir a carteira do Fundo, nos termos do Contrato de Gestão. Qualquer benefício ou vantagem que o Gestor venha a ter em decorrência de sua condição de gestor da carteira do Fundo, exceção feita à sua remuneração pela gestão da carteira do Fundo, deve ser imediatamente repassado ao Fundo.

As obrigações e os deveres do Gestor, bem como seus direitos, encontram-se detalhados no Regulamento, que faz parte do Anexo II a este Prospecto.

Renúncia, Destituição e Descredenciamento do Administrador

O Administrador poderá renunciar à administração do Fundo, mediante aviso prévio de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, endereçado a cada Quotista e à CVM.

Adicionalmente, a Assembleia Geral dos Quotistas poderá destituir o Administrador, nos termos do Regulamento.

A CVM, no uso de suas atribuições legais poderá descredenciar o Administrador, em conformidade com as normas que regulam o exercício da atividade profissional de administração de carteira.

Nas hipóteses de renúncia ou descredenciamento, o Administrador deverá convocar, imediatamente, a Assembléia Geral de Quotistas para eleger seu substituto, a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias, sendo também facultado aos Quotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das Quotas subscritas e integralizadas, em qualquer caso, ou à CVM, nos casos de descredenciamento, a convocação da Assembléia Geral de Quotistas para tal fim.

O Administrador deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição pela Assembléia Geral de Quotistas. Caso (i) a Assembléia Geral de Quotistas não chegue a uma decisão sobre a escolha do novo administrador na data de sua realização, ou (ii) o novo administrador não seja efetivamente empossado no cargo no prazo de até 10 (dez) dias após a deliberação de Assembléia Geral de Quotistas que o eleger, o Administrador deverá convocar nova Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a liquidação do Fundo ou sua incorporação em outro fundo.

Na hipótese de a Assembléia Geral de Quotistas acima mencionada não obter quorum suficiente ou não deliberar sobre a liquidação ou incorporação do Fundo, o Administrador procederá à sua liquidação automática, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da realização da referida Assembléia Geral de Quotistas, observado, se for o caso, o disposto acerca da liquidação do Fundo nos termos do Regulamento.

Vedações ao Administrador

É vedado ao Administrador, direta ou indiretamente, em nome do Fundo, (i) receber depósitos em conta corrente; (ii) contrair ou efetuar empréstimos, salvo nas demais modalidades permitidas pela CVM; (iii) prestar fiança, aval, aceite ou co-obrigar-se sob qualquer outra forma; (iv) negociar com duplicatas, notas promissórias (excetuadas aquelas de que trata a Instrução CVM n.º 134, de 01 de novembro de 1990), ou outros títulos não autorizados pela CVM; (v) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas; (vi) aplicar recursos (a) no exterior; (b) na aquisição de imóveis; (c) na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão; e (vii) rescindir os Instrumentos Particulares de Compromisso de Investimento, transigir ou renunciar a direitos do Fundo oriundos dos Instrumentos Particulares de Compromisso de Investimento sem a aprovação prévia da Assembléia Geral de Quotistas.

Remuneração do Administrador

O Administrador receberá Taxa de Administração a partir da Data de Início do Fundo, que corresponderá a 2% (dois por cento) ao ano sobre o valor do Capital Comprometido do Fundo.

A Taxa de Administração será calculada, apropriada e paga até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, mediante a divisão da taxa anual por 252 dias.

Ressalvado o disposto no Parágrafo 2º do Artigo 38 do Regulamento e os recursos do Fundo necessários para o pagamento dos encargos do Fundo conforme disposto no Artigo 44 do Regulamento, todos os recursos obtidos pelo Fundo em decorrência da alienação, total ou parcial, de seus investimentos, assim como quaisquer outros rendimentos recebidos pelo Fundo

em decorrência de seus investimentos nas Companhias Investidas, serão destinados à amortização de Quotas e ao pagamento de Taxa de Performance ao Administrador ("Taxa de Performance"), na seguinte ordem:

- (a) Primeiro, cada Quotista receberá o montante correspondente ao valor total do custo de aquisição das Quotas integralizadas corrigido pelo IPCA, calculado a partir da data da respectiva integralização até a data de distribuição de recursos recebidos em decorrência da alienação de investimentos.
- (b) Segundo, cada Quotista receberá o Retorno Preferencial;
- (c) Terceiro, 50% (cinquenta por cento) para os Quotistas na proporção de sua participação do Fundo e 50% (cinquenta por cento) para o Administrador até o limite de 20% do valor total recebido pelos Quotistas nos termos do item (b) e deste item (c); e
- (d) Quarto, 80% (oitenta por cento) do valor remanescente para os Quotistas na proporção de suas respectivas participações no Fundo e 20% (vinte por cento) para o Administrador, observado o disposto abaixo.

Os recursos que o Administrador tiver direito a receber, conforme disposto nos itens (c) e (d) acima, decorrentes de amortizações de Quotas ocorridas antes da integralização total do Capital Comprometido do Fundo, serão provisionados. O Fundo distribuirá até 50% (cinquenta por cento) das provisões conforme as disposições do Regulamento, mediante autorização dos membros titulares do Comitê de Investimento nomeados pelos Quotistas conforme disposto no Regulamento.

Taxa de Ingresso

Os investidores que subscreverem Quotas após o primeiro período de integralização estarão sujeitos ao pagamento de Taxa de Ingresso, de forma que o valor econômico das Quotas subscritas pelo novo Quotista seja equivalente ao valor econômico das Quotas já anteriormente integralizadas por outros Quotistas. A Taxa de Ingresso é representada pela integralização de Quotas no valor da (a) Quota do Dia, ou (b) Quota Corrigida pelo Parâmetro de Referência, o que for maior. A Taxa de Ingresso será sempre devida ao Fundo, portanto beneficiará a todos os Quotistas.

Não será cobrada taxa de saída dos Quotistas.

Demais Prestadores de Serviço do Fundo

Custodiante

O Custodiante contratado pelo Fundo é o Banco Itaú S.A., ou seu sucessor no exercício dessas funções, responsável pela custódia e escrituração das Quotas.

Auditor Independente

O Auditor Independente contratado pelo Fundo é a Price WaterhouseCoopers, CNPJ/MF n.º 61.562.112/0001-20, ou seu sucessor no exercício dessas funções, responsável pela auditoria

do Fundo, que poderá incluir a revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, a análise de sua situação, bem como da atuação do Administrador.

Política de Investimento do Fundo e Composição da Carteira

O Fundo é destinado ao investimento em ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão das Companhias Alvo.

Os investimentos do Fundo estão subordinados ao preenchimento das Condições Precedentes ao Investimento e à aprovação pelo Comitê de Investimento, sempre observado o disposto no seu Regulamento.

Condições Precedentes ao Investimento

Os investimentos do Fundo só poderão ser realizados nos termos do Regulamento, se o Gestor atestar que a Companhia Alvo, no momento da aprovação do investimento pelo Comitê de Investimento, apresenta as seguintes características: (i) receita bruta auditada não inferior a R\$ 50.000.000,00 (Cinquenta milhões de Reais) nos 12 (doze) meses anteriores; (ii) patrimônio líquido auditado positivo nos 12 (doze) meses anteriores; (iii) não desenvolve atividades econômicas diretamente relacionadas a materiais bélicos, tabaco e jogos de azar; (iv) a critério do Comitê de Investimento, cumpre com os preceitos de responsabilidade social, governamental e ambiental e não adota práticas trabalhistas consideradas abusivas ou inadequadas; (v) está há, no mínimo, 2 (dois) anos em atividade operacional; (vi) não está em processo de recuperação extrajudicial, judicial, falimentar ou concordata, ou, ainda, sob intervenção de qualquer autoridade competente.

No caso de Companhias Alvo que não atendam a todas as condições acima descritas, os investimentos só poderão ser realizados se previamente aprovados pelo Comitê de Investimento e pela Assembléia Geral de Quotistas, nos termos do Regulamento.

O Gestor deve verificar a adequação das Companhias Alvo aos requisitos aqui estipulados e a manutenção destas condições na Companhia Investida durante o Período de Investimentos. Em caso de descumprimento de qualquer dos requisitos aqui previstos, por parte de alguma Companhia Investida, o Gestor obriga-se a levar tal fato ao conhecimento do Comitê de Investimento, bem como apresentar medidas para sanar tal descumprimento.

Adicionalmente às condições estabelecidas nesta seção, as Companhias Alvo fechadas devem adotar as seguintes práticas de governança: (i) proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência de tais títulos em circulação; (ii) mandato unificado de 1 (um) ano para todo o conselho de administração; (iii) disponibilização de contratos com Partes Relacionadas, acordos de acionistas e programas de opção de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia Alvo; (iv) adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários; (v) no caso de abertura de seu capital, obrigar-se formalmente, perante o Fundo, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nos incisos anteriores; (vi) auditoria anual de suas demonstrações contábeis, por auditores independentes registrados na CVM.

Limitações ao Investimento

Salvo aprovação da maioria dos Quotistas reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, é vedada a aplicação de recursos do Fundo em títulos e valores mobiliários de emissão das Companhias Alvo nas quais participem: (i) o Administrador, o Gestor, os membros do Comitê de Investimento ou outros comitês e conselhos criados pelo Fundo e Quotistas titulares de Quotas representativas de 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido, e seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total da Companhia Alvo; (ii) quaisquer pessoas mencionadas no inciso (i) acima que (a) estejam envolvidas, direta ou indiretamente, por conta e ordem da Companhia Alvo, na estruturação financeira da operação de emissão de valores mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão, ou (b) façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da Companhia Alvo, antes do primeiro investimento a ser realizado pelo Fundo.

Salvo aprovação da maioria simples dos Quotistas reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, é vedado ao Fundo realizar operações em que figurem como contrapartes quaisquer das pessoas mencionadas no parágrafo acima, bem como outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados e/ou geridos pelo Administrador e/ou pelo Gestor.

É vedado ao Fundo aplicar e/ou investir mais do que 30% (trinta por cento) do Capital Comprometido subscrito em títulos e valores mobiliários emitidos pela mesma Companhia Investida, por meio de uma ou mais operações, exceto mediante aprovação da maioria simples dos Quotistas reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, nos termos do Artigo 31 do Regulamento, sendo que, nesta hipótese, o limite máximo será de 40% (quarenta por cento) do Capital Comprometido.

Período de Investimentos

O Fundo deverá realizar os investimentos em Companhias Alvo em até 4 (quatro) anos contados da Data de Início do Fundo, prorrogável por até 2 (dois) anos, sendo a primeira prorrogação de até 1 (um) ano, por recomendação do Administrador ou do Gestor e submetida à deliberação do Comitê de Investimento, tomada pelo quorum estabelecido no Regulamento, e a segunda prorrogação de até 1 (um) ano, deliberada em Assembléia Geral de Quotistas.

A Assembléia Geral de Quotistas, por recomendação do Administrador ou do Gestor, e mediante aprovação prévia do Comitê de Investimento, poderá encerrar o Período de Investimento antecipadamente.

Excepcionalmente, o Fundo poderá realizar investimentos após o Período de Investimentos, sem necessidade de obtenção de aprovação prévia do Comitê de Investimento, desde que esses investimentos: (i) sejam decorrentes de obrigações assumidas pelo Fundo e aprovadas pelo Comitê de Investimento, antes do término do Período de Investimento, mas cujos desembolsos não tenham sido totalmente efetuados até o encerramento do Período de Investimentos; (ii) tenham sido anteriormente aprovados pelo Comitê de Investimento mas não tenham sido efetuados até o encerramento do Período de Investimentos em razão de não atenderem a condição específica constante da Proposta de Investimento, a qual venha a ser atendida após o encerramento do Período de Investimento; e (iii) sejam decorrentes do exercício de direitos de subscrição ou de opção de compra, conversão ou permuta de valores mobiliários de titularidade

do Fundo, que tenha sido aprovado pelo Comitê de Investimento durante o Período de Investimento

Os recursos oriundos da alienação parcial ou total de investimento do Fundo nas Companhias Investidas bem como os juros, dividendos e outros proventos recebidos no Período de Investimentos poderão ser utilizados para reinvestimento nas Companhias Investidas ou em novas Companhias Alvo ou ser distribuídos aos Quotistas, por meio da amortização de Quotas, nos termos do Regulamento, a critério do Comitê de Investimentos.

Política de Contabilização, Provisionamento e Baixa de Investimentos

Os ativos componentes da carteira do Fundo serão avaliados e contabilizados pelo Administrador, conforme os seguintes critérios: (i) ações e os demais títulos ou valores mobiliários de renda variável sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado: trimestralmente de acordo com as regras do parágrafo a seguir; (ii) ações e os demais títulos ou valores mobiliários de renda variável com cotação disponível no mercado: trimestralmente, pelo preço de fechamento de mercado da data de avaliação, de acordo com as regras contábeis vigentes; (iii) títulos ou valores mobiliários de renda fixa: trimestralmente, de acordo com o modelo previsto no manual de marcação a mercado do Administrador e deduzidas eventuais provisões de crédito; e (iv) debêntures conversíveis sem cotação disponível no mercado: trimestralmente, pela soma das parcelas correspondentes a (a) título de renda fixa e (b) a opção ou warrant, de acordo com modelo previsto no manual de marcação a mercado do Administrador.

O valor dos ativos de que trata o inciso (i), acima, deverá ser inicialmente o custo de aquisição ou do investimento efetivado na Companhia Investida, atualizado, quando aplicável, conforme o caso: (a) pelo preço em que ocorra eventual aumento de capital subsequente ao investimento pelo Fundo em que terceiros adquiram participação igual ou maior a 10% (dez por cento) do capital da Companhia; (b) pelo preço em que ocorra negociação de participação que represente no mínimo 10% (dez por cento) do capital da Companhia, na qual pelo menos 50% (cinquenta por cento) sejam adquiridos por terceiros, quando aplicável; e (c) utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado ("Estudo de Avaliação"). O Estudo de Avaliação deverá ser feito por empresa especializada na referida metodologia de avaliação de empresas, que deverá ser uma empresa independente e de reputação renomada de auditoria e/ou consultoria e/ou banco de investimento atuantes à época das ocorrências referidas acima ("Agente de Avaliação"). A escolha do Agente de Avaliação deverá ser feita de comum acordo pelo Administrador e Gestor.

Em situações em que o Administrador considere que nenhum dos critérios para contabilização acima reflita adequadamente o valor de realização dos ativos do Fundo, poderá, a seu exclusivo critério e de forma justificada, adotar outros critérios de contabilização que melhor reflitam tal valor de realização.

Caso o Gestor identifique a possibilidade de perda nos investimentos integrantes da carteira do fundo, este deverá efetuar o provisionamento de tais perdas, de acordo com as normas contábeis vigentes. O provisionamento deve ser estimado com base em informações objetivas disponíveis na data de publicação do balanço da Companhia Investida.

O Administrador obrigatoriamente realizará reavaliações dos ativos da carteira do Fundo quando: (i) verificada a notória insolvência de uma Companhia Investida; (ii) houver atraso ou não pagamento de juros ou amortizações por parte das Companhias Investidas relativamente

aos títulos ou valores mobiliários que tenham sido adquiridos pelo Fundo; (iii) houver a homologação de qualquer pedido de recuperação judicial ou extrajudicial envolvendo uma Companhia Investida; ou (iv) houver a decretação de falência de uma Companhia Investida.

Somente serão baixados da carteira do Fundo os ativos cujas perdas sejam consideradas permanentes pelo Administrador.

Demonstrações Financeiras

O Fundo terá escrituração contábil própria e as demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e pelo COSIF e serão auditadas, anualmente, por auditor independente registrado na CVM.

Exercício Social do Fundo

O exercício social do Fundo tem início em 1 de abril de cada ano e término em 31 de março do ano subsequente.

Comitê de Investimento e Realização de Investimentos

Funções e Atribuições do Comitê de Investimento

O Comitê de Investimento do Fundo deverá: (i) deliberar sobre as Propostas de Investimento e, quando necessário, sobre as Propostas de Desinvestimento; (ii) aprovar despesas de auditorias fiscais, legais, contábeis, tecnológicas e ambientais que (a) individualmente (ou seja, por contrato firmado com cada fornecedor) totalize mais de R\$100.000,000 (cem mil reais) para o Fundo; ou (b) em conjunto (ou seja, pelo mesmo fornecedor em diferentes momentos) totalize mais de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para o Fundo; (iii) acompanhar o desempenho da carteira do Fundo por meio dos relatórios do Gestor; (iv) deliberar sobre a prorrogação do Período de Investimento por um prazo máximo de 1 (um) ano, conforme disposto no Regulamento; (v) estabelecer os prazos para realização dos investimentos após a integralização das Quotas a cada chamada feita pelo Administrador, bem como deliberar sobre a prorrogação de tais prazos; (vi) deliberar sobre a devolução aos Quotistas, bem como sobre os termos e condições de tal devolução, de valores pagos ao Fundo a título de integralização de Quotas em caso de não realização de investimentos pelo Fundo no prazo que for estabelecido pelo Comitê de Investimento; (vii) indicar os representantes do Fundo que comporão o conselho de administração, a diretoria e outros órgãos das Companhias Investidas, conforme aplicável; (viii) acompanhar a atuação e as decisões tomadas pelo representante do Fundo indicado para atuar nas reuniões do conselho de administração, na diretoria ou em outros órgãos das Companhias Investidas; e (ix) deliberar sobre a realização de investimentos na hipótese de recebimento de recursos pelo Fundo, conforme o disposto no Regulamento.

A execução das recomendações do Comitê de Investimento será de responsabilidade do Administrador ou do Gestor, conforme os termos do Regulamento.

Composição do Comitê de Investimento

O Comitê de Investimento será composto por até 5 (cinco) membros titulares votantes, sendo, 3 (três) nomeados pelo Gestor e 2 (dois) nomeados pelos Quotistas em Assembléia Geral de Quotistas especialmente convocada para esse fim. Todos os membros deverão ser residentes e domiciliados no Brasil, Quotistas ou não, bem como ter reputação ilibada e não poderão atuar, direta ou indiretamente, em atividade similar ou que possa gerar Potencial Conflito de Interesses.

Os membros do Comitê de Investimento e seus respectivos suplentes terão mandato de 2 (dois) anos, prorrogável automaticamente por prazos sucessivos de 2 (dois) anos cada, salvo se a Assembléia Geral de Quotistas ou o Gestor, conforme o caso, a qualquer tempo, destituir os membros que tiver nomeado.

Os membros do Comitê de Investimento não receberão nenhuma remuneração do Fundo pelo exercício de suas funções.

Informações adicionais acerca da nomeação e da renúncia e destituição dos membros do Comitê de Investimento encontram-se no Regulamento, que faz parte do Anexo II a este Prospecto.

Reuniões do Comitê de Investimento

O Comitê de Investimento reunir-se-á sempre que necessário. Cada membro votante do Comitê de Investimento terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do Comitê de Investimento, que serão aprovadas pelo voto da maioria dos membros presentes à reunião, ressalvado o poder de veto dos representantes do Gestor.

Adicionalmente, os membros que estejam em Potencial Conflito de Interesses não estarão aptos a votar as deliberações do Comitê de Investimento.

Realização de Investimentos

O Gestor deverá enviar a cada membro do Comitê de Investimento relatórios contendo estudos, avaliações e informações necessários para a correta análise e discussão das Propostas de Investimento, que, conforme o caso, poderão abranger os seguintes aspectos: (i) sumário executivo da Proposta de Investimento e seu detalhamento; (ii) análise econômico-financeira, de crédito e projeções de fluxo de caixa e dos demonstrativos financeiros da Companhia Alvo; (iii) descrição da estruturação financeira da operação envolvendo o investimento na Companhia Alvo, incluindo retornos esperados e as principais características dos títulos ou valores mobiliários objeto do investimento ou aquisição; (iv) principais aspectos societários e jurídicos da Companhia Alvo; e (v) cronograma físico-financeiro do investimento ou aquisição, no caso de desembolsos parcelados.

Os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas, deverão ser utilizados para a aquisição de títulos ou valores mobiliários de emissão de uma ou mais Companhias Alvo, dentro do prazo de 6 (seis) meses contados a partir da data do respectivo aporte, observado que, caso os investimentos do Fundo nas Companhias Alvo não sejam realizados dentro do prazo aqui previsto, o Gestor convocará o Comitê de Investimento

para deliberar sobre: (i) a prorrogação do prazo acima referido; (ii) a permanência dos recursos no caixa do Fundo; ou (iii) ao procedimento de restituição aos Quotistas dos valores aportados no Fundo referentes aos investimentos originalmente programados e que não tenham se concretizado.

O Administrador, o Gestor e os membros do Comitê de Investimento não serão responsáveis, judicial ou administrativamente, por prejuízos causados aos Quotistas em decorrência dos investimentos realizados pelo Fundo nas Companhias Investidas, salvo se (i) tais investimentos tiverem sido realizados em desacordo com a política de investimento estabelecida no Regulamento; ou (ii) tais prejuízos decorrerem de atos dolosos ou culposos do Administrador ou do Gestor, com violação da lei, das normas editadas pela CVM ou do Regulamento.

O Fundo não conta com garantia do Administrador, do Gestor, das entidades prestadoras dos serviços de custódia ou escrituração, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

O Fundo poderá realizar investimentos nas Companhias Alvo em conjunto com os Quotistas, o Administrador, o Gestor, Partes Relacionadas e com terceiros.

Emissão, Integralização, Distribuição, Amortização e Negociação das Quotas

Emissão e Subscrição de Quotas

A primeira emissão das Quotas será deliberada pelo Administrador sem necessidade de aprovação da Assembléia Geral de Quotistas. Serão emitidas 260.000 (duzentas e sessenta mil) Quotas, com valor unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada, na Data de Início do Fundo.

O valor das Quotas, após a Data de Início do Fundo, será o resultante da divisão do valor do Patrimônio Líquido pelo número de Quotas, utilizando-se o critério de quota de abertura, exceto para o caso de resgate de Quotas quando da liquidação do Fundo, em que se utilizará o critério da quota de fechamento.

As Quotas deverão ser subscritas obrigatoriamente durante o Período de Distribuição.

O Fundo poderá emitir novas Quotas mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas tomada pelo voto favorável dos Quotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas presentes, inclusive em situações que possam requerer (i) a realização de novos investimentos do Fundo nas Companhias Investidas de forma a manter seu valor econômico, (ii) a cobertura de eventuais contingências do Fundo, ou (iii) a recomposição do caixa do Fundo em montante suficiente para pagamento das despesas do Fundo. Qualquer nova emissão de Quotas deverá ser devidamente registrada junto à CVM nos termos da regulamentação aplicável.

A Assembléia Geral de Quotistas que deliberar sobre novas emissões de Quotas definirá as respectivas condições para subscrição e integralização de tais Quotas, observado o disposto na legislação aplicável e no Regulamento.

O valor mínimo do Capital Comprometido do Fundo na Data de Início do Fundo será de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais).

As Quotas do Fundo serão de classe única.

Direitos, Vantagens e Restrições das Quotas

Os subscritores das Quotas terão todos os direitos políticos e patrimoniais estabelecidos no Regulamento, salvo na hipótese de descumprimento, total ou parcial, da obrigação de integralização das Quotas no prazo de até 15 (quinze) dias a contar da data indicada na chamada para integralização, que resultará nas seguintes consequências ao investidor inadimplente, nos termos do Instrumento Particular de Compromisso de Investimento e do Regulamento: i) perda de seus direitos de (a) voto nas Assembléias Gerais; (b) alienação ou transferência das suas Quotas; e (c) recebimento de todos os valores que lhe caberiam por ocasião da liquidação do Fundo, que passarão aos demais Quotistas adimplentes, na proporção de suas Quotas, até o montante do inadimplemento; ii) direito do Fundo de alienar as Quotas detidas pelo Quotista inadimplente a qualquer terceiro nos termos do Instrumento Particular de Compromisso de Investimento e da procuração outorgada pelo Quotista ao Administrador, a fim de obter recursos para pagamento dos valores devidos ao Fundo, observado o direito de preferência dos demais Quotistas previsto no Regulamento; e iii) substituição do eventual representante indicado pelo Quotista inadimplente para o Comitê de Investimento por outro indicado pela Assembléia de Quotistas.

Qualquer débito em atraso do Quotista inadimplente perante o Fundo será atualizado, a partir da data indicada na chamada para integralização, pela variação do IPCA, acrescido de juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, além de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do débito corrigido, sem prejuízo da obrigação do Quotista inadimplente em ressarcir o Fundo pelos prejuízos causados, inclusive, mas não se limitando, a qualquer ressarcimento devido pelo Fundo a uma das Companhias Investidas em razão do inadimplemento acarretado por referido Quotista.

Os investidores que subscreverem Quotas após o primeiro período de integralização estarão sujeitos ao pagamento de Taxa de Ingresso, de forma que o valor econômico das Quotas subscritas pelo novo Quotista seja equivalente ao valor econômico das Quotas já anteriormente integralizadas por outros Quotistas. A Taxa de Ingresso é representada pela integralização de Quotas no valor da (a) Quota do Dia, ou (b) Quota Corrigida pelo Parâmetro de Referência, o que for maior.

A Taxa de Ingresso será sempre devida ao Fundo, portanto beneficiará a todos os Quotistas

As Quotas poderão ser negociadas privadamente, observado que: (i) tal negociação somente será admitida após o encerramento do Período de Investimentos e após sua integralização, e (ii) será admitida a negociação de parcela de Quotas de um mesmo Quotista, desde que, como resultado da negociação, o valor da totalidade das Quotas detidas pelo Quotista adquirente ou pelo Quotista alienante não seja inferior ao Valor Mínimo de Investimento. Também poderão ser registradas para custódia no SF – Módulo de Fundos administrado e operacionalizado pela Cetip, sendo a liquidação financeira dos eventos envolvendo as quotas custodiadas realizada na CETIP.

Os adquirentes das Quotas que ainda não sejam Quotistas deverão igualmente preencher o conceito de Investidor Qualificado, bem como deverão aderir aos termos e condições do Fundo

por meio da assinatura e entrega ao Administrador dos documentos por este exigidos, necessários para o cumprimento da legislação em vigor e efetivo registro como novos Quotistas. Em qualquer caso de transferência descrito neste item, o Quotista alienante, ou o administrador do seu espólio ou da sociedade resultante de reestruturação societária, deverá enviar comunicação escrita ao Administrador, juntamente com uma declaração do Quotista adquirente de que este é um Investidor Qualificado. O Administrador terá um prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento de tal comunicação para proceder ao registro do novo Quotista, desde que o requisito de ser Investidor Qualificado tenha sido cumprido.

As Quotas poderão também ser registradas para negociação em um ou mais mercado de bolsa ou balcão organizado, a critério do Administrador, após o encerramento do Período de Investimento, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição seja feita por Investidor Qualificado nesses ambientes. O Quotista que desejar alienar publicamente suas Quotas deverá antes oferecer aos demais Quotistas a oportunidade de adquirir tais Quotas nos termos dos parágrafos precedentes. A negociação pública das Quotas só poderá ocorrer após o encerramento do Período de Investimentos.

Adicionalmente às restrições à negociação de Quotas estipuladas, com exceção da outorga de garantia em benefício do Fundo aperfeiçoada com a celebração do Instrumento Particular de Compromisso de Investimento, é vedada a criação de qualquer ônus real sobre as Quotas antes do encerramento do Período de Investimentos. Após o encerramento do Período de Investimentos tal vedação não se aplicará, desde que o Quotista dê ciência ao beneficiário do ônus porventura criado sobre as restrições à negociação de Quotas constantes do Regulamento.

Distribuição de Quotas

Durante o Período de Distribuição das Quotas, o Administrador acessará investidores com quem celebrará os Instrumentos Particulares de Compromisso de Investimento. Ao assinar o Instrumento Particular de Compromisso de Investimento, de que constará o valor total do Capital Comprometido do Quotista, o investidor deverá também celebrar o Boletim de Subscrição e o Termo de Ciência de Risco e de Adesão ao Regulamento e o Administrador entregará ao Quotista uma cópia do Regulamento e do Prospecto.

Caso a totalidade das Quotas ou a totalidade das Quotas emitidas posteriormente, nos termos do Regulamento, não seja subscrita até o final do Período de Distribuição, o Administrador poderá cancelar o saldo de Quotas não subscritas sem necessidade de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas.

Salvo na hipótese de emissão de novas Quotas mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, nos termos do Regulamento, não será admitida subscrição de Quotas objeto desta distribuição após o encerramento do Período de Distribuição das Quotas, ficando vedadas, após tal período, a celebração de novos Instrumentos Particulares de Compromisso de Investimento.

Tendo em vista que a distribuição será realizada pelo Administrador, não haverá contrato de distribuição.

Demonstrativo dos Custos da Distribuição

Custos	Valor (em R\$)	% em relação ao valor total da emissão (valores arredondados)
Taxa de Fiscalização da CVM	82.870,00	0,0328
Despesas com o Registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos	9.622,78	0,0038
Outras Despesas	5.000,00	0,0020
Total	97.492,78	0,0386

Integralização de Quotas

As Quotas deverão ser integralizadas à vista, em moeda corrente nacional em fundos imediatamente disponíveis e transferíveis ao Administrador, os quais serão alocados pelo Administrador em conta segregada em nome do Fundo, conforme previsto em cada Boletim de Subscrição e no Instrumento Particular de Compromisso de Investimento.

As quotas poderão ser integralizadas via MDA – Módulo de Distribuição de Ativos administrado e operacionalizado pela Cetip.

Na Data de Início do Fundo, cada Quotista integralizará percentual do Capital Comprometido do Quotista a ser definido no respectivo Instrumento Particular de Compromisso de Investimento. As demais Quotas deverão ser integralizadas, durante o Prazo de Duração do Fundo, na medida em que ocorrerem chamadas para integralização por parte do Administrador nos termos do Regulamento e dos respectivos Instrumentos Particulares de Compromisso de Investimento. As integralizações das Quotas ocorrerão em, no máximo 7 (sete) dias úteis a partir da respectiva chamada (i) em decorrência do surgimento de investimentos a serem realizados pelo Fundo nos termos do Artigo 25 durante o Período de Investimentos; (ii) para cobertura das chamadas não atendidas pelos Quotistas Inadimplentes; (iii) para pagamentos de despesas comprovadas do Fundo; ou (iv) caso o caixa do Fundo se torne inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil Reais) por 30 (trinta) dias consecutivos, salvo se o Gestor renunciar a esta chamada de capital por motivo justificado apresentado ao Administrador, tudo nos termos dos Instrumentos Particulares de Compromisso de Investimento. As chamadas para integralização serão feitas pelo valor patrimonial da Quota na data da integralização, até o valor total do Capital Comprometido do Quotista.

O saldo não integralizado do Capital Comprometido do Quotista será corrigido pela variação do IPCA, após os primeiros 12 meses, desde a data de assinatura pelo Quotista do Instrumento Particular de Compromisso de Investimento até cada data de integralização das Quotas, calculada pro rata temporis (base 252 dias úteis). Caso na data da integralização das quotas a variação acumulada do IPCA do mês em questão não estiver sido divulgada, deverá ser utilizado o IPCA projetado para o mês.

O Comitê de Investimento poderá deliberar sobre a devolução aos Quotistas dos valores pagos a título de integralização de Quotas. No caso de devolução de tais valores, fica estabelecido que estes serão considerados, para todos os fins, como saldo não integralizado dos respectivos

Capitais Comprometidos dos Quotistas, conforme disposto nos Instrumentos Particulares de Compromisso de Investimento.

A ocorrência de qualquer descumprimento, total ou parcial, da obrigação do Quotista de aportar recursos no Fundo até a data de integralização informada pelo Administrador, não sanada no prazo previsto abaixo, resultará nas seguintes consequências ao Quotista inadimplente: (i) perda de seus direitos de (a) voto nas Assembléias Gerais; (b) alienação ou transferência das suas Quotas; e (c) recebimento de todos os valores que lhe caberiam por ocasião da liquidação do Fundo, que passarão aos demais Quotistas adimplentes, na proporção de suas Quotas, até o montante do inadimplimento; (ii) direito do Fundo de alienar as Quotas detidas pelo Quotista inadimplente a qualquer terceiro nos termos do Instrumento Particular de Compromisso de Investimento e da procuração outorgada pelo Quotista ao Administrador, a fim de obter recursos para pagamento dos valores devidos ao Fundo, observado o direito de preferência dos demais Quotistas previsto no Regulamento; e (iii) substituição do eventual representante indicado pelo Quotista inadimplente para o Comitê de Investimento por outro indicado pela Assembléia de Quotistas.

As consequências referidas acima serão exercidas pelo Administrador, caso o respectivo descumprimento não seja sanado pelo Quotista inadimplente no prazo de até 15 (quinze) dias a contar da data indicada na chamada para integralização.

Qualquer débito em atraso do Quotista inadimplente perante o Fundo será atualizado, a partir da data indicada na chamada para integralização, pela variação do IPCA, acrescido de juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, além de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do débito corrigido, sem prejuízo da obrigação do Quotista inadimplente em ressarcir o Fundo pelos prejuízos causados, inclusive, mas não se limitando, a qualquer ressarcimento devido pelo Fundo a uma das Companhias Investidas em razão do inadimplimento acarretado por referido Quotista.

As Quotas também poderão ser integralizadas através do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP.

Comprovante de Titularidade

A escrituração das Quotas comprova a propriedade e a quantidade de Quotas detidas por cada Quotista.

Resgate de Quotas

As Quotas serão resgatadas após o final do Prazo de Duração do Fundo ou pela liquidação antecipada do Fundo, de acordo com os procedimentos descritos no Regulamento.

Amortização de Quotas

Salvo hipótese prevista no parágrafo a seguir, as Quotas serão amortizadas proporcionalmente ao montante que o valor de cada Quota representa relativamente ao Patrimônio Líquido, no todo ou em parte, todas as vezes que houver o pagamento de dividendos, juros sobre o capital

próprio, desinvestimentos ou qualquer pagamento realizado pelas Companhias Investidas ao Fundo.

Os recursos oriundos da alienação parcial ou total de investimento do Fundo nas Companhias Investidas bem como os juros, dividendos e outros proventos recebidos no Período de Investimentos poderão ser utilizados para reinvestimento nas Companhias Investidas ou em novas Companhias Alvo ou ser distribuídos aos Quotistas, por meio da amortização de Quotas, nos termos do Regulamento, a critério do Comitê de Investimentos.

A amortização será paga no prazo máximo de 10 (dez) dias do recebimento pelo Fundo dos pagamentos mencionados acima.

Alternativamente à amortização de Quotas prevista nesta seção, o Administrador poderá transferir pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio diretamente aos Quotistas, proporcionalmente à participação dos Quotistas no Fundo, com base no Capital Integralizado. Estes pagamentos recebidos pelos Quotistas serão computados pelo Administrador para fins de cálculo da Taxa de Performance, nos termos do Regulamento.

A Assembléia Geral de Quotistas poderá deliberar pela amortização de Quotas em ativos da carteira do Fundo, caso em que definirá as condições para tal amortização.

Negociação de Quotas

As Quotas poderão ser negociadas privadamente, observado que: (i) tal negociação somente será admitida após o encerramento do Período de Investimentos e após sua integralização, e (ii) será admitida a negociação de parcela de Quotas de um mesmo Quotista, desde que, como resultado da negociação, o valor da totalidade das Quotas detidas pelo Quotista adquirente ou pelo Quotista alienante não seja inferior ao Valor Mínimo de Investimento previsto no Regulamento. As Quotas integralizadas por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativo da CETIP, administrado e operacionalizado pela CETIP, também poderão ser registradas para custódia no SF – Módulo de Fundos, sendo a liquidação financeira dos eventos envolvendo as quotas custodiadas realizada na CETIP.

Os adquirentes das Quotas que ainda não sejam Quotistas deverão igualmente preencher o conceito de Investidores Qualificados, bem como deverão aderir aos termos e condições do Fundo por meio da assinatura e entrega ao Administrador dos documentos por este exigidos, necessários para o cumprimento da legislação em vigor e efetivo registro como novos Quotistas. Em qualquer caso de transferência aqui descrito, o Quotista alienante, ou o administrador do seu espólio ou da sociedade resultante de reestruturação societária, deverá enviar comunicação escrita ao Administrador, juntamente com uma declaração do Quotista adquirente de que este é um Investidor Qualificado. O Administrador terá um prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento de tal comunicação para proceder ao registro do novo Quotista, desde que o requisito de ser Investidor Qualificado tenha sido cumprido.

As Quotas poderão também ser registradas para negociação em um ou mais mercado de bolsa ou balcão organizado, a critério do Administrador, após o encerramento do Período de Investimento, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição seja feita por Investidor Qualificado nesses ambientes. O Quotista que desejar alienar publicamente suas Quotas deverá antes oferecer aos demais Quotistas a oportunidade de adquirir tais Quotas, conforme o disposto

acima. A negociação pública das Quotas só poderá ocorrer após o encerramento do Período de Investimentos.

Adicionalmente às restrições à negociação de Quotas estipuladas, com exceção da outorga de garantia em benefício do Fundo aperfeiçoada com a celebração do Instrumento Particular de Compromisso de Investimento, é vedada a criação de qualquer ônus real sobre as Quotas antes do encerramento do Período de Investimentos. Após o encerramento do Período de Investimentos tal vedação não se aplicará, desde que o Quotista dê ciência ao beneficiário do ônus porventura criado sobre as restrições à negociação de Quotas constantes do Regulamento.

As Quotas integralizadas por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativo da CETIP, administrado e operacionalizado pela CETIP, também poderão ser registradas para custódia no SF – Módulo de Fundos, sendo a liquidação financeira dos eventos envolvendo as quotas custodiadas realizada na CETIP.

Eventos de Avaliação

O Administrador convocará Assembléia Geral de Quotistas tão logo tenha ciência dos seguintes fatos, que constituem, para todos os fins, Eventos de Avaliação: (i) aquisição, pelo Fundo, de títulos e valores mobiliários em desacordo com a política de investimento do Fundo, conforme exposto no Capítulo IV do Regulamento, verificada pelo Administrador e (ii) não pagamento do valor integral da amortização de qualquer Quota, nos termos do Regulamento.

Liquidação

O Fundo entrará em liquidação ao final do Prazo de Duração ou de sua prorrogação, bem como na ocorrência dos eventos de liquidação antecipada mencionados imediatamente abaixo. Após o pagamento de todos os custos e despesas devidos pelo Fundo, as Quotas serão resgatadas em moeda corrente nacional ou em ativos, se for o caso, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contado do término do Prazo de Duração ou da data da deliberação da liquidação antecipada.

Liquidação Antecipada

O Administrador convocará Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo na ocorrência de (i) desinvestimento de todos os ativos da carteira do Fundo; e (ii) renúncia e não substituição do Gestor ou do Custodiante em até 60 (sessenta) dias da comunicação da respectiva renúncia.

O Administrador liquidará o Fundo, independentemente de Assembléia Geral de Quotistas, se, na hipótese de a Assembléia Geral de Quotistas convocada pelo Administrador para deliberar sobre a liquidação do Fundo, ou sobre sua incorporação em outro fundo, não for obtido quorum suficiente ou não for deliberada a liquidação ou incorporação do Fundo.

Forma de Liquidação

A liquidação do Fundo e o conseqüente resgate das Quotas serão realizados mediante (i) a venda dos valores mobiliários emitidos pelas Companhias Investidas em bolsa de valores, em mercado de balcão organizado, em mercado de balcão não organizado ou em negociações privadas, conforme o tipo do ativo; (ii) o pagamento das debêntures emitidas pelas Companhias Investidas; (iii) a venda dos ativos das Companhias Investidas; ou (iv) a cessão de recebíveis

eventualmente gerados no processo de venda de tais imóveis das Companhias Investidas observado o disposto na legislação aplicável.

Para o pagamento do resgate será utilizado o valor da Quota de fechamento do dia do pagamento.

Caso não seja possível liquidar os ativos conforme aqui previsto, o Administrador resgatará as Quotas mediante entrega aos Quotistas dos títulos e valores mobiliários da carteira do Fundo pelo preço fixado nos termos do disposto abaixo. Tal resgate será realizado mediante operações simultâneas de compra, por parte dos Quotistas, e venda por parte do Fundo, dos títulos e valores mobiliários da carteira do Fundo, conforme previsto na Instrução CVM n.º 394, de 22 de julho de 2003, ou em caso de alteração dessa norma, será observado o novo procedimento estabelecido pela CVM.

Em qualquer caso, a contabilização e a liquidação de ativos do Fundo serão realizadas (i) com observância das normas estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo e (ii) com relação às Quotas já integralizadas tendo por parâmetro o valor de cada Quota relativamente ao Patrimônio Líquido.

Respeitando o disposto no Regulamento, a Assembléia Geral de Quotistas deverá deliberar sobre os procedimentos para entrega dos Valores Mobiliários para fins de pagamento de resgate das Quotas do Fundo ainda em circulação.

Na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida acima não chegar a acordo comum referente aos procedimentos para entrega dos títulos e valores mobiliários para fins de pagamento de resgate das Quotas, os títulos e valores mobiliários da carteira do Fundo serão entregues aos Quotistas mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada um sobre o valor total das Quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

O Administrador deverá notificar os Quotistas, para que elejam um administrador do referido condomínio dos títulos e valores mobiliários, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, informando a proporção dos títulos e valores mobiliários a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do referido condomínio.

O Custodiante continuará prestando os serviços de custódia pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contado da notificação acima referida, dentro do qual o administrador do condomínio eleito pelos Quotistas indicará ao Administrador e ao Custodiante, hora e local para que seja feita a entrega dos títulos e valores mobiliários. Expirado este prazo, o Administrador poderá promover a consignação dos títulos e valores mobiliários da carteira do Fundo na forma do Artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

Encargos do Fundo

Além da remuneração do Administrador, constituem encargos do Fundo as seguintes despesas: (i) emolumentos e comissões pagas por operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo; (ii) taxas, impostos ou contribuições federais,

estaduais ou municipais, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo; (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas na Instrução CVM nº 391/03 ou na regulamentação pertinente; (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas; (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações financeiras do Fundo; (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive, custos relativos a arbitragens envolvendo o Fundo e o valor da condenação imputada ao Fundo, se for o caso, bem como honorários, custos e despesas para submeter à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE os investimentos do Fundo nas Companhias Investidas; (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólice de seguro e não decorrentes diretamente de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções; (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos; (ix) quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembléia Geral de Quotistas; (x) taxa de custódia de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo; e (xi) despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria, tais como, mas não se limitando a despesas com auditoria contábil e legal das Companhias Investidas, com consultorias especializadas, incluindo a realização de estudos de viabilidade técnica, financeira e Estudos de Avaliação, conforme disposto no Regulamento, até o limite equivalente a 2% (dois por cento) do Capital Comprometido.

Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembléia Geral.

O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração ou da Taxa de Performance sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados pelo Fundo, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração e da Taxa de Performance.

Tributação Aplicável aos Quotistas do Fundo

(i) Tributação do Quotista residente no Brasil

As operações de aquisição das Quotas do Fundo submetem-se à incidência do IOF/Títulos. Atualmente, a respectiva alíquota está reduzida a zero (art. 32, § 2º, inciso IV, do Decreto nº 6.306/07).

Os investidores serão tributados pelo IRF por ocasião (i) do resgate de Quotas, em decorrência do término do prazo de duração ou liquidação do Fundo; (ii) da amortização das Quotas; ou (iii) da alienação das Quotas. Em todos os casos, a tributação ocorrerá sobre o ganho apurado, assim considerada a diferença positiva existente entre o valor do resgate, da amortização e da alienação e o respectivo custo de aquisição das Quotas. Dessa maneira, os Quotistas (pessoas físicas) que reconhecerem os ganhos e rendimentos em caso de resgate, amortização ou alienação de Quotas do Fundo estarão sujeitos à incidência do IRF à alíquota de 15% (quinze por cento), sobre a diferença positiva existente entre o valor do resgate, da amortização e da alienação e o respectivo custo de aquisição das Quotas.

A exemplo das pessoas físicas, as pessoas jurídicas que reconhecerem ganhos e rendimentos nas hipóteses de resgate, amortização ou alienação das quotas de sua propriedade também estarão sujeitas ao IRF à alíquota de 15% (quinze por cento), incidente sobre a diferença nominal positiva existente entre o valor do resgate, da amortização e da alienação e o correspondente custo de aquisição das Quotas, e tal imposto de renda na fonte será tratado por qualquer contribuinte pessoa jurídica como adiantamento do pagamento do imposto de renda devido por tal contribuinte pessoa jurídica.

Para poder usufruir da alíquota de 15% (quinze por cento) acima indicada, os seguintes requisitos se aplicarão: (a) carteira do Fundo composta de, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de ações de emissão de sociedades anônimas, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição; e (b) atendimento aos limites de diversificação de carteira e as regras de investimento constantes dos normativos emitidos pela CVM.

Em caso de inobservância dos requisitos (a) e/ou (b) mencionados acima, os rendimentos e ganhos reconhecidos pelos Quotistas, pessoas físicas ou jurídicas, serão submetidos à tributação pelo IRF a alíquotas regressivas em função do prazo de suas aplicações, conforme segue: 22,5% (vinte e dois vírgula cinco por cento) para aplicações com prazo até 180 dias, 20% (vinte por cento) para aplicações de 181 até 360 dias, 17,5% (dezessete vírgula cinco por cento) para aplicações de 361 a 720 dias e 15% (quinze por cento) para aplicações com prazo superior a 720 dias.

(ii) Tributação de Quotistas não residentes

Os investidores não residentes, de maneira geral, submetem-se às mesmas regras aplicáveis aos investidores pessoas físicas brasileiras. Contudo, desde que estes investidores realizem suas operações financeiras no Brasil de acordo com o mecanismo introduzido pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2689/2000 (“Investidor 2689”), os rendimentos reconhecidos de suas aplicações estarão sujeitos à incidência do IRF, à alíquota zero, para qualquer resgate ou amortização das Quotas de acordo com a Lei 11.312 de 27 de junho de 2006. No entanto, tal benefício fiscal não se aplicará: (i) para Quotista não residente que, isolada ou conjuntamente com partes relacionadas, detenha (a) 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das Quotas emitidas pelo Fundo ou (b) Quotas que lhes assegurem o direito ao recebimento de receber 40% (quarenta por cento) ou mais do total de rendimentos a serem distribuídos pelo Fundo; (ii) caso o Fundo tenha em sua carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) do total de seu patrimônio líquido, exceto títulos públicos federais; e (iii) para investidores residentes ou domiciliados em país que não tribute a renda ou a tribute mediante alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) (“Paraíso Fiscal”).

Em 24 de junho de 2008 foi promulgada a Lei 11.727 prevendo que, a partir de 1º de Janeiro de 2009 o conceito de “Paraíso Fiscal” também incluirá jurisdições ou países cujas legislações locais não garantam o acesso a informações referentes à composição societária ou a titularidade de determinado investimento. De acordo com os advogados brasileiros do Fundo e dado que a lei que estabelece alíquota de zero por cento do IRF no resgate de Quotas não foi alterada, há bons fundamentos legais para sustentar que as alterações mencionadas neste parágrafo, no que diz respeito ao conceito de Paraíso Fiscal, não afetam a alíquota do IRF aplicável a investimentos em fundos de investimentos em participações como o Fundo, conforme mencionado no parágrafo anterior. Não obstante, a questão não está livre de dúvidas, na medida em que alterações introduzidas ao conceito de paraísos fiscais são recentes e espera-se que a Receita Federal brasileira venha a editar nova regulamentação, a qual poderá, eventualmente, afetar esta análise. De qualquer forma, recomenda-se que potenciais investidores consultem seus próprios advogados brasileiros sobre esta questão.

Tal Lei 11.727 também criou o conceito de Paraíso Fiscal no âmbito das regras brasileiras de preço de transferência, com a criação do conceito de “regime fiscal privilegiado”. Considera-se “regime fiscal privilegiado” aquele que apresente qualquer das seguintes características: (i) não tribute a renda ou a tribute à alíquota máxima inferior a 20%; (ii) conceda vantagem de natureza fiscal a pessoa física ou jurídica não residente: (a) sem exigir comprovação de realização de atividade econômica substancial no país ou dependência de tal pessoa física ou jurídica não residente; ou (b) condicionada ao não exercício, por tal pessoa física ou jurídica, de atividade econômica substancial no seu país ou dependência; (iii) não tribute receitas geradas no exterior, ou o faça em alíquota máxima inferior a 20%; ou (iv) não permita o acesso a informações relativas à composição societária, titularidade de bens ou direitos ou às operações econômicas realizadas. Tendo em vista que diversas regulamentações brasileiras utilizam o conceito previsto pelas regras brasileiras de preço de transferência ao se referirem a paraísos fiscais, independentemente de parecer dos advogados brasileiros no sentido de que as mudanças mencionadas neste parágrafo são aplicáveis exclusivamente para fins de preço de transferência, há a possibilidade de que o conceito de “regime fiscal privilegiado” impacte a definição de Paraíso Fiscal aplicável aos fundos de investimento em participações como o Fundo, e que investidores estrangeiros do Fundo estejam sujeitos a alíquota do IRF superior à alíquota aqui indicada. Não obstante, devido à recente promulgação dessa Lei, não é possível ter certeza se esse conceito de regime fiscal privilegiado será aplicável apenas para qualificar as operações sujeitas às regras de preço de transferência, ou se será considerado para o fim de ampliar o conceito de Paraíso Fiscal previsto em outras regulamentações brasileiras. Os artigos da lei relativos ao regime fiscal privilegiado entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2009. Investidores potenciais devem consultar seus próprios advogados brasileiros quanto às mudanças implementadas pela Lei 11.727 mencionadas aqui e nos parágrafos acima.

Não estão sujeitos à incidência do imposto de renda os ganhos de capital auferidos por Investidores 2689 na alienação de Quotas do Fundo em operações realizadas em bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, desde que tais Investidores 2689 não estejam situados em Paraísos Fiscais.

O quadro a seguir sumariza as alíquotas aplicáveis aos quotistas:

		Amortização/ Resgate	Alienação
Investidores Residentes	Pessoa Física	15%	15%
	Pessoa Jurídica	15%	15%
	Fundo de Pensão	Isento	Isento
Investidores Não-Residentes	Investidores 2689	Zero (*)	Isento (*)
	Demais investidores estrangeiros	15%	15%

(*) Desde que os requisitos exigidos pela legislação tributária sejam obedecidos.

Além disso, a liquidação de operações de câmbio realizadas por não-residentes para investir nas Quotas do Fundo está sujeita à incidência do IOF/Câmbio. Até outubro de 2008, a alíquota aplicável correspondia a 1,5%. Entretanto, com a publicação do Decreto nº 6.613/08, a alíquota foi reduzida

para zero. A liquidação das operações de câmbio realizadas para o retorno das aplicações feitas no Fundo também está sujeita à incidência do IOF/Câmbio à alíquota de zero por cento.

Os dividendos distribuídos pelas Companhias Investidas diretamente aos investidores estão isentos de tributação pelo imposto de renda na fonte, de acordo com os parágrafos 13 e 14 do artigo 8º da Instrução Normativa SRF 25/2001. No caso do IRF incidente sobre juros sobre o capital próprio repassados diretamente aos Quotistas a alíquota aplicável é de 15% (quinze por cento) ou 25% (vinte e cinco por cento), na hipótese de o beneficiário estar localizado em Paraísos Fiscais. Por fim, os juros sobre o capital próprio distribuídos ao Fundo são isentos de tributação, nos termos do artigo 28, § 10, “b”, da Lei nº 9.532/97.

A alíquota de IOF/Câmbio aplicável sobre a operação de câmbio realizada para a remessa para o exterior de dividendos, ou juros sobre o capital próprio pagos diretamente ao quotista do Fundo, conforme mencionado no parágrafo acima, está atualmente reduzida a zero por cento.

Tributação Aplicável ao Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica. Assim, não está sujeito ao pagamento de quaisquer tributos devidos pelas pessoas jurídicas constituídas ou operando no Brasil, estando sujeito, portanto, a um regime tributário especial. Conseqüentemente, o Fundo não está sujeito ao pagamento de nenhum dos seguintes tributos: (i) IRPJ; (ii) CSLL; (iii) PIS; e (iv) COFINS. Os rendimentos e lucros líquidos auferidos na alienação, liquidação ou cessão dos títulos, aplicações financeiras e valores mobiliários integrantes da Carteira de Investimentos do Fundo estão expressamente isentos da incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRF), nos termos do artigo 28, § 10, “a”, da Lei nº 9.532/97.

As operações da Carteira de Investimentos do Fundo estão sujeitas à alíquota zero do Imposto sobre Operações Financeiras (“IOF/Títulos”) incidente sobre operações com títulos ou valores mobiliários de acordo com o artigo 32, §2º, inciso II do Decreto nº 6.306/07.

Assembléia Geral de Quotistas

As matérias de competência da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, bem como o quorum de instalação e de deliberação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo para cada uma dessas matérias, a forma de convocação e a periodicidade de sua realização, além da forma de representação, encontram-se definidos no Regulamento, que faz parte do Anexo II a este Prospecto.

Potencial Conflito de Interesses

Qualquer transação entre o (i) Fundo e Partes Relacionadas, e (ii) as Partes Relacionadas e as Companhias Alvo que deve ser levada ao conhecimento do Comitê de Investimento, sendo obrigação do Gestor, dentre outras, comunicar ao Comitê de Investimento qualquer hipótese de Potencial Conflito de Interesses.

Divulgação de Fato Relevante

Os atos ou fatos relevantes que possam influenciar, direta ou indiretamente, as decisões de investimento no Fundo, bem como quaisquer outras informações a ele relacionadas, serão imediatamente informados à CVM e divulgados aos Quotistas por meio de publicação no DCI – Diário Comércio Indústria & Serviços ou por meio de envio de correspondência eletrônica ou por

correspondência registrada no endereço indicado pelo Quotista no Termo de Ciência de Risco e de Adesão ao Regulamento ou por meio da sua disponibilização no site do Gestor na Internet.

Remessa de Demonstrações Financeiras e outros Documentos

O Administrador deverá remeter à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos, e aos Quotistas, as informações especificadas a seguir, na periodicidade informada: (i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, (a) valor do Patrimônio Líquido; e (b) número de Quotas emitidas; (ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, (a) composição da carteira do Fundo, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram; (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração de que foram obedecidas as disposições da ICVM 391/03 e do Regulamento; (c) os encargos debitados ao Fundo, em conformidade com o disposto no Capítulo XII do Regulamento, devendo ser especificado seu valor; e (d) relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia de títulos e valores mobiliários componentes da carteira do Fundo; (iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social do Fundo, (a) as demonstrações contábeis do Fundo no exercício acompanhadas de parecer do auditor independente; (b) o valor patrimonial de cada classe de Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e (c) os encargos debitados ao Fundo, em conformidade com o disposto no Regulamento, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio mensal do Fundo.

Sucessão dos Quotistas

Em caso de morte ou incapacidade de Quotista, o representante do espólio ou do incapaz exercerá os direitos e cumprirá as obrigações, perante o Fundo e o Administrador, que cabiam ao de cujus ou ao incapaz, observadas as prescrições legais.

Correspondência Eletrônica

Considera-se o correio eletrônico como forma de correspondência válida entre o Quotista e o Administrador, salvo se o Quotista manifestar-se em sentido contrário.

Arbitragem e Foro

O Administrador, o Gestor, o Custodiante e os Quotistas obrigam-se a submeter à arbitragem toda e qualquer controvérsia baseada em matéria decorrente de ou relacionada ao Regulamento, ou à constituição, operação, gestão e funcionamento do Fundo.

Informações adicionais acerca, dentre outras, da composição, nomeação, sede e regras aplicáveis à arbitragem encontram-se no Regulamento, que integra o Anexo II a este Prospecto.

Com relação a eventual controvérsia relativa ao Regulamento, ou à constituição, operação, gestão e funcionamento do Fundo, que não puder, por força de lei, ser dirimida pela via arbitral, fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Solução Amigável de Conflitos

Para a solução amigável de conflitos relacionados a este Prospecto, reclamações ou pedidos de esclarecimentos poderão ser direcionados ao atendimento comercial. Se não for solucionado o conflito, a Ouvidoria Corporativa Itaú poderá ser contatada pelo 0800 570 0011, em dias úteis, das 9 às 18 horas, ou pela Caixa Postal 67.600, CEP 03162-971.

Atendimento aos Quotistas

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo e a Oferta, bem como para obter cópia deste Prospecto e do Regulamento do Fundo, potenciais investidores e Quotistas poderão entrar em contato com o Administrador, o Gestor ou com a CVM, nos seguintes endereços:

Administrador

Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
At.: Srs. Nilvio Fecchio / Walter Watanabe
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa
São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 5029-1345 / (0xx11) 5029-4062
Fax.: (0xx11) 5029-1394
Correio Eletrônico: nilvio.fecchio@itau.com.br / walter.watanabe@itau.com.br

Gestor

Kinea Investimentos Ltda.
At.: Paulo Rezende
Rua Minas da Prata, n.º 30, 4º andar
São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3073-8700
Fax.: (0xx11) 3073-8796 / 3073-8797
Correio Eletrônico: paulo.rezende@kinea.com.br / kinea@kinea.com.br

CVM

Comissão de Valores Mobiliários – CVM
Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar
Rio de Janeiro – RJ
Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º ao 4º andares
São Paulo – SP
Website: www.cvm.gov.br

IX. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Relacionamento entre o Administrador e o Gestor

Na data deste Prospecto, o Administrador e o Gestor integravam o mesmo grupo econômico, o Grupo Itaú Unibanco. O Administrador e o Gestor não mantinham, na data deste Prospecto, qualquer relacionamento comercial relevante, possuindo apenas as seguintes relações: (i) o Gestor foi contratado pelo Administrador para a prestação de serviços de gestão da Carteira; e (ii) o Gestor prestava serviços de gestão de carteiras de investimento de outros fundos administrados pelo Administrador, qual seja, KINEA MACRO FI MULTIMERCADO, KINEA I MACRO FI MULTIMERCADO, KINEA TOTAL RETURN EQUITY FI MULTIMERCADO, KINEA I TOTAL RETURN EQUITY FI MULTIMERCADO, KINEA SISTEMÁTICO MASTER MULTIMERCADO FI, KINEA SISTEMÁTICO MULTIMERCADO FICFI, KINEA DINÂMICO MASTER FIA, KINEA I REAL ESTATE EQUITY FIP. A prestação de serviços referida na alínea (ii) acima é regulada pelo “Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Carteira de Fundos de Investimento”, celebrado entre o Administrador e o Gestor em 31/10/07 com aditamentos em 24/01/08, 30/05/08, 01/08/08. As remunerações devidas ao Gestor nos termos do contrato e aditamentos referido acima são equivalentes a percentuais do patrimônio líquido ou do capital comprometido dos fundos e variam de 1,5% (hum inteiro e cinco décimos por cento) a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento).

Relacionamento entre o Administrador e o Custodiante

Na data deste Prospecto, o Administrador e o Custodiante integravam o mesmo grupo econômico, o Grupo Itaú Unibanco. O Administrador e o Custodiante não mantinham, na data deste Prospecto, qualquer relacionamento comercial relevante, possuindo apenas as seguintes relações: (i) o Custodiante foi contratado pelo Administrador para prestação de serviços de custódia qualificada dos ativos financeiros e outros títulos e valores mobiliários que compõem a carteira do Fundo; e (ii) o Custodiante prestava serviços de custódia qualificada de ativos de outros fundos de investimento administrados pelo Administrador, quais sejam, FIDC CESP II, FIDC INSS II, Cemig FIDC Conta CRC – Consolidada, FIDC Não Padronizados América Multicarteira, FIDC CESP III, Daycoval FIDC, BMG FIDC Créditos Consignados VI, FIDC EMAE – Energia, FIDC Panamericano Veículos I, FIDC Energisa, JP Morgan FIDC Não Padronizados Multicarteira, FIDC Não Padronizados Alemanha Multicarteira, General Atlantic FIP, Capital Mezanino FIP, Pragma 1 FIP, Kinea I Real Estate Equity FIP, BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Consignados Públicos VII, FIC Patria Real State FIP, Épica FIP e GA Brasil FIP. As prestações de serviços referidas na alínea (ii) acima são reguladas por meio de contratos de prestação de serviços de custódia e controladoria de fundo de investimento celebrados entre o Administrador e o Custodiante. Como regra geral, tais contratos têm prazo de vigência até a liquidação integral das obrigações dos respectivos fundos de investimento, sendo que o primeiro desses contratos foi celebrado em 28 de junho de 2005 e o último em 3 de outubro de 2008. As remunerações devidas ao Custodiante nos termos dos contratos referidos acima são equivalentes a percentuais do patrimônio líquido dos fundos e variam de 0,04% (quatro centésimos por cento) a 0,50% (cinquenta centésimos por cento).

Relacionamento entre o Administrador e os Auditores Independentes

Na data deste Prospecto, o Administrador e os Auditores Independentes não mantinham qualquer relacionamento comercial relevante, possuindo apenas as seguintes relações indiretas: (i) os Auditores Independentes são responsáveis pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo; e (ii) os Auditores Independentes prestavam serviços de revisão das demonstrações financeiras e das contas de outros fundos administrados pelo Administrador. Os Auditores Independentes são contratados pelos fundos administrados pelo Administrador, para os quais os Auditores Independentes prestam serviços, e não pelo Administrador. Assim, as remunerações devidas aos Auditores Independentes nos termos dos referidos contratos são pagas diretamente pelos fundos, não sendo desembolsadas pelo Administrador.

X. SUMÁRIO DOS CONTRATOS

Contrato de Gestão de Carteira de Fundo de Investimento em Participações

Este contrato é celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e o Gestor para estabelecer as condições, procedimentos, direitos e obrigações relativos à administração da carteira do Fundo pelo Gestor.

O contrato permanecerá em vigor durante o Prazo de Duração, salvo se de outra forma deliberado pela Assembléia Geral ou se diversamente pactuado entre Administrador e Gestor.

Contrato de Custódia e Controladoria

Esse contrato refere-se à custódia e controladoria dos títulos e valores mobiliários e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e o Custodiante, estabelecendo os procedimentos, direitos e obrigações relativos a esses serviços.

O contrato permanecerá em vigor durante o Prazo de Duração do Fundo, salvo se de outra forma deliberado pela Assembléia Geral ou se diversamente pactuado entre o Administrador e o Custodiante.

Instrumento Particular de Compromisso de Investimento

O Instrumento Particular de Compromisso de Investimento será celebrado entre o Administrador, em nome do Fundo, e cada investidor interessado na subscrição de Quotas com a finalidade de estabelecer as regras aplicáveis à subscrição e integralização de Quotas, bem como regular as relações entre tal investidor, na qualidade de Quotista, e o Fundo, que não estejam previstas no Regulamento. Mediante a assinatura do Instrumento Particular de Compromisso de Investimento (juntamente com o Termo de Ciência de Risco e de Adesão ao Regulamento), o investidor se compromete a cumprir os termos do Regulamento.

O Instrumento Particular de Compromisso de Investimento entrará em vigor a partir da data de sua celebração entre investidor e o Administrador e permanecerá em vigor durante o Prazo de Duração do Fundo.

Boletim de Subscrição

O Boletim de Subscrição será firmado pelo investidor quando da celebração do Instrumento Particular de Compromisso de Investimento. Tal boletim descreve a quantidade e o valor das Quotas subscritas por cada subscritor, bem como as condições de sua integralização.

De acordo com o Boletim de Subscrição, o investidor concorda em subscrever e integralizar a quantidade de Quotas nele previstos.

Termo de Ciência de Risco e de Adesão ao Regulamento

O Termo de Ciência de Risco e de Adesão ao Regulamento será assinado pelo investidor, que (i) tomará ciência acerca da política de investimento do Fundo e dos riscos a ela inerentes, bem

como dos critérios para a avaliação dos ativos do Fundo e todos os demais termos e condições relativos às atividades do Fundo, e (ii) aderirá ao conteúdo completo do Regulamento.

XI. ANEXOS

ANEXO I AO PROSPECTO

Cópia do Termo de Constituição de Fundo de Investimento em Participações

TERMO DE CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, com sede na Cidade de São Paulo - SP, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, CNPJ/MF nº 62.418.140/0001-31, constitui FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, nos termos da Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme segue:

I - O Fundo de Investimento em Participações será denominado **KINEA I PRIVATE EQUITY FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES** ("Fundo");

II - A administração do Fundo será efetuada pela **INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, já qualificada, e a gestão da carteira do Fundo será efetuada pela **KINEA INVESTIMENTOS LTDA.**, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas da Prata, 30 - 4º andar, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 08.604.187/0001-44;

III - A **INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** aprova a 1ª emissão de quotas do Fundo, de única classe, com valor de subscrição de R\$ 1.000,00 (um mil Reais) por quota.

IV - O diretor da **INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** responsável pelas operações do Fundo, designado para responder, civil e criminalmente, pela administração, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a ele relativas, é o Sr. **ALEXANDRE ZÁKIA ALBERT**, natural de São Paulo, economista, casado, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Itaúsa, portador da cédula de identidade RG nº 6.862.397 e inscrito no CPF / MF sob o nº 896.758.868-20, e;

V - O Regulamento do Fundo é ora aprovado e promulgado conforme anexo.

Sendo assim, assina este termo em 06 (seis) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, 15 de dezembro de 2008.

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nívio Ventura Pech
Diretor
INTRAG DTVM LTDA

Leandro Morari
INTRAG DTVM LTDA.
CPF: 264.474.378-82 RG: 14.141.969-6

Testemunhas:

1.

Daniel Petline Gidos Santos
CPF: 310.743.868-50
RG: 34.040.886

2.

Fábio Sonoda
CPF: 254.616.158-05
RG: 26.332.717-8

INSCRITO

18 DEZ 2008 03:39:58



**1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos
e Civil de Pessoa Jurídica - CNPJ 45.564.895/0001-25**
Rua XV de Novembro, 244 - 9º andar - Tel.: 3104-8770 - São Paulo

EMOLS	6.014,23	<i>Apresentado HOJE, protocolado e registrado em microfilme sob nº 3339588</i>
ESTADO	1.709,31	
IPESP	1.266,16	
R.CIVIL	316,54	
T.J.	316,54	
TOTAL	9.622,78	

São Paulo, 16 de dezembro de 2008.

Bel. Paulo Roberto de Carvalho Régo - Oficial

Daniilo de Moraes Oliveira / Oséias Ferreira Nogueira Filho

Antonio José da Silva Almeida

Oficiais Substitutos

*Selos e taxas
Recolhidos p/ verba
11198339*



ANEXO II AO PROSPECTO

Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto

REGULAMENTO DO
KINEA I PRIVATE EQUITY FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ nº 10.545.324/0001-69

12 AGO 2008 05:10
RECIBO

ÍNDICE

CAPÍTULO I – O FUNDO	4
DEFINIÇÕES	4
FORMA DE CONSTITUIÇÃO	7
PÚBLICO ALVO	7
PRAZO DE DURAÇÃO	7
CAPÍTULO II – ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO	7
ADMINISTRADOR	7
OBRIGAÇÕES DO ADMINISTRADOR	7
RENÚNCIA, DESTITUIÇÃO E DESCREDENCIAMENTO DO ADMINISTRADOR	10
VEDAÇÕES	10
REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR	11
CAPÍTULO III – SERVIÇOS DE GESTÃO, CUSTÓDIA E ESCRITURAÇÃO	12
GESTÃO	12
CUSTÓDIA E ESCRITURAÇÃO	13
CAPÍTULO IV – POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	13
OBJETIVO	13
CONDIÇÕES PRECEDENTES AO INVESTIMENTO	14
LIMITAÇÕES AO INVESTIMENTO	15
PERÍODO DE INVESTIMENTOS	16
POLÍTICA DE CONTABILIZAÇÃO, PROVISIONAMENTO E BAIXA DE INVESTIMENTOS	17
CAPÍTULO V - COMITÊ DE INVESTIMENTO E REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS	18
FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES DO COMITÊ DE INVESTIMENTO	18
COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO	19
REUNIÕES DO COMITÊ DE INVESTIMENTO	20
OBRIGAÇÕES DE CONFIDENCIALIDADE	20
REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS	21
CAPÍTULO VI – FATORES DE RISCO	22
CAPÍTULO VII – ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS	27
PERIODICIDADE E MATÉRIAS DE COMPETÊNCIA	27
FORMA DE CONVOCAÇÃO	28
INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÕES	29
REPRESENTAÇÃO	29
CAPÍTULO VIII - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29
CAPÍTULO IX – EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS	29
EMISSÃO E SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS	29
DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS	30

INTEGRALIZAÇÃO DE QUOTAS	30
COMPROVANTE DE TITULARIDADE	32
RESGATE DE QUOTAS	32
AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS	32
NEGOCIAÇÃO DE QUOTAS	33
CAPÍTULO X – EVENTOS DE AVALIAÇÃO	34
CAPÍTULO XI – LIQUIDAÇÃO	34
PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO	34
LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA	34
FORMA DE LIQUIDAÇÃO	34
CAPÍTULO XII – ENCARGOS DO FUNDO	35
CAPÍTULO XIII – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	36
CAPÍTULO XIV – PUBLICIDADE E INFORMAÇÃO	36
ENTREGA DE DOCUMENTOS	36
DIVULGAÇÃO DE FATO RELEVANTE	37
REMESSA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS DOCUMENTOS	37
CAPÍTULO XIV – DISPOSIÇÕES GERAIS	38
SUCESSÃO DOS QUOTISTAS	38
CORRESPONDÊNCIA ELETRÔNICA	38
ARBITRAGEM E FORO	38
EXERCÍCIO SOCIAL	39

12 AGO 2009 00:33:50.572
 RECIBO

**REGULAMENTO DO
KINEA I PRIVATE EQUITY FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
CNPJ nº 10.545.324/0001-69**

CAPÍTULO I – O FUNDO

DEFINIÇÕES

Artigo 1º – Os termos abaixo listados significam, neste Regulamento, o que segue.

Administrador: a Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição prestadora dos serviços de administração para o Fundo, qualificada no Artigo 5º, bem como qualquer instituição que venha a sucedê-la.

Auditor Independente: a PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes, bem como qualquer outra empresa de auditoria que a suceda como auditor independente do Fundo.

BACEN: o Banco Central do Brasil.

Boletim de Subscrição: documento por meio do qual os Quotistas subscreverão as Quotas e que será celebrado durante o Período de Distribuição.

Capital Comprometido: valor total do Capital Comprometido de todos os Quotistas.

Capital Comprometido do Quotista: valor de recursos que cada investidor, nos termos dos respectivos Instrumentos Particulares de Compromisso de Investimento, obriga-se a aportar no Fundo, mediante uma ou mais integralizações de Quotas, a ser atualizado pelo IPCA, conforme previsto neste Regulamento e no respectivo Boletim de Subscrição.

Capital Integralizado: valor total das Quotas integralizadas.

CETIP: Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

Comitê de Investimento: órgão deliberativo do Fundo, composto por membros nomeados pelo Gestor e Quotistas, responsável, dentre várias outras atribuições, por deliberar sobre as Propostas de Investimento e, quando necessário, sobre as Propostas de Desinvestimento, por acompanhar o desempenho da carteira do Fundo por meio dos relatórios do Gestor, e por indicar os representantes do Fundo que comporão o conselho de administração, a diretoria e outros órgãos das Companhias Investidas, conforme aplicável.

Companhias Alvo: companhias abertas ou fechadas brasileiras que possam ser objeto de Propostas de Investimento do Fundo.

Companhias Investidas: companhias abertas ou fechadas brasileiras, que atendam, no momento da aprovação do investimento pelo Comitê de Investimento, aos requisitos previstos no Capítulo IV deste Regulamento, e que recebam aporte de recursos do Fundo.

Contrato de Gestão: Contrato de Gestão da Carteira do Fundo celebrado entre o Fundo e o Gestor.

COSIF: Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional editado pelo Banco Central do Brasil.

Custodiante: Banco Itaú S.A., instituição legalmente habilitada e contratada pelo Fundo, representado pelo Administrador, para a prestação dos serviços de custódia e escrituração das Quotas.

CVM: Comissão de Valores Mobiliários.

Data de Início do Fundo: data informada pelo Administrador, que deverá ocorrer em até 3 (três) anos a contar da data de registro do Fundo na CVM, após o Fundo atingir o Capital Comprometido de, no mínimo, R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais).

Fundo: Kinea I Private Equity Fundo de Investimento em Participações.

Gestor: a Kinea Investimentos Ltda., instituição prestadora dos serviços de administração da carteira do Fundo, devidamente qualificada no Artigo 14, bem como qualquer instituição que venha a sucedê-la.

ICVM 391/03: Instrução CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada, da CVM.

ICVM 400/03: Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, da CVM.

ICVM 409/04: Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, da CVM.

IPCA: Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo adotando metodologia de apuração e cálculo semelhante.

Instrumento Particular de Compromisso de Investimento: cada instrumento devidamente assinado por 2 (duas) testemunhas, pelo Administrador, em nome do Fundo, e pelo investidor que se compromete a subscrever Quotas durante o Período de Distribuição e a integralizar Quotas sempre que houver chamadas por parte do Administrador.

Investidores Qualificados: pessoas físicas ou jurídicas que se adequem ao conceito de investidor qualificado definido pela regulamentação editada pela CVM.

Patrimônio Líquido: soma algébrica do valor da carteira do Fundo, mais os valores a receber pelo Fundo, menos as exigibilidades do Fundo.

Parâmetro de Referência: significa o parâmetro de referência do Fundo, que é igual ao IPCA acrescido de 8% (oito por cento) ao ano (IPCA + 8% aa).

Partes Relacionadas: entidades físicas ou jurídicas, com as quais uma companhia tenha possibilidade de contratar em condições que não sejam as de comutatividade e independência que caracterizam as transações com terceiros alheios às companhias, ao seu controle gerencial ou a qualquer outra área de influência.

Período de Desinvestimento: período compreendido entre a data de encerramento do Período de Investimento e o final do Prazo de Duração do Fundo.

Período de Distribuição: período de distribuição pública de Quotas, que será de 6 (seis) meses a contar da data de publicação do Anúncio de Início de Distribuição da respectiva emissão de Quotas, prorrogável por mais 6 (seis) meses.

Período de Investimentos: prazo de 4 (quatro) anos contados da Data de Início do Fundo, em que o Fundo poderá realizar investimentos nas Companhias Alvo, conforme os procedimentos descritos neste Regulamento.

Potencial Conflito de Interesses: qualquer transação entre (i) o Fundo e Partes Relacionadas; e (ii) as Partes Relacionadas e as Companhias Alvo, que deverá ser levada ao conhecimento do Comitê de Investimento.

Prazo de Duração: prazo de 8 (oito) anos contados da Data de Início do Fundo, prorrogável por até 2 (dois) anos, mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas.

Proposta de Desinvestimento: proposta submetida pelo Gestor ao Comitê de Investimento, quando aplicável, para venda dos títulos e valores mobiliários de emissão de Companhias Investidas.

Proposta de Investimento: proposta submetida pelo Gestor ao Comitê de Investimento para aquisição de títulos e valores mobiliários de emissão das Companhias Alvo.

Prospecto: prospecto de distribuição pública de Quotas do Fundo.

Quota Corrigida pelo Parâmetro de Referência: valor resultante da correção da Quota Inicial pelo Parâmetro de Referência, desde a Data de Início do Fundo até a data de cálculo, pro rata temporis (base 252 dias úteis). Caso na data do cálculo a variação acumulada do IPCA do mês não tiver sido divulgada, deverá ser utilizado o IPCA projetado para o mês.

Quota do Dia: valor da Quota calculado pela divisão do Patrimônio Líquido, na data do cálculo, dividido pelo número total de Quotas integralizadas.

Quota Inicial: valor de emissão da Quota, igual a R\$ 1.000,00 (um mil Reais).

Quotas: frações ideais do patrimônio do Fundo.

Quotistas: Investidores Qualificados detentores das Quotas emitidas pelo Fundo.

Regulamento: este regulamento.

Retorno Preferencial: Retorno preferencial equivalente a 8% (oito por cento) ao ano aplicável sobre o montante correspondente ao valor total do custo de aquisição das Quotas integralizadas por cada Quotista, calculado a partir da data da respectiva integralização das Quotas até a data da efetiva distribuição de recursos recebidos em decorrência da alienação de Investimentos.

SELIC: Taxa de Juros - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

Taxa de Administração: tem o significado previsto no Artigo 11 deste Regulamento.

Taxa de Ingresso: tem o significado previsto no Parágrafo 8º do Artigo 35 deste Regulamento.

Taxa de Performance: tem o significado previsto no Artigo 12 deste Regulamento.

Termo de Ciência de Risco e de Adesão ao Regulamento: termo pelo qual o Quotista toma ciência e concorda com o Regulamento, a política de investimento e riscos envolvidos no investimento no Fundo.

Valor Mínimo de Investimento: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

FORMA DE CONSTITUIÇÃO

Artigo 2º – O Fundo é um fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado e regulado por este Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

PÚBLICO ALVO

Artigo 3º - O Fundo, a critério do Administrador, e considerando-se, preferencialmente, as suas relações com clientes e outras ponderações de natureza comercial ou estratégica, receberá recursos de Investidores Qualificados residentes ou não-residentes no Brasil que busquem retorno, no longo prazo, compatível com a Política de Investimento do Fundo e aceitem os riscos inerentes a tal investimento.

Parágrafo Único - O Valor Mínimo de Investimento no Fundo é de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

PRAZO DE DURAÇÃO

Artigo 4º – O Prazo de Duração é de 8 (oito) anos, contados a partir da Data de Início do Fundo, prorrogável por 2 (dois) anos, conforme proposto pelo Gestor ou Administrador e aprovado pela Assembleia Geral de Quotistas.

CAPÍTULO II – ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

ADMINISTRADOR

Artigo 5º – O Fundo é administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteira por meio do Ato Declaratório CVM n.º 2.528, de 29 de julho de 1993, publicado no Diário Oficial da União de 29 de julho de 1993, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, CNPJ/MF n.º 62.418.140/0001-31, com poderes para praticar todos os atos necessários ao funcionamento do Fundo e exercer todos os direitos inerentes aos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo.

OBRIGAÇÕES DO ADMINISTRADOR

Artigo 6º – O Administrador obriga-se a:

- (i) manter, a suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, por 5 (cinco) anos após o encerramento do Fundo:
- (a) os registros de Quotistas e de transferências de Quotas;
 - (b) o livro de atas de Assembléias Gerais de Quotistas,
 - (c) o livro de presença de Quotistas;
 - (d) o arquivo dos pareceres dos auditores;
 - (e) os registros contábeis referentes às operações realizadas pelo Fundo e ao patrimônio do Fundo;
 - (f) a documentação relativa às operações do Fundo; e
 - (g) as atas das reuniões do Comitê de Investimento.
- (ii) representar o Fundo em juízo e fora dele e praticar todos os atos necessários à administração da carteira do Fundo;
- (iii) receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao Fundo e/ou transferi-los aos Quotistas nos termos do Parágrafo Segundo do Artigo 38;
- (iv) custear, a suas expensas, as despesas de publicidade do Fundo;
- (v) pagar, a suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento de prazos previstos na ICVM nº 391/03;
- (vi) elaborar, junto com as demonstrações contábeis semestrais e anuais, parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições da ICVM nº 391/03 e deste Regulamento;
- (vii) fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das Quotas emitidas, subscritas e integralizadas, assim requererem, estudos e análises de investimento elaborados pelo Gestor, que fundamentem as decisões tomadas em Assembléia Geral de Quotistas, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões, nos termos do procedimento do Parágrafo Único deste Artigo;
- (viii) se houver, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das Quotas emitidas, subscritas e integralizadas, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análises elaborados pelo Gestor, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento, nos termos do procedimento do Parágrafo Único deste Artigo;

- (ix) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso (i) deste Artigo até o término do respectivo procedimento administrativo;
- (x) exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do Fundo;
- (xi) transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que venha a ter em decorrência de sua condição de Administrador do Fundo, nos termos deste Regulamento;
- (xii) manter os títulos e valores mobiliários fungíveis integrantes da carteira do Fundo custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM;
- (xiii) elaborar e divulgar as demonstrações contábeis e demais informações do Fundo previstas nos termos da Instrução CVM nº 391/03;
- (xiv) firmar, em nome do Fundo, se for o caso, acordos de acionistas das Companhias Investidas de que o Fundo participe, bem como os contratos, boletins de subscrição, livros de acionistas, compromissos de investimento ou quaisquer outros documentos, acordos ou ajustes relacionados à subscrição ou aquisição dos referidos investimentos providenciados pelo Gestor e aprovados pelo Comitê de Investimentos;
- (xv) cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento;
- (xvi) cumprir as deliberações aprovadas pela Assembléia Geral de Quotistas;
- (xvii) cumprir as decisões do Comitê de Investimento, no que couber;
- (xviii) submeter, se for o caso, à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE todos os investimentos do Fundo nas Companhias Investidas que requeiram tal aprovação nos termos da lei;
- (xix) realizar chamadas para integralização de Quotas nos termos deste Regulamento e dos Instrumentos Particulares de Compromisso de Investimento, inclusive para a realização de investimentos pelo Fundo, informando aos respectivos investidores e Quotistas, no mesmo ato, acerca dos prazos estabelecidos pelo Comitê de Investimento para a realização dos investimentos objeto das chamadas, se for o caso;
- (xx) informar aos Quotistas sobre eventuais prorrogações dos prazos estabelecidos pelo Comitê de Investimento para a realização dos investimentos do Fundo objeto das chamadas para integralização de Quotas;
- (xxi) rescindir ou renegociar os termos de qualquer Instrumento Particular de Compromisso de Investimento somente quando assim aprovado pela Assembléia Geral de Quotistas e nos termos por ela deliberados; e

12 AGO 2003 003300572

- (xxii) informar em cada chamada de integralização o Quotista sobre o saldo, não integralizado, conforme corrigido, dos respectivos Instrumentos Particulares de Compromissos de Investimento.

Parágrafo Único – Na hipótese de requisição de informações na forma prevista nos incisos (vii) e (viii) deste Artigo, o Administrador poderá (i) submeter a questão à prévia apreciação da Assembléia Geral de Quotistas, tendo em conta os interesses do Fundo e dos demais Quotistas, e eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às Companhias Alvo ou Companhias Investidas, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os Quotistas que requereram as informações e (ii) reiterar ao Quotista requerente seu compromisso expresso de confidencialidade, relativamente às informações a ele eventualmente disponibilizadas, prestado no Termo de Ciência de Risco e de Adesão ao Regulamento.

RENÚNCIA, DESTITUIÇÃO E DESCREDECENCIAMENTO DO ADMINISTRADOR

Artigo 7º – O Administrador poderá renunciar à administração do Fundo, mediante aviso prévio de no mínimo 60 (sessenta) dias, endereçado a cada Quotista e à CVM.

Artigo 8º - A Assembléia Geral dos Quotistas poderá destituir o Administrador, nos termos do Artigo 28 deste Regulamento.

Artigo 9º - A CVM, no uso de suas atribuições legais, poderá descredenciar o Administrador, em conformidade com as normas que regulam o exercício da atividade de administração de carteira.

Parágrafo 1º - Nas hipóteses de renúncia ou descredenciamento, o Administrador deverá convocar, imediatamente, a Assembléia Geral de Quotistas para eleger seu substituto, a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias, sendo também facultado aos Quotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das Quotas subscritas e integralizadas, em qualquer caso, ou à CVM, nos casos de descredenciamento, a convocação da Assembléia Geral de Quotistas para tal fim.

Parágrafo 2º - O Administrador deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição pela Assembléia Geral de Quotistas. Caso (i) a Assembléia Geral de Quotistas não chegue a uma decisão sobre a escolha do novo administrador, ou (ii) o novo administrador não assuma efetivamente o cargo no prazo de até 10 (dez) dias após a deliberação de Assembléia Geral de Quotistas que o eleger, o Administrador deverá convocar nova Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a liquidação do Fundo ou sua incorporação em outro fundo.

Parágrafo 3º - Na hipótese de a Assembléia Geral de Quotistas de que trata o Parágrafo Segundo acima não obter quorum suficiente ou não deliberar sobre a liquidação ou incorporação do Fundo, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da realização da referida Assembléia Geral de Quotistas, observado, se for o caso, o disposto no Capítulo XI deste Regulamento.

VEDAÇÕES

Artigo 10 – É vedado ao Administrador, direta ou indiretamente, em nome do Fundo:

- (i) receber depósitos em conta corrente;

- (ii) contrair ou efetuar empréstimos, salvo nas demais modalidades permitidas pela CVM;
- (iii) prestar fiança, aval, aceite ou co-obrigar-se sob qualquer outra forma;
- (iv) negociar com duplicatas, notas promissórias (excetuadas aquelas de que trata a Instrução CVM nº 134, de 01 de novembro de 1990), ou outros títulos não autorizados pela CVM;
- (v) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- (vi) aplicar recursos:
 - (a) no exterior;
 - (b) na aquisição de imóveis;
 - (c) na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão; e
- (vii) rescindir os Instrumentos Particulares de Compromisso de Investimento, transigir ou renunciar a direitos do Fundo oriundos dos Instrumentos Particulares de Compromisso de Investimento sem a aprovação prévia da Assembléia Geral de Quotistas.

REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR

Artigo 11 – O Administrador receberá remuneração (a “Taxa de Administração”), a partir da Data de Início do Fundo, que corresponderá a 2% (dois por cento) ao ano sobre o valor do Capital Comprometido do Fundo.

Parágrafo 1º – A Taxa de Administração será calculada, apropriada e paga até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, mediante a divisão da taxa anual por 252 dias.

Parágrafo 2º - O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração ou da Taxa de Performance, conforme abaixo definida, sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados pelo Fundo, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração e da Taxa de Performance.

Artigo 12 – Ressalvado o disposto no Artigo 38 Parágrafo 2º e os recursos do Fundo necessários para o pagamento dos encargos do Fundo conforme disposto no Artigo 44, todos os recursos obtidos pelo Fundo em decorrência da alienação, total ou parcial, de seus investimentos, assim como quaisquer outros rendimentos recebidos pelo Fundo em decorrência de seus investimentos nas Companhias Investidas, serão destinados à amortização de Quotas e ao pagamento de Taxa de Performance ao Administrador (“Taxa de Performance”), da seguinte forma:

- (a) Primeiro, cada Quotista receberá o montante correspondente ao valor total do custo de aquisição das Quotas integralizadas corrigido pelo IPCA, calculado a partir da data da respectiva integralização até a data de distribuição de recursos recebidos em decorrência da alienação de investimentos.

- (b) Segundo, cada Quotista receberá o Retorno Preferencial;
- (c) Terceiro, 50% (cinquenta por cento) para os Quotistas na proporção de sua participação do Fundo e 50% (cinquenta por cento) para o Administrador até o limite de 20% do valor total recebido pelos Quotistas nos termos do item (b) e deste item (c); e
- (d) Quarto, 80% (oitenta por cento) do valor remanescente para os Quotistas na proporção de suas respectivas participações no Fundo e 20% (vinte por cento) para o Administrador, observado o disposto no parágrafo 1º deste Artigo.

Parágrafo 1º – Os recursos que o Administrador tiver direito a receber, conforme disposto nos itens (c) e (d) deste Artigo, decorrentes de amortizações de Quotas ocorridas antes da integralização total do Capital Comprometido do Fundo, serão provisionados. O Fundo distribuirá até 50% (cinquenta por cento) das provisões conforme as disposições deste Regulamento, mediante autorização dos membros titulares do Comitê de Investimentos nomeados pelos Quotistas conforme disposto no Artigo 21.

Parágrafo 2º - Não será cobrada taxa de saída dos Quotistas.

CAPÍTULO III – SERVIÇOS DE GESTÃO, CUSTÓDIA E ESCRITURAÇÃO

GESTÃO

Artigo 13 – O Fundo, representado pelo Administrador, contratou a Kinea Investimentos Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício da atividade de gestão de carteira por meio do Ato Declaratório CVM no. 9.518, de 19 de setembro de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 20 de setembro de 2007, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, 30 – 4º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. nº 08.604.187/0001-44, para gerir a carteira do Fundo, nos termos do Contrato de Gestão.

Parágrafo 1º – Sem prejuízo do disposto no Contrato de Gestão, o Gestor obriga-se a:

- (i) identificar e estabelecer o contato inicial com as Companhias Alvo que se enquadrem nas condições precedentes previstas no Artigo 16 e que possam ser potenciais alvos de investimentos pelo Fundo;
- (ii) celebrar, em nome do Fundo, quando necessário, acordos de confidencialidade com as Companhias Alvo ou seus respectivos acionistas ou membros da administração para início do processo de avaliação da realização de investimentos por parte do Fundo;
- (iii) conduzir a avaliação dos negócios das Companhias Alvo com vistas a determinar a viabilidade e tamanho do investimento do Fundo;
- (iv) preparar as Propostas de Investimento e, quando necessário, Propostas de Desinvestimento e submetê-las à deliberação do Comitê de Investimento;
- (v) preparar e submeter ao Comitê de Investimento quaisquer outros materiais necessários às suas deliberações;

- (vi) negociar os investimentos do Fundo com as Companhias Alvo e seus acionistas;
- (vii) realizar os investimentos do Fundo, no prazo e condições estabelecidos pelo Comitê de Investimento;
- (viii) exercer todos os direitos inerentes aos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo, podendo, ainda, adquirir, alienar ou, sob qualquer forma, dispor de títulos e valores mobiliários, transigir, dar e receber quitação, enfim, praticar todos os atos necessários à gestão da carteira do Fundo, observadas as decisões do Comitê de Investimento, no que couber, as limitações legais e regulamentares em vigor, bem como o disposto neste Regulamento;
- (ix) cumprir as decisões do Comitê de Investimento, no que couber; e
- (x) comunicar ao Comitê de Investimento qualquer hipótese de Potencial Conflito de Interesses.

Parágrafo 2º - Qualquer benefício ou vantagem que o Gestor venha a ter em decorrência de sua condição de gestor da carteira do Fundo, exceção feita à sua remuneração pela gestão da carteira do Fundo, deve ser imediatamente repassado ao Fundo.

CUSTÓDIA E ESCRITURAÇÃO

Artigo 14 – Os serviços de custódia e escrituração serão prestados pelo Banco Itaú S.A.

CAPÍTULO IV – POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

OBJETIVO

Artigo 15 – O objetivo do Fundo é buscar proporcionar a seus Quotistas a valorização de capital a longo prazo por meio do investimento em ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão das Companhias Investidas.

Parágrafo 1º - Os investimentos do Fundo mencionados no *caput* deste Artigo deverão possibilitar a participação do Fundo no processo decisório das respectivas Companhias Investidas, sendo que tal participação poderá ocorrer por uma das seguintes maneiras: (i) detenção de ações de emissão das Companhias Investidas que integrem o respectivo bloco de controle, (ii) celebração de acordo de acionistas com outros acionistas das Companhias Investidas, (iii) eleição de membro(s) do Conselho de Administração com representatividade suficiente para influir na administração das Companhias Investidas, assegurando ao Fundo participação, mesmo que por meio de direito de veto, em definições estratégicas e na gestão das Companhias Investidas, ou (iv) celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao Fundo participação, mesmo que por meio de direito de veto, em definições estratégicas, mudanças de controle e na gestão das Companhias Investidas.

Parágrafo 2º - É vedada ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações sejam realizadas em bolsas de valores ou em bolsas de mercadorias e futuros exclusivamente para fins de proteção patrimonial.

Parágrafo 3º – Os recursos não investidos na forma do *caput* deste Artigo deverão ser aplicados, exclusivamente, em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional e do BACEN e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional;
- b) títulos de renda fixa de emissão ou aceite de instituições financeiras;
- c) títulos e valores mobiliários emitidos por entidades privadas e que tenham obtido, no mínimo, classificação de baixo risco de crédito por agências de *rating* independentes, na data de sua aquisição;
- d) operações compromissadas; ou
- e) quotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa” ou “Referenciado”, de acordo com a Instrução CVM 409 e cuja política de investimento requeira que a carteira de investimentos tenha pelo menos 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio aplicado em títulos de emissão do Tesouro Nacional e do BACEN.

Parágrafo 4º - Os ativos referidos no Parágrafo Terceiro deste Artigo devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, nos sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo BACEN ou pela CVM.

Parágrafo 5º - Além do previsto no Parágrafo Terceiro (c) acima, o Fundo poderá investir em debêntures simples não conversíveis em ações, desde que as escrituras de emissão das debêntures simples, conforme aplicável ao tipo societário da Companhia Investida (i) assegurem ao Fundo a participação no processo decisório e na gestão das Companhias Investidas; (ii) imponham às Companhias Investidas emissoras de debêntures simples a observância de boas práticas de governança corporativa; e (iii) prevejam que o descumprimento das práticas de governança corporativa será interpretado como uma hipótese de vencimento antecipado das referidas debêntures.

CONDIÇÕES PRECEDENTES AO INVESTIMENTO

Artigo 16 - Os investimentos do Fundo só poderão ser realizados nos termos deste Regulamento, se o Gestor atestar que a Companhia Alvo, no momento da aprovação do investimento pelo Comitê de Investimento, apresenta as seguintes características:

- (i) receita bruta auditada não inferior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) nos 12 (doze) meses anteriores;
- (ii) patrimônio líquido auditado positivo nos 12 (doze) meses anteriores;
- (iii) não desenvolva atividades econômicas diretamente relacionadas a materiais bélicos, tabaco e jogos de azar;

- (iv) a critério do Comitê de Investimento, cumpra com os preceitos de responsabilidade social, governamental e ambiental e não adote práticas trabalhistas consideradas abusivas ou inadequadas;
- (v) está há, no mínimo, 2 (dois) anos em atividade operacional; e
- (vi) não está em processo de recuperação extrajudicial, judicial, falimentar ou concordata, ou, ainda, sob intervenção de qualquer autoridade competente.

Parágrafo 1º - No caso de Companhias Alvo que não atendam a todas as condições descritas nos incisos do *caput* deste Artigo, os investimentos só poderão ser realizados se previamente aprovados pelo Comitê de Investimentos e pela Assembléia Geral de Quotistas, nos termos do Artigo 28.

Parágrafo 2º - O Gestor deve verificar a adequação das Companhias Alvo aos requisitos estipulados neste Artigo e a manutenção destas condições na Companhia Investida durante o Período de Investimentos. Em caso de descumprimento de qualquer dos requisitos previstos neste Artigo, por parte de alguma Companhia Investida, o Gestor obriga-se a levar tal fato ao conhecimento do Comitê de Investimentos, bem como apresentar medidas para sanar tal descumprimento.

Parágrafo 3º - Adicionalmente às condições estabelecidas no *caput* deste Artigo, as Companhias Alvo fechadas devem adotar as seguintes práticas de governança:

- (i) proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência de tais títulos em circulação;
- (ii) mandato unificado de 1 (um) ano para todo o conselho de administração;
- (iii) disponibilização de contratos com Partes Relacionadas, acordos de acionistas e programas de opção de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia Alvo;
- (iv) adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) no caso de abertura de seu capital, obrigar-se formalmente, perante o Fundo, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nos incisos anteriores;
- (vi) auditoria anual de suas demonstrações contábeis, por auditores independentes registrados na CVM.

LIMITAÇÕES AO INVESTIMENTO

Artigo 17 - Salvo aprovação da maioria simples dos Quotistas reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, é vedado ao Fundo aplicar ou investir seus recursos em títulos e valores mobiliários de emissão das Companhias Alvo nas quais participem:

- (i) o Administrador, o Gestor, os membros do Comitê de Investimento ou outros comitês e conselhos criados pelo Fundo e Quotistas titulares de Quotas representativas de 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido, e seus sócios e

respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total da Companhia Alvo;

- (ii) quaisquer pessoas mencionadas no inciso (i) acima que (a) estejam envolvidas, direta ou indiretamente, por conta e ordem da Companhia Alvo, na estruturação financeira da operação de emissão de valores mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou (b) façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da Companhia Alvo, antes do primeiro investimento a ser realizado pelo Fundo.

Parágrafo 1º - Salvo aprovação da maioria simples dos Quotistas reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, é vedado ao Fundo realizar operações em que figurem como contrapartes quaisquer das pessoas mencionadas no inciso (i) acima, bem como outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados e/ou geridos pelo Administrador e/ou pelo Gestor.

Parágrafo 2º - É vedado ao Fundo aplicar e/ou investir mais do que 30% (trinta por cento) do Capital Comprometido subscrito em títulos e valores mobiliários emitidos pela mesma Companhia Investida, por meio de uma ou mais operações, exceto mediante aprovação da maioria simples dos Quotistas reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, nos termos do Artigo 31, sendo que, nesta hipótese, o limite máximo será de 40% (quarenta por cento) do Capital Comprometido.

Parágrafo 3º - Os limites acima mencionados serão observados pelo Administrador, exclusivamente, no momento do aporte de recursos, pelo Fundo, nas Companhias Investidas.

PERÍODO DE INVESTIMENTOS

Artigo 18 – O Fundo deverá realizar os investimentos em Companhias Alvo em até 4 (quatro) anos contados da Data de Início do Fundo, prorrogáveis por até 2 (dois) anos, sendo a primeira prorrogação de até 1 (um) ano, por recomendação do Administrador ou do Gestor e submetida à deliberação do Comitê de Investimento, tomada pelo quorum previsto no Parágrafo Segundo do Artigo 23, e a segunda prorrogação de até 1 (um) ano, deliberada em Assembléia Geral de Quotistas.

Parágrafo 1º - A Assembléia Geral de Quotistas, por recomendação do Administrador ou do Gestor, e mediante aprovação prévia do Comitê de Investimento, poderá encerrar o Período de Investimento antecipadamente.

Parágrafo 2º - Excepcionalmente, o Fundo poderá realizar investimentos após o Período de Investimentos, sem necessidade de obtenção de aprovação prévia do Comitê de Investimento, desde que esses investimentos:

- (i) sejam decorrentes de obrigações assumidas pelo Fundo e aprovadas pelo Comitê de Investimento, antes do término do Período de Investimento, mas cujos desembolsos não tenham sido totalmente efetuados até o encerramento do Período de Investimentos;

- (ii) tenham sido anteriormente aprovados pelo Comitê de Investimento mas não tenham sido efetuados até o encerramento do Período de Investimentos em razão de não atenderem a condição específica constante da Proposta de Investimento, a qual venha a ser atendida após o encerramento do Período de Investimento; e
- (iii) sejam decorrentes do exercício de direitos de subscrição ou de opção de compra, conversão ou permuta de valores mobiliários de titularidade do Fundo, que tenha sido aprovado pelo Comitê de Investimento durante o Período de Investimento.

Parágrafo 3º - Os recursos oriundos da alienação parcial ou total de investimento do Fundo nas Companhias Investidas bem como os juros, dividendos e outros proventos recebidos no Período de Investimentos poderão ser utilizados para reinvestimento nas Companhias Investidas ou em novas Companhias Alvo ou ser distribuídos aos Quotistas, por meio da amortização de Quotas, nos termos deste Regulamento, a critério do Comitê de Investimentos.

POLÍTICA DE CONTABILIZAÇÃO, PROVISIONAMENTO E BAIXA DE INVESTIMENTOS

Artigo 19 - Os ativos componentes da carteira do Fundo serão avaliados e contabilizados pelo Administrador, conforme os seguintes critérios:

- (i) ações e os demais títulos ou valores mobiliários de renda variável sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado: trimestralmente de acordo com as regras do Parágrafo 1º deste Artigo;
- (ii) ações e os demais títulos ou valores mobiliários de renda variável com cotação disponível no mercado: trimestralmente, pelo preço de fechamento de mercado da data de avaliação, de acordo com as regras contábeis vigentes;
- (iii) títulos ou valores mobiliários de renda fixa: trimestralmente, de acordo com o modelo previsto no manual de marcação a mercado do Administrador e deduzidas eventuais provisões de crédito; e
- (iv) debêntures conversíveis sem cotação disponível no mercado: trimestralmente, pela soma das parcelas correspondentes a (a) título de renda fixa e (b) a opção ou warrant, de acordo com modelo previsto no manual de marcação a mercado do Administrador.

Parágrafo 1º: O valor dos ativos de que trata o inciso (i), acima, deverá ser inicialmente o custo de aquisição ou do investimento efetivado na Companhia Investida, atualizado, quando aplicável, conforme o caso:

- (a) pelo preço em que ocorra eventual aumento de capital subsequente ao investimento pelo FUNDO em que terceiros adquiram participação igual ou maior a 10% (dez por cento) do capital da Companhia;
- (b) pelo preço em que ocorra negociação de participação que represente no mínimo 10% (dez por cento) do capital da Companhia, na qual pelo menos 50% (cinquenta por cento) sejam adquiridos por terceiros, quando aplicável; e

(c) utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado (“Estudo de Avaliação”). O Estudo de Avaliação deverá ser feito por empresa especializada na referida metodologia de avaliação de empresas, que deverá ser uma empresa independente e de reputação renomada de auditoria e/ou consultoria e/ou banco de investimento atuantes à época das ocorrências referidas acima (“Agente de Avaliação”). A escolha do Agente de Avaliação deverá ser feita de comum acordo pelo Administrador e Gestor.

Parágrafo 2º - Em situações em que o Administrador considere que nenhum dos critérios para contabilização acima reflita adequadamente o valor de realização dos ativos do Fundo, poderá, a seu exclusivo critério e de forma justificada, adotar outros critérios de contabilização que melhor reflitam tal valor de realização.

Parágrafo 3º - Caso o Gestor identifique a possibilidade de perda nos investimentos integrantes da carteira do fundo, este deverá efetuar o provisionamento de tais perdas, de acordo com as normas contábeis vigentes. O provisionamento deve ser estimado com base em informações objetivas disponíveis na data de publicação do balanço da Companhia Investida.

Parágrafo 4º - O Administrador obrigatoriamente realizará reavaliações dos ativos da carteira do Fundo quando: (i) verificada a notória insolvência de uma Companhia Investida; (ii) houver atraso ou não pagamento de juros ou amortizações por parte das Companhias Investidas relativamente aos títulos ou valores mobiliários que tenham sido adquiridos pelo Fundo; (iii) a homologação de qualquer pedido de recuperação judicial ou extrajudicial envolvendo uma Companhia Investida; ou (iv) a decretação de falência de uma Companhia Investida.

Parágrafo 5º - Somente serão baixados da carteira do Fundo os ativos cujas perdas sejam consideradas permanentes pelo Administrador.

CAPÍTULO V - COMITÊ DE INVESTIMENTO E REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS

FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES DO COMITÊ DE INVESTIMENTO

Artigo 20 – O Comitê de Investimento do Fundo deverá:

- (i) deliberar sobre as Propostas de Investimento e, quando necessário, sobre as Propostas de Desinvestimento;
- (ii) aprovar despesas de auditorias fiscais, legais, contábeis, tecnológicas e ambientais que (i) individualmente (ou seja, por contrato firmado com cada fornecedor) totalize mais de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para o Fundo; ou (ii) em conjunto (ou seja, pelo mesmo fornecedor em diferentes momentos) totalize mais de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para o Fundo;
- (iii) acompanhar o desempenho da carteira do Fundo por meio dos relatórios do Gestor;
- (iv) deliberar sobre a prorrogação do Período de Investimento por prazo máximo de 1 (um) ano, conforme artigo 18 deste Regulamento;

- (v) estabelecer os prazos para realização dos investimentos após a integralização das Quotas a cada chamada feita pelo Administrador, bem como deliberar sobre a prorrogação de tais prazos;
- (vi) deliberar sobre a devolução aos Quotistas, bem como sobre os termos e condições de tal devolução, de valores pagos ao Fundo a título de integralização de Quotas em caso de não realização de investimentos pelo Fundo no prazo que for estabelecido pelo Comitê de Investimento;
- (vii) indicar os representantes do Fundo que comporão o conselho de administração, a diretoria e outros órgãos das Companhias Investidas, conforme aplicável;
- (viii) acompanhar a atuação e as decisões tomadas por este representante do Fundo indicado para atuar nas reuniões do conselho de administração, na diretoria ou em outros órgãos das Companhias Investidas;
- (ix) deliberar sobre a realização de investimentos na hipótese de recebimento de recursos pelo Fundo mencionada no Parágrafo Terceiro do Artigo 18.

Parágrafo Único. A execução das recomendações do Comitê de Investimento será de responsabilidade do Administrador ou do Gestor, conforme os termos deste Regulamento.

COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO

Artigo 21 – O Comitê de Investimento será composto por até 5 (cinco) membros titulares votantes, sendo 3 (três) nomeados pelo Gestor e 2 (dois) nomeados pelos Quotistas em Assembléia Geral de Quotistas especialmente convocada para esse fim. Todos os membros deverão ser residentes e domiciliados no Brasil, Quotistas ou não, bem como ter reputação ilibada e não poderão atuar, direta ou indiretamente, em atividade similar ou que possa gerar Potencial Conflito de Interesses.

Parágrafo 1º - O Administrador deverá, quando da convocação da Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a nomeação dos membros do Comitê de Investimento, solicitar aos Quotistas que indiquem 2 (dois) pares “titular-suplente” no Comitê de Investimento e apresentem breve resumo das respectivas qualificações do titular e suplente indicados. Os Quotistas interessados deverão encaminhar tais indicações ao Administrador por escrito até 10 (dez) dias antes da realização da Assembléia Geral de Quotistas. O Administrador, por sua vez, deverá, com 5 (cinco) dias de antecedência da realização da Assembléia Geral de Quotistas, disponibilizar os nomes que lhe foram indicados pelos Quotistas a todos os Quotistas, utilizando-se, para este fim, dos mesmos meios de comunicação previstos neste Regulamento.

Parágrafo 2º - A nomeação dos membros do Comitê de Investimento representantes dos Quotistas e do Gestor será feita na Data de Início do Fundo, ocasião em que o Comitê de Investimento será considerado instalado.

Parágrafo 3º - Os membros do Comitê de Investimento e seus respectivos suplentes terão mandato de 2 (dois) anos, prorrogável automaticamente por prazos sucessivos de 2 (dois) anos cada, salvo se a Assembléia Geral de Quotistas ou o Gestor, conforme o caso, a qualquer tempo, destituir os membros que tiver nomeado.

Parágrafo 4º - Os membros do Comitê de Investimento poderão renunciar a seu cargo mediante comunicação por escrito endereçada ao Administrador, ao Gestor e ao Comitê de Investimento com 30 (trinta) dias de antecedência. A renúncia ou destituição de qualquer membro titular implicará a renúncia de seu suplente.

Parágrafo 5º - Em caso de renúncia ou destituição de qualquer membro titular do Comitê de Investimento, o Gestor ou a Assembléia Geral de Quotistas, conforme o caso, deverá nomear o par "titular-suplente" substituto, devendo os membros retirantes permanecer nos respectivos cargos até a sua efetiva substituição.

Artigo 22 - Os membros do Comitê de Investimento não receberão qualquer remuneração do Fundo pelo exercício de suas funções.

REUNIÕES DO COMITÊ DE INVESTIMENTO

Artigo 23 - O Comitê de Investimento reunir-se-á sempre que necessário. As convocações deverão ser feitas com antecedência de 3 (três) dias úteis, por e-mail ou outro meio de comunicação, podendo ser dispensadas quando estiverem presentes todos os membros. Admite-se que a segunda convocação da reunião do Comitê de Investimento seja providenciada juntamente com a correspondência da primeira convocação.

Parágrafo 1º - As reuniões do Comitê de Investimento serão instaladas em primeira convocação com o quorum de, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) de seus membros votantes e, em segunda convocação, com qualquer número, sendo imprescindível para a instalação do Comitê de Investimento a presença de pelo menos um representante do Quotista e outro do Gestor em qualquer hipótese.

Parágrafo 2º - Cada membro votante do Comitê de Investimento terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do Comitê de Investimento, que serão aprovadas pelo voto da maioria dos membros presentes à reunião, ressalvado o poder de veto dos representantes do Gestor.

Parágrafo 3º - Os membros que estejam em Potencial Conflito de Interesses não estarão aptos a votar as deliberações do Comitê de Investimento.

Parágrafo 4º - O secretário de cada reunião do Comitê de Investimento lavrará ata da reunião, a qual deverá ser obrigatoriamente assinada por todos os membros presentes à reunião, e o Administrador deverá arquivar as atas de cada reunião do Comitê de Investimento durante todo o prazo de vigência do Fundo.

Parágrafo 5º - Alternativamente à realização de reunião com a presença física dos membros do Comitê de Investimento, as decisões do Comitê de Investimento poderão ser tomadas por meio de manifestação por escrito encaminhada ao Administrador e ao Gestor, correspondendo cada manifestação por escrito a um voto afirmativo do respectivo membro com relação à deliberação estabelecida na referida manifestação por escrito. Uma cópia de toda e qualquer manifestação escrita dos membros do Comitê de Investimento deverá ser arquivada pelo Administrador juntamente com todas as atas das reuniões do Comitê de Investimento.

OBRIGAÇÕES DE CONFIDENCIALIDADE

Artigo 24 - Os membros do Comitê de Investimento deverão manter as informações constantes de materiais para análise de investimento do Fundo, sob absoluto sigilo e confidencialidade, não podendo revelar, utilizar ou divulgar, direta ou indiretamente, no todo

12 AGO 2009 00:38:05 72

7

ou em parte, isolada ou conjuntamente com terceiros, qualquer destas informações, salvo (i) com o consentimento prévio e por escrito do Gestor, ou (ii) se obrigado por ordem expressa do Poder Judiciário, da CVM, da SPC ou qualquer outra autoridade administrativa constituída com poderes legais de fiscalização, sendo que, nessa hipótese, o Administrador e o Gestor deverão ser informados por escrito de tal ordem, previamente ao fornecimento de qualquer informação. Essa obrigação vigorará mesmo após a liquidação do Fundo.

Parágrafo Único - Em caso de manifesta negligência ou comprovada má-fé por parte de um membro do Comitê de Investimento ou de grave descumprimento das disposições deste Regulamento, o referido membro, sem prejuízo da responsabilização por perdas e danos, poderá ser destituído de suas funções por decisão da maioria dos demais membros do Comitê de Investimento, devendo a Assembléia Geral de Quotistas ou o Gestor, conforme o caso, nomear o seu substituto.

REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Artigo 25 – O Gestor deverá enviar a cada membro do Comitê de Investimento relatórios contendo estudos, avaliações e informações necessários para a correta análise e discussão das Propostas de Investimento, que conforme o caso, poderão abranger os seguintes aspectos:

- (i) sumário executivo da Proposta de Investimento e seu detalhamento;
- (ii) análise econômico-financeira, de crédito e projeções de fluxo de caixa e dos demonstrativos financeiros da Companhia Alvo;
- (iii) descrição da estruturação financeira da operação envolvendo o investimento na Companhia Alvo, incluindo retornos esperados e as principais características dos títulos ou valores mobiliários objeto do investimento ou aquisição;
- (iv) principais aspectos societários e jurídicos da Companhia Alvo; e
- (v) cronograma físico-financeiro do investimento ou aquisição, no caso de desembolsos parcelados.

Parágrafo 1º - Aprovada a Proposta de Investimento, o Fundo deverá efetuar o investimento ou aquisição objeto da referida Proposta de Investimento, da seguinte maneira: (i) o Administrador deverá realizar as chamadas para integralização de Quotas, nos termos dos Instrumentos Particulares de Compromisso de Investimento e deste Regulamento; (ii) o Administrador deverá assinar os boletins de subscrição, livros de acionistas, acordos de acionistas ou quaisquer outros acordos ou ajustes em nome do Fundo, e (iii) o Administrador, quando aplicável, deverá nomear membros do conselho de administração, diretoria e outros órgãos das Companhias Investidas previamente aprovados pelo Comitê de Investimento.

Parágrafo 2º - O Administrador e o Gestor comprometem-se a manter cópia dos documentos celebrados pelo Fundo em relação aos investimentos e desinvestimentos nas Companhias Investidas, os quais deverão permanecer à disposição dos membros do Comitê de Investimento e lhes ser enviados, caso assim seja solicitado.

Parágrafo 3º - Os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas, deverão ser utilizados para a aquisição de títulos ou valores mobiliários de emissão de uma ou mais Companhias Alvo, dentro do prazo de 06 (seis) meses contados da data do respectivo aporte, observado o disposto no Parágrafo abaixo.

Parágrafo 4º - Caso os investimentos do Fundo nas Companhias Alvo não sejam realizados dentro do prazo previsto no Parágrafo acima, o Gestor convocará o Comitê de Investimentos para deliberar sobre: (i) a prorrogação do prazo referido no Parágrafo acima; (ii) a permanência dos recursos no caixa do Fundo; ou (iii) o procedimento de restituição aos Quotistas dos valores aportados no Fundo referentes aos investimentos originalmente programados e que não tenham se concretizado.

Parágrafo 5º - O Administrador, o Gestor e os membros do Comitê de Investimento não serão responsáveis, judicial ou administrativamente, por prejuízos causados aos Quotistas em decorrência dos investimentos realizados pelo Fundo nas Companhias Investidas, salvo se (i) tais investimentos tiverem sido realizados em desacordo com a política de investimentos estabelecida neste Regulamento; ou (ii) tais prejuízos decorrerem de atos dolosos ou culposos do Administrador ou do Gestor, com violação da lei, das normas editadas pela CVM e deste Regulamento.

Parágrafo 6º - O Fundo não conta com garantia do Administrador, do Gestor, das entidades prestadoras dos serviços de custódia ou escrituração, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

Artigo 26 – O Fundo poderá realizar investimentos nas Companhias Alvo em conjunto com os Quotistas, o Administrador, o Gestor, Partes Relacionadas e com terceiros.

CAPÍTULO VI – FATORES DE RISCO

Artigo 27 – Tendo em vista a natureza dos investimentos a serem realizados pelo Fundo, os Quotistas devem estar cientes dos riscos a que estão sujeitos os investimentos e aplicações do Fundo, conforme descritos abaixo, não havendo, garantias de que Capital Integralizado será remunerado conforme esperado pelos Quotistas, existindo a possibilidade de o Fundo apresentar perda do capital investido e a necessidade da realização de aportes adicionais de recursos no Fundo superiores ao valor do Capital Comprometido pelos respectivos Quotistas.

Riscos de Não Realização do Investimento

Parágrafo 1º - Não há garantias de que os investimentos pretendidos pelo Fundo estejam disponíveis no momento e em quantidade convenientes ou desejáveis à satisfação de sua política de investimentos, o que pode resultar em investimentos menores ou mesmo na não realização desses investimentos.

Parágrafo 2º - O Capital Comprometido do Fundo será integralizado à vista na medida em que ocorrerem chamadas para integralização de Quotas, nos termos deste Regulamento e de cada Instrumento Particular de Compromisso de Investimento. Todavia, não há garantias de que (i) eventuais inadimplementos dos Quotistas serão compensados por meio da aplicação das penalidades contratuais ou legais disponíveis; (ii) os investimentos propostos pelo Fundo serão realizados; e (iii) todos os Quotistas adimplirão com suas obrigações de integralizar Quotas nos termos de seus respectivos Instrumentos Particulares de Compromisso de Investimento. Se ocorrer o inadimplemento dos Quotistas, os investimentos nas Companhias Investidas poderão ser prejudicados afetando negativamente a carteira do Fundo.

Parágrafo 3º - A não realização de investimentos em Companhias Alvo ou a realização desses investimentos em valor inferior ao pretendido pelo Fundo, considerando os custos do

Fundo, dentre os quais a Taxa de Administração, poderá afetar negativamente os resultados da carteira e o valor da Quota.

Parágrafo 4º - O Fundo compete por oportunidades de investimento contra outros investidores, tais como investidores institucionais, fundos de investimentos em participações, grupos industriais e instituições financeiras, entre outros. A competição por oportunidades de investimento pode afetar negativamente os termos e condições dos investimentos negociados pelo fundo. Além disso, tal competição pode impedir que o Fundo encontre um número suficiente de oportunidades de investimento condizentes com os objetivos do Fundo.

Parágrafo 5º - As Companhias Investidas podem necessitar de recursos adicionais, por meio de aporte de capital, emissão de dívida, ou ambos, com intuito de atingirem seus objetivos e maturação do investimento. Se o Fundo não tiver capital disponível para participar das adições de capital subseqüentes, esta indisponibilidade pode ter impacto negativo tanto na Companhia Investida como no investimento do Fundo. Embora o Fundo procure manter liquidez suficiente para permitir que participe em eventuais integralizações de capitais subseqüentes, o Fundo pode não ser capaz de providenciar toda a integralização requerida e a integralização por terceiros pode ser necessária. Não há garantia de que tais recursos de terceiros estarão disponíveis ou serão oferecidos em condições adequadas para a Companhia Investida, o que pode afetar o desempenho do Fundo.

Riscos de Liquidez

Parágrafo 6º - Os ativos componentes da carteira do Fundo poderão ter liquidez significativamente baixa em comparação a outras modalidades de investimento. Os investimentos no Fundo serão feitos, preponderantemente, em ativos não negociados publicamente no mercado. Caso (a) o Fundo precise vender tais ativos, ou (b) o Quotista receba tais ativos como pagamento de resgate ou amortização de suas Quotas, (i) poderá não haver mercado comprador de tais ativos, (ii) a definição do preço de tais ativos nos termos deste Regulamento poderá não se realizar em prazo compatível com a expectativa do Quotista, ou (iii) o preço efetivo de alienação de tais ativos poderá resultar em perda para o Fundo ou, conforme o caso, para o Quotista. Não há, portanto, qualquer garantia ou certeza de que será possível ao Fundo e ao Quotista, conforme o caso, liquidar posições ou realizar a venda de quaisquer desses ativos.

Parágrafo 7º - O Fundo é um condomínio fechado e, por conseguinte, não há garantia de que o Quotista consiga alienar suas Quotas pelo preço e no momento desejados, uma vez que não é admitido o resgate antecipado das Quotas.

Parágrafo 8º - Os investimentos do Fundo são considerados de longo prazo e o retorno do investimento pode não ser condizente com o esperado pelo Quotista.

Parágrafo 9º - A carteira do Fundo poderá estar concentrada em títulos ou valores mobiliários de emissão de poucas Companhias Investidas e com baixa liquidez, o que poderá dificultar a venda desses ativos que integram a carteira do Fundo.

Riscos relacionados às Companhias Investidas

Parágrafo 10º - Embora o Fundo tenha sempre participação no processo decisório das respectivas Companhias Investidas, não há garantias de (i) bom desempenho de quaisquer das Companhias Investidas, (ii) solvência das Companhias Investidas e (iii) continuidade das

atividades das Companhias Investidas. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados da carteira do Fundo e o valor das Quotas.

Parágrafo 11º - Não obstante a diligência e o cuidado do Gestor e do Administrador, os pagamentos relativos aos títulos ou valores mobiliários de emissão das Companhias Investidas, como dividendos, juros e outras formas de remuneração e bonificação podem vir a se frustrar em razão da insolvência, falência, mau desempenho operacional da respectiva Companhia Investida, ou, ainda, em decorrência de outros fatores. Em tais ocorrências, o Fundo e os seus Quotistas poderão experimentar perdas, não havendo qualquer garantia ou certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos.

Parágrafo 12º - O Fundo participará do processo decisório das Companhias Investidas. Desta forma, caso determinada Companhia Investida tenha sua falência decretada ou caso haja a desconsideração da personalidade jurídica da Companhia Investida, a responsabilidade pelo pagamento de determinados passivos da Companhia Investida poderá ser atribuída ao Fundo, impactando o valor das Quotas, o que poderá resultar em Patrimônio Líquido negativo e a necessidade de os Quotistas realizarem aportes adicionais de recursos no Fundo.

Parágrafo 13º - Os investimentos nas Companhias Investidas envolvem riscos relativos ao segmento econômico em que cada uma atua. Não há garantia quanto ao desempenho desse setor e nem certeza de que o desempenho de cada uma das Companhias Investidas acompanhe *pari passu* o desempenho médio do setor. Adicionalmente, ainda que o desempenho das Companhias Investidas acompanhe o desempenho das demais empresas do seu setor de atuação, não há garantia de que o Fundo e os seus Quotistas não experimentarão perdas.

Parágrafo 14º - Em função de diversos fatores relacionados ao funcionamento de órgãos públicos de que pode vir a depender o Fundo no desempenho de suas operações, não há garantias de que o Fundo conseguirá exercer todos os seus direitos de sócio ou investidor das Companhias Investidas, ou como adquirente ou alienante de ações ou outros valores mobiliários de emissão de tais Companhias Investidas, nem de que, caso o Fundo consiga exercer tais direitos, os efeitos obtidos serão condizentes com os seus direitos originais ou obtidos no tempo esperado. Tais fatores poderão impactar negativamente a carteira do Fundo.

Parágrafo 15º - Os investimentos do Fundo poderão ser feitos em companhias fechadas, as quais, embora tenham de adotar as práticas de governança indicadas neste Regulamento, não estão obrigadas a observar as mesmas regras que as companhias abertas relativamente à divulgação de suas informações ao mercado e a seus acionistas, o que pode representar dificuldade para o Fundo quanto (i) ao acompanhamento das atividades e resultados da Companhia Investida e (ii) a correta decisão sobre a liquidação do investimento, o que pode afetar o valor da carteira do Fundo e das Quotas.

Parágrafo 16º - O Fundo pode ter participações minoritárias em Companhias Investidas o que poderá limitar sua capacidade de proteger seus interesses em tais Companhias Investidas. No entanto, para a realização de aporte de capital em uma determinada Companhia Alvo, serão negociadas condições que assegurem ao Fundo direitos para proteger seus interesses em face da Companhia Investida e dos demais acionistas. Não há garantia que todos os direitos pleiteados sejam concedidos ao Fundo, o que pode afetar o valor da carteira do Fundo e das suas Quotas.

Parágrafo 17º - Em conexão com o processo de desinvestimento de uma Companhia Investida, o Fundo pode ser solicitado a oferecer informações sobre o negócio e situação financeira de uma Companhia Investida típicas em situações de venda de empresa. O Fundo

pode desconhecer ativos insubsistentes e passivos supervenientes que poderão gerar obrigação de indenização pelo Fundo aos adquirentes da Companhia Investida.

Riscos de Concentração da Carteira do Fundo

Parágrafo 18º - A carteira do Fundo poderá ser composta por valores mobiliários de poucas Companhias Investidas, sendo que, além das limitações de investimento dispostas no Regulamento, não existirão quaisquer outros critérios de concentração ou diversificação para os valores mobiliários que poderão compor a carteira do Fundo, o que implicará concentração dos investimentos do Fundo em valores mobiliários de poucos emissores. Essa concentração poderá, eventualmente, acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas do Fundo, tendo em vista, principalmente, que nesse caso os resultados do Fundo dependerão dos resultados atingidos por essas poucas Companhias Investidas.

Riscos de Mercado

Parágrafo 19º - Os ativos financeiros e outros títulos e valores mobiliários que compõem a carteira do Fundo podem estar sujeitos a oscilações de preços em função da reação dos mercados a eventos econômicos e políticos, tanto no Brasil como no exterior, e a eventos específicos a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços desses ativos financeiros, títulos e valores mobiliários poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, o que pode gerar mudanças nos padrões de comportamento de preços sem que haja mudanças significativas no contexto econômico ou político nacional e internacional.

Parágrafo 20º - O apreçamento dos títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo será realizado de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e demais operações estabelecidos neste Regulamento e na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações no valor dos ativos do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor de suas Quotas.

Riscos de Crédito

Parágrafo 21º - Os ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo podem estar sujeitos à capacidade de seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais ativos. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos ativos financeiros ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos ativos financeiros.

Parágrafo 22º - O Fundo poderá incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de ativos em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

Risco de Descontinuidade

Parágrafo 23º – Este Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembleia Geral de Quotistas poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo. Nessas situações, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, Gestor e nem pelo Custodiante nenhuma multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

Risco de Derivativos

Parágrafo 24º – O Fundo, ao operar com derivativos, nos termos deste Regulamento, está sujeito ao risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do Fundo, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos Quotistas. Não é possível assegurar que a utilização de derivativos exclusivamente para proteção patrimonial evitará perdas para o Fundo.

Risco relacionado a Fatores Macroeconômicos e Regulatórios

Parágrafo 25º – O Fundo está sujeito aos efeitos da política econômica praticada pelo governo brasileiro e demais variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica, financeira ou regulatória que influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro. Medidas do governo brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária envolveram, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, mudanças legislativas, entre outras. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar os negócios do Fundo. Além disso, o governo federal brasileiro, o BACEN e demais órgãos competentes poderão realizar alterações na regulamentação dos setores de atuação das Companhias Investidas ou nos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo ou, ainda, outros relacionados ao próprio Fundo, o que poderá afetar a rentabilidade do Fundo.

Outros Riscos Exógenos ao Controle do Administrador e Gestor

Parágrafo 26º – O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do Administrador e Gestor, tais como moratória, mudança nas regras aplicáveis aos seus ativos, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo, alteração na política monetária, os quais, caso materializados, poderão causar impacto negativo sobre os ativos do Fundo e o valor de suas Quotas.

Risco de Patrimônio Negativo

Parágrafo 27º – A DESPEITO DE OS QUOTISTAS ESTAREM OBRIGADOS A REALIZAR APORTES DE RECURSOS NO FUNDO ATÉ O VALOR PREVISTO NOS RESPECTIVOS INSTRUMENTOS PARTICULARES DE COMPROMISSO DE INVESTIMENTO, EVENTUAIS PERDAS PATRIMONIAIS DO FUNDO NÃO ESTÃO LIMITADAS NEM AO VALOR DO CAPITAL SUBSCRITO NEM AO VALOR DO CAPITAL COMPROMETIDO, DE FORMA QUE OS QUOTISTAS PODEM SER CHAMADOS A APORTAR RECURSOS ADICIONAIS NO FUNDO.

CAPÍTULO VII – ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS

PERIODICIDADE E MATÉRIAS DE COMPETÊNCIA

Artigo 28 – A Assembléia Geral de Quotistas realizar-se-á, ordinariamente, até 30 de junho de cada ano, para deliberar sobre as matérias previstas no inciso (i) do Parágrafo Primeiro abaixo, e, extraordinariamente, sempre que convocada na forma prevista neste Regulamento.

Parágrafo 1º - Compete privativamente à Assembléia Geral de Quotistas:

- (i) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador;
- (ii) alterar o regulamento do Fundo com relação às matérias não previstas nos itens subsequentes;
- (iii) deliberar sobre a destituição ou a substituição do Administrador e escolha de seu substituto, bem como aprovar a destituição ou a nomeação de novo Gestor, custodiante ou escriturador indicados pelo Administrador;
- (iv) deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação, liquidação ou cisão do Fundo;
- (v) deliberar sobre a emissão e distribuição de novas Quotas, bem como sobre os prazos e condições para subscrição e integralização das novas quotas, observado o disposto na legislação aplicável;
- (vi) deliberar sobre alterações na taxa de remuneração do Administrador, inclusive no que diz respeito à participação nos resultados do Fundo;
- (vii) deliberar sobre a prorrogação do Prazo de Duração do Fundo, conforme previsto neste Regulamento;
- (viii) deliberar sobre a alteração do quorum de instalação e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas;
- (ix) deliberar sobre o estabelecimento ou alteração de regras referentes à instalação, composição, organização e funcionamento do Comitê de Investimento;
- (x) deliberar, quando for o caso, sobre o requerimento de informações de Quotistas, observado o disposto no parágrafo único do artigo 14 da Instrução CVM 391/03;
- (xi) deliberar sobre alterações na política de investimentos do Fundo;
- (xii) eleger e destituir os membros do Comitê de Investimento que sejam representantes dos Quotistas;
- (xiii) deliberar sobre a renúncia a qualquer direito do Fundo no âmbito dos Instrumentos Particulares de Compromisso de Investimento;

- (xiv) deliberar sobre qualquer Evento de Avaliação, nos termos do Capítulo X deste Regulamento;
- (xv) deliberar sobre qualquer Evento de Liquidação Antecipada, nos termos do Capítulo XI deste Regulamento;
- (xvi) deliberar sobre a realização de investimentos em Companhias Alvo que não atendam às condições precedentes previstas no Artigo 16 deste Regulamento; e
- (xvii) deliberar sobre a prorrogação do Período de Investimento do Fundo, conforme previsto neste Regulamento.

Parágrafo 2º - Este Regulamento poderá ser alterado, independentemente de deliberação de Assembléia Geral de Quotistas ou de consulta aos Quotistas, sempre que tal alteração decorra exclusivamente da necessidade de atendimento de exigências da CVM, ou em consequência de normas legais regulamentares, devendo ser, nesses casos, providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.

FORMA DE CONVOCAÇÃO

Artigo 29 – A convocação da Assembléia Geral de Quotistas far-se-á mediante correspondência escrita encaminhada a cada Quotista, podendo, para esse fim, ser utilizado qualquer meio de comunicação, e desde que o fim pretendido seja atingido, tais como envio de correspondência com aviso de recebimento, fac-símile e correio eletrônico (e-mail).

Parágrafo 1º - Da convocação, realizada por qualquer meio previsto no *caput* deste Artigo, devem constar, obrigatoriamente, dia, hora, e local em que será realizada a Assembléia Geral de Quotistas e, ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

Parágrafo 2º - A convocação da Assembléia Geral de Quotistas deverá ser feita com 15 (quinze) dias de antecedência, no mínimo, da data da realização da referida Assembléia Geral de Quotistas.

Parágrafo 3º - Não se realizando a Assembléia Geral de Quotistas em 1ª convocação, será novamente providenciado o envio de correspondência com aviso de recebimento, fac-símile, ou correio eletrônico (e-mail), com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data de realização da Assembléia.

Parágrafo 4º - Para efeito do disposto no Parágrafo Terceiro, admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral de Quotistas seja providenciada juntamente com a correspondência de primeira convocação, sendo que, nesse caso, deverá ser observado o prazo do Parágrafo Segundo. Caso a Assembléia Geral de Quotistas não ocorra nessa hipótese, nova convocação deverá ser providenciada nos termos deste Artigo 29.

Parágrafo 5º - A Assembléia Geral de Quotistas poderá ser convocada pelo Administrador ou por Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de Quotas emitidas pelo Fundo.

Parágrafo 6º - Independentemente da convocação prevista neste Artigo, será considerada regular a Assembléia Geral à qual comparecerem todos os Quotistas.

Parágrafo 7º - Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral de Quotistas realizar-se-á no local onde o Administrador tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, as correspondências de convocação indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da Cidade da sede do Administrador.

INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÕES

Artigo 30 – A Assembléia Geral de Quotistas poderá ser instalada com qualquer número de Quotistas.

Parágrafo 1º - As deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria dos Quotistas presentes, correspondendo a cada Quota um voto, ressalvadas as deliberações com relação às matérias descritas nos incisos (iii), (iv), (v), (vi), (vii), (viii), (ix) e (xv) do Parágrafo Primeiro do Artigo 28 que somente poderão ser adotadas mediante o voto favorável de Quotistas que sejam detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas presentes à Assembléia Geral de Quotistas.

Parágrafo 2º - Somente podem votar nas Assembléias Gerais de Quotistas os Quotistas (i) detentores de Quotas integralizadas, e (ii) cujas Quotas integralizadas se encontrem depositadas na conta de depósito até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a realização da Assembléia Geral de Quotistas.

Parágrafo 3º – Qualquer Quotista ficará impedido de votar relativamente às deliberações referentes à aprovação de investimentos em Companhias Alvo de que tal Quotista ou pessoas ligadas participem como gestor, administrador, conselheiro, ou sócio direto ou indireto.

Parágrafo 4º - As deliberações tomadas pelos Quotistas serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas.

REPRESENTAÇÃO

Artigo 31 – Têm qualidade para votar nas Assembléias Gerais de Quotistas os representantes legais dos Quotistas ou seus procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

CAPÍTULO VIII - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Artigo 32 - O patrimônio do Fundo será dividido em Quotas, que correspondem a frações ideais desse patrimônio, todas nominativas e mantidas em contas de depósitos em nome de seus titulares, conferindo a seus titulares os direitos descritos neste Regulamento.

CAPÍTULO IX – EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS

EMISSÃO E SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS

Artigo 33 – A primeira emissão das Quotas será deliberada pelo Administrador sem necessidade de aprovação da Assembléia Geral de Quotistas.

Parágrafo 1º - Serão emitidas até 260.000 (duzentas e sessenta mil e) Quotas, com valor unitário de emissão de R\$ 1.000,00 (um mil Reais) cada.

Parágrafo 2º - O valor das Quotas, após a Data de Início do Fundo, será o resultante da divisão do valor do Patrimônio Líquido pelo número de Quotas, utilizando-se o critério de quota de abertura, exceto para o caso de resgate de Quotas quando da liquidação do Fundo, em que se utilizará o critério da quota de fechamento.

Parágrafo 3º - As Quotas deverão ser subscritas obrigatoriamente durante o Período de Distribuição.

Parágrafo 4º - O Fundo poderá emitir novas Quotas mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas tomada pelo voto favorável dos Quotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas presentes, inclusive em situações que possam requerer (i) a realização de novos investimentos do Fundo nas Companhias Investidas de forma a manter seu valor econômico, (ii) a cobertura de eventuais contingências do Fundo, ou (iii) a recomposição do caixa do Fundo em montante suficiente para pagamento das despesas do Fundo. Qualquer nova emissão de Quotas deverá ser devidamente registrada junto à CVM nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo 5º - O valor mínimo do Capital Comprometido do Fundo na Data de Início do Fundo será de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais).

Parágrafo 6º - A Assembléia Geral de Quotistas que deliberar sobre novas emissões de Quotas definirá as respectivas condições para subscrição e integralização de tais Quotas, observado o disposto na legislação aplicável e no Parágrafo 8º do Artigo 35.

Parágrafo 7º - As Quotas do Fundo serão de classe única.

DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS

Artigo 34 – Durante o Período de Distribuição das Quotas, o Administrador acessará investidores com quem celebrará os Instrumentos Particulares de Compromisso de Investimento. Ao assinar o Instrumento Particular de Compromisso de Investimento, de que constará o valor total do Capital Comprometido do Quotista, o investidor deverá também celebrar o Boletim de Subscrição e o Termo de Ciência de Risco e de Adesão ao Regulamento e o Administrador entregará ao Quotista uma cópia deste Regulamento e do Prospecto.

Parágrafo 1º - Caso a totalidade das Quotas ou a totalidade das Quotas emitidas posteriormente, nos termos deste Regulamento, não seja subscrita até o final do Período de Distribuição, o Administrador poderá cancelar o saldo de Quotas não subscritas sem necessidade de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas.

Parágrafo 2º - Salvo hipótese prevista no Parágrafo 4º do Artigo 33, não serão admitidos novos Quotistas no Fundo após o encerramento do Período de Distribuição das Quotas, ficando vedadas, após tal período, a celebração de novos Instrumentos Particulares de Compromisso de Investimento, bem como a subscrição de Quotas.

INTEGRALIZAÇÃO DE QUOTAS

Artigo 35 – As Quotas deverão ser integralizadas à vista, em moeda corrente nacional em fundos imediatamente disponíveis e transferíveis ao Administrador, os quais serão alocados pelo Administrador em uma conta segregada em nome do Fundo, conforme previsto em cada Boletim de Subscrição e no Instrumento Particular de Compromisso de Investimento.

12 AGO 2009 00:33:57

Parágrafo 1º - O valor das Quotas, após a Data de Início do Fundo, será o resultante da divisão do valor do Patrimônio Líquido pelo número de Quotas, utilizando-se o critério de quota de abertura, exceto para o caso de resgate de Quotas quando da liquidação do Fundo, em que se utilizará o critério da quota de fechamento.

Parágrafo 2º - Na Data de Início do Fundo, cada Quotista integralizará percentual do Capital Comprometido do Quotista a ser definido no respectivo Instrumento Particular de Compromisso de Investimento. As demais Quotas deverão ser integralizadas, durante o Prazo de Duração do Fundo, na medida em que ocorrerem chamadas para integralização por parte do Administrador nos termos deste Regulamento e dos respectivos Instrumentos Particulares de Compromisso de Investimento. As integralizações das Quotas ocorrerão em, no máximo 7 (sete) dias úteis a partir da respectiva chamada (i) em decorrência do surgimento de investimentos a serem realizados pelo Fundo nos termos do Artigo 25 durante o Período de Investimentos; (ii) para cobertura das chamadas não atendidas pelos Quotistas Inadimplentes; (iii) para pagamentos de despesas comprovadas do Fundo; ou (iv) caso o caixa do Fundo se torne inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil Reais) por 30 (trinta) dias consecutivos, salvo se o Gestor renunciar a esta chamada de capital por motivo justificado apresentado ao Administrador, tudo nos termos dos Instrumentos Particulares de Compromisso de Investimento. As chamadas para integralização serão feitas pelo valor patrimonial da Quota na data da integralização, até o valor total do Capital Comprometido do Quotista.

Parágrafo 3º - O saldo não integralizado do Capital Comprometido do Quotista será corrigido pela variação do IPCA, após os primeiros 12 meses, desde a data de assinatura pelo Quotista do Instrumento Particular de Compromisso de Investimento até cada data de integralização das Quotas, calculada pro rata temporis (base 252 dias úteis). Caso na data de integralização das quotas a variação acumulada do IPCA do mês em questão não tiver sido divulgada, deverá ser utilizado IPCA projetado para o mês.

Parágrafo 4º - O Comitê de Investimento poderá deliberar sobre a devolução aos Quotistas dos valores pagos a título de integralização de Quotas. No caso de devolução de tais valores, fica estabelecido que os valores devolvidos aos Quotistas serão considerados para todos os fins como saldo não integralizado dos respectivos Capitais Comprometidos dos Quotistas, conforme disposto nos Instrumentos Particulares de Compromisso de Investimento.

Parágrafo 5º - A ocorrência de qualquer descumprimento, total ou parcial, da obrigação do Quotista de aportar recursos no Fundo até a data de integralização informada pelo Administrador, não sanada no prazo previsto no Parágrafo 6º deste Artigo, resultará nas seguintes consequências ao Quotista inadimplente:

- i) perda de seus direitos de (a) voto nas Assembléias Gerais; (b) alienação ou transferência das suas Quotas; e (c) recebimento de todos os valores que lhe caberiam por ocasião da liquidação do Fundo, que passarão aos demais Quotistas adimplentes, na proporção de suas Quotas, até o montante do inadimplemento;
- ii) direito do Fundo de alienar as Quotas detidas pelo Quotista inadimplente a qualquer terceiro nos termos do Instrumento Particular de Compromisso de Investimento e da procuração outorgada pelo Quotista ao Administrador, a fim de obter recursos para pagamento dos valores devidos ao Fundo, observado o direito de preferência dos demais Quotistas previsto neste Regulamento; e

- iii) substituição do eventual representante indicado pelo Quotista inadimplente para o Comitê de Investimento por outro indicado pela Assembléia de Quotistas.

Parágrafo 6º - As conseqüências referidas no Parágrafo 5º deste Artigo serão exercidas pelo Administrador, caso o respectivo descumprimento não seja sanado pelo Quotista inadimplente no prazo de até 15 (quinze) dias a contar da data indicada na chamada para integralização.

Parágrafo 7º - Qualquer débito em atraso do Quotista inadimplente perante o Fundo será atualizado, a partir da data indicada na chamada para integralização, pela variação do IPCA, acrescido de juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, além de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do débito corrigido, sem prejuízo da obrigação do Quotista inadimplente em ressarcir o Fundo pelos prejuízos causados, inclusive, mas não se limitando, a qualquer ressarcimento devido pelo Fundo a uma das Companhias Investidas em razão do inadimplemento acarretado por referido Quotista.

Parágrafo 8º - Os investidores que subscreverem Quotas após o primeiro período de integralização estarão sujeitos ao pagamento de Taxa de Ingresso, de forma que o valor econômico das Quotas subscritas pelo novo Quotista seja equivalente ao valor econômico das Quotas já anteriormente integralizadas por outros Quotistas. A Taxa de Ingresso é representada pela integralização de Quotas no valor da (a) Quota do Dia, ou (b) Quota Corrigida pelo Parâmetro de Referência, o que for maior.

Parágrafo 9º - A Taxa de Ingresso será sempre devida ao Fundo, portanto beneficiará a todos os Quotistas.

Parágrafo 10º - As Quotas também poderão ser integralizadas através do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP.

COMPROVANTE DE TITULARIDADE

Artigo 36 – A escrituração das Quotas comprova a propriedade e a quantidade de Quotas detidas por cada Quotista.

RESGATE DE QUOTAS

Artigo 37 – As Quotas serão resgatadas após o final do Prazo de Duração do Fundo ou por ocasião da liquidação antecipada do Fundo, de acordo com os procedimentos descritos no Capítulo XI deste Regulamento.

AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS

Artigo 38 - Sem prejuízo do previsto no Parágrafo 3º do Artigo 18, as Quotas serão amortizadas proporcionalmente ao montante que o valor de cada Quota representa relativamente ao Patrimônio Líquido, no todo ou em parte, todas as vezes que houver pagamentos de dividendos, juros sobre capital próprio, desinvestimentos ou qualquer pagamento realizado pelas Companhias Investidas ao Fundo.

Parágrafo 1º - A amortização será paga no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis do recebimento pelo Fundo dos recursos mencionados no *caput*.

Parágrafo 2º - Alternativamente à amortização de Quotas prevista no *caput* deste Artigo, o Administrador poderá transferir pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio diretamente aos Quotistas, proporcionalmente à participação dos Quotistas no Fundo, com base no Capital Integralizado. Estes pagamentos recebidos pelos Quotistas serão computados pelo Administrador para fins de cálculo da Taxa de Performance, nos termos do Artigo 12 deste Regulamento.

Parágrafo 3º - A Assembléia Geral de Quotistas poderá deliberar pela amortização de Quotas em ativos da carteira do Fundo, caso em que definirá as condições para tal amortização.

NEGOCIAÇÃO DE QUOTAS

Artigo 39 – As Quotas poderão ser negociadas privadamente, observado que: (i) tal negociação somente será admitida após o encerramento do Período de Investimentos e após sua integralização, e (ii) será admitida a negociação de parcela de Quotas de um mesmo Quotista, desde que, como resultado da negociação, o valor da totalidade das Quotas detidas pelo Quotista adquirente ou pelo Quotista alienante não seja inferior ao valor mínimo para aplicação previsto no Parágrafo Único do Artigo 3º deste Regulamento.

Parágrafo 1º - Os adquirentes das Quotas que ainda não sejam Quotistas deverão igualmente ser Investidores Qualificados, bem como deverão aderir aos termos e condições do Fundo por meio da assinatura e entrega ao Administrador dos documentos necessários para o cumprimento da legislação em vigor e efetivo registro como novos Quotistas. Em qualquer caso de transferência descrito neste Artigo, o Quotista alienante, ou o administrador do seu espólio ou da sociedade resultante de reestruturação societária, deverá enviar comunicação escrita ao Administrador, juntamente com uma declaração do Quotista adquirente de que este é um Investidor Qualificado. O Administrador terá um prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento de tal comunicação para proceder ao registro do novo Quotista, desde que o requisito de ser Investidor Qualificado tenha sido cumprido.

Parágrafo 2º - As Quotas poderão também ser registradas para negociação em um ou mais mercado de bolsa ou balcão organizado, a critério do Administrador, após o encerramento do Período de Investimento, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição seja feita por Investidor Qualificado nesses ambientes. O Quotista que desejar alienar publicamente suas Quotas deverá antes oferecer aos demais Quotistas a oportunidade de adquirir tais Quotas nos termos dos Parágrafos precedentes. A negociação pública das Quotas só poderá ocorrer após o encerramento do Período de Investimentos.

Parágrafo 3º – Adicionalmente às restrições à negociação de Quotas estipuladas, com exceção da outorga de garantia em benefício do Fundo aperfeiçoada com a celebração do Instrumento Particular de Compromisso de Investimento, é vedada a criação de qualquer ônus real sobre as Quotas antes do encerramento do Período de Investimentos. Após o encerramento do Período de Investimentos tal vedação não se aplicará, desde que o Quotista dê ciência ao beneficiário do ônus porventura criado sobre as restrições à negociação de Quotas constantes deste Regulamento.

Parágrafo 4º - As Quotas também poderão ser registradas para custódia no SF – Módulo de Fundos, sendo a liquidação financeira dos eventos envolvendo as quotas custodiadas realizada na CETIP.

CAPÍTULO X – EVENTOS DE AVALIAÇÃO

Artigo 40 – O Administrador convocará Assembléia Geral de Quotistas tão logo tenha ciência dos seguintes fatos (os “Eventos de Avaliação”):

- (i) aquisição, pelo Fundo, de títulos e valores mobiliários em desacordo com a política de investimentos do Fundo, conforme exposto no Capítulo IV deste Regulamento, verificada pelo Administrador; e
- (ii) não pagamento do valor integral da amortização de qualquer Quota, nos termos deste Regulamento.

CAPÍTULO XI – LIQUIDAÇÃO

PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO

Artigo 41 – O Fundo entrará em liquidação ao final do Prazo de Duração ou de sua prorrogação, bem como na ocorrência dos eventos de liquidação antecipada mencionados no Artigo 42. Após o pagamento de todos os custos e despesas devidos pelo Fundo, as Quotas serão resgatadas em moeda corrente nacional ou em ativos, se for o caso, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contado do término do Prazo de Duração ou da data da deliberação da liquidação antecipada.

LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA

Artigo 42 – O Administrador convocará Assembléia Geral de Quotistas para deliberarem sobre a liquidação antecipada do Fundo na ocorrência dos seguintes eventos:

- (i) desinvestimento de todos os ativos da carteira do Fundo;
- (ii) renúncia e não substituição do Gestor ou do custodiante em até 60 (sessenta) dias da comunicação da respectiva renúncia.

Parágrafo Único – O Administrador liquidará o Fundo, independentemente de Assembléia Geral de Quotistas, se ocorrer a hipótese prevista no Parágrafo Terceiro do Artigo 9º.

FORMA DE LIQUIDAÇÃO

Artigo 43 - A liquidação do Fundo e o conseqüente resgate das Quotas serão realizados mediante (i) a venda dos valores mobiliários emitidos pelas Companhias Investidas em bolsa de valores, em mercado de balcão organizado, em mercado de balcão não organizado ou em negociações privadas, conforme o tipo do ativo; (ii) o pagamento das debêntures emitidas pelas Companhias Investidas; (iii) a venda dos ativos das Companhias Investidas; ou (iv) a cessão de recebíveis eventualmente gerados no processo de venda de tais imóveis das Companhias Investidas observado o disposto na legislação aplicável.

Parágrafo 1º - Para o pagamento do resgate será utilizado o valor da Quota de fechamento do dia do efetivo pagamento.

Parágrafo 2º - Caso não seja possível liquidar os ativos conforme previsto no caput deste Artigo, o Administrador resgatará as Quotas mediante entrega aos Quotistas dos títulos e

valores mobiliários da carteira do Fundo pelo preço fixado nos termos dos Parágrafos subsequentes. Tal resgate será realizado mediante operações simultâneas de compra, por parte dos Quotistas, e venda por parte do Fundo, dos títulos e valores mobiliários da carteira do Fundo, conforme previsto na Instrução CVM nº 394, de 22 de julho de 2003, ou em caso de alteração dessa norma, será observado o novo procedimento estabelecido pela CVM.

Parágrafo 3º - Em qualquer caso, a contabilização e a liquidação de ativos do Fundo serão realizadas (i) com observância das normas estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo e (ii) com relação às Quotas já integralizadas tendo por parâmetro o valor de cada Quota relativamente ao Patrimônio Líquido.

Parágrafo 4º - Respeitando o disposto neste Regulamento, a Assembléia Geral de Quotistas deverá deliberar sobre os procedimentos para entrega dos títulos e valores mobiliários para fins de pagamento de resgate das Quotas do Fundo ainda em circulação.

Parágrafo 5º - Na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida acima não chegar a acordo comum referente aos procedimentos para entrega dos títulos e valores mobiliários para fins de pagamento de resgate das Quotas, os títulos e valores mobiliários da carteira do Fundo serão entregues aos Quotistas mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada um sobre o valor total das Quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

Parágrafo 6º - O Administrador deverá notificar os Quotistas, para que elejam um administrador do referido condomínio dos títulos e valores mobiliários, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, informando a proporção dos títulos e valores mobiliários a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do referido condomínio.

Parágrafo 7º - O custodiante continuará prestando os serviços de custódia pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contado da notificação referida no Parágrafo anterior, dentro do qual o administrador do condomínio eleito pelos Quotistas indicará ao Administrador e ao custodiante, hora e local para que seja feita a entrega dos títulos e valores mobiliários. Expirado este prazo, o Administrador poderá promover a consignação dos títulos e valores mobiliários da carteira do Fundo na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

CAPÍTULO XII – ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 44 – Além da remuneração do Administrador, constituem encargos do Fundo as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagas por operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais ou municipais, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;

- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas na Instrução CVM nº 391/03 ou na regulamentação pertinente;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações financeiras do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive, custos relativos a arbitragens envolvendo o Fundo e o valor da condenação imputada ao Fundo, se for o caso, bem como honorários, custos e despesas para submeter à aprovação do CADE os investimentos do Fundo nas Companhias Investidas;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólice de seguro e não decorrentes diretamente de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (x) taxa de custódia de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo; e
- (xi) despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria, tais como, mas não se limitando a despesas com auditoria contábil e legal das Companhias Investidas, com consultorias especializadas, incluindo a realização de estudos de viabilidade técnica, financeira e Estudos de Avaliação, conforme disposto no item (c) do Parágrafo 1º do Artigo 19, até o limite equivalente a 2% (dois por cento) do Capital Comprometido.

Parágrafo Único - Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembléia Geral.

CAPÍTULO XIII – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 45 – O Fundo terá escrituração contábil própria e as demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e pelo COSIF e serão auditadas, anualmente, por auditor independente registrado na CVM.

CAPÍTULO XIV – PUBLICIDADE E INFORMAÇÃO

ENTREGA DE DOCUMENTOS

Artigo 46 – No ato da subscrição de suas Quotas no Fundo, o Quotista receberá do Administrador, exemplar deste Regulamento e do Prospecto do Fundo e deverá expressamente concordar com o conteúdo deste Regulamento e consentir em se vincular aos seus termos e condições, mediante assinatura do Instrumento Particular de Compromisso de Investimento, do Termo de Ciência de Risco e de Adesão ao Regulamento e do Boletim de Subscrição.

DIVULGAÇÃO DE FATO RELEVANTE

Artigo 47 – Os atos ou fatos relevantes que possam influenciar, direta ou indiretamente, as decisões de investimento no Fundo bem como quaisquer outras informações a ele relacionadas, serão imediatamente informadas à CVM e divulgadas aos Quotistas por meio de publicação no DCI – Diário Comércio Indústria & Serviços ou por meio de envio de correspondência eletrônica ou por correspondência registrada no endereço indicado pelo Quotista no Termo de Ciência de Risco e de Adesão ao Regulamento ou através da sua disponibilização no site do Gestor na Internet.

REMESSA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS DOCUMENTOS

Artigo 48 – O Administrador deverá remeter à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos, e aos Quotistas, as informações especificadas nos Parágrafos abaixo na periodicidade neles indicadas.

Parágrafo 1º - Trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

- (i) valor do Patrimônio Líquido; e
- (ii) número de Quotas emitidas.

Parágrafo 2º - Semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período:

- (i) composição da carteira do Fundo, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram;
- (ii) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração mencionada no inciso (vi) do Artigo 6º;
- (iii) os encargos debitados ao Fundo, em conformidade com o disposto no Capítulo XII supra, devendo ser especificado seu valor; e
- (iv) relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia de títulos e valores mobiliários componentes da carteira do Fundo.

Parágrafo 3º – Anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social do Fundo, as seguintes informações:

- (i) demonstrações contábeis do Fundo no exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;

- (ii) o valor patrimonial de cada classe de Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- (iii) os encargos debitados ao Fundo, em conformidade com o disposto no Capítulo XII supra, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio mensal do Fundo.

CAPÍTULO XIV – DISPOSIÇÕES GERAIS

SUCESSÃO DOS QUOTISTAS

Artigo 49 – Em caso de morte ou incapacidade de Quotista, o representante do espólio ou do incapaz exercerá os direitos e cumprirá as obrigações, perante o Fundo e o Administrador, que cabiam ao de cujus ou ao incapaz, observadas as prescrições legais.

CORRESPONDÊNCIA ELETRÔNICA

Artigo 50 – Considera-se o correio eletrônico forma de correspondência válida entre o Quotista e o Administrador, salvo se o Quotista manifestar-se em sentido contrário.

ARBITRAGEM E FORO

Artigo 51 – O Administrador, o Gestor, o custodiante e os Quotistas obrigam-se a submeter à arbitragem toda e qualquer controvérsia baseada em matéria decorrente de ou relacionada a este Regulamento, ou à constituição, operação, gestão e funcionamento do Fundo.

Parágrafo 1º - O tribunal arbitral será constituído por 3 (três) árbitros, devendo a(s) parte(s) requerente(s) (em conjunto) nomear um árbitro de sua confiança e a(s) parte(s) requerida(s) (em conjunto) nomear outro árbitro de sua confiança, sendo o terceiro árbitro, que presidirá os trabalhos, nomeado pelos dois árbitros acima mencionados. O árbitro escolhido pela(s) parte(s) requerente(s) deverá ser nomeado no requerimento de arbitragem; o árbitro escolhido pela(s) parte(s) requerida(s) deverá ser nomeado na comunicação de aceitação da arbitragem e o terceiro árbitro deverá ser nomeado no prazo de 5 (cinco) dias contados da aceitação do árbitro da(s) parte(s) requerida(s).

Parágrafo 2º - O tribunal arbitral terá sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A arbitragem será realizada com observância das regras da Câmara de Arbitragem da ANDIMA vigente à época da solução do litígio e será administrada pela referida Câmara de Arbitragem.

Parágrafo 3º - A arbitragem será desenvolvida na língua portuguesa e de acordo com a legislação brasileira.

Parágrafo 4º Salvo quando de outra forma disposto na decisão arbitral, as partes requerente(s) e requerida(s) pagarão os honorários, custas e despesas do respectivo árbitro que tiver(em) indicado, rateando-se entre as parte(s) requerida(s), de um lado, e partes requerente(s), de outro lado, os honorários, custas e despesas do terceiro árbitro na proporção de 50% (cinquenta por cento). Caso haja mais de uma parte num dos pólos do procedimento arbitral, os honorários, custas e despesas alocados a referido pólo serão rateados de forma igual entre as mesmas.

Parágrafo 5º - Qualquer ordem, decisão ou determinação arbitral será definitiva e vinculativa, constituindo título executivo judicial vinculante, obrigando as partes a cumprir o determinado na decisão arbitral, independentemente de execução judicial.

Parágrafo 6º - Em face da presente cláusula compromissória, toda e qualquer medida cautelar deverá ser requerida ao tribunal arbitral e cumprida por solicitação do referido tribunal arbitral ao juiz estatal competente, no foro eleito conforme o Parágrafo Sexto abaixo.

Parágrafo 7º - Caso qualquer controvérsia baseada em matéria decorrente de ou relacionada a este Regulamento, ou à constituição, operação, gestão e funcionamento do Fundo, não possa, por força de lei ser dirimida pela via arbitral, nos termos deste Artigo, fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo a parte requerente optar pelo foro de seu domicílio.

Artigo 52 – Para a solução amigável de conflitos relacionados a este Regulamento, reclamações ou pedidos de esclarecimentos poderão ser direcionados ao atendimento comercial. Se não for solucionado o conflito, a Ouvidoria Corporativa Itaú poderá ser contatada pelo 0800 570 0011, em dias úteis, das 9 às 18 horas, ou pela Caixa Postal 67.600, CEP 03162-971.

EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 53 - O exercício social do Fundo tem início em 1 de abril de cada ano e término em 31 de março, do ano subsequente.

... ///

12 AGO 2012 13:50:57
12 AGO 2012 13:50:57
12 AGO 2012 13:50:57

P

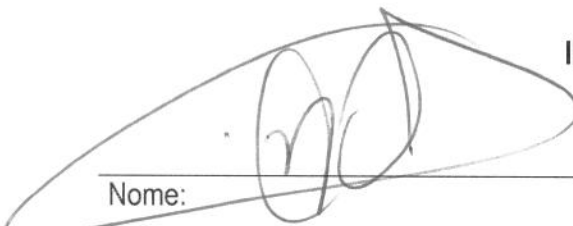
ANEXO III AO PROSPECTO

Cópia da Declaração do Administrador nos termos do Artigo 56, da ICVM 400/03.

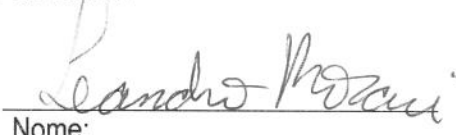
**DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA NOS TERMOS DO ART. 56 DA
INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.418.140/0001-31, representada na forma de seu Contrato Social, nos termos da legislação e regulamentação vigentes, na qualidade de instituição distribuidora e administradora ("Administradora" e "Distribuidora") do **Kinea I Private Equity Fundo de Investimento em Participações** (o "Fundo"), vem nos termos do art. 56, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, da Comissão de Valores Mobiliários, declarar que: (a) o Prospecto da distribuição pública de Quotas do Fundo ("Oferta") (i) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; (ii) contém as informações relevantes do Fundo necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta das Quotas, do Fundo, dos fatores de riscos relacionados ao Fundo e quaisquer outras informações relevantes; e (b) as informações relativas ao Fundo prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Quotas no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, de qualidade e suficientes.

São Paulo, 26 de março de 2009.


Nome: _____
Cargo: _____
Nilvio Ventura Fecchio
Diretor
INTRAG DVTM LTDA.

INTRAG DTVM LTDA.


Nome: _____
Cargo: **Leandro Morari**
INTRAG DTVM LTDA.
CPF: 264.474.378-52 RG: 14.141.969-6

ANEXO IV AO PROSPECTO
Modelo do Boletim de Subscrição

KINEA I PRIVATE EQUITY FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
CNPJ/MF: 10.545.324/0001-69

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO Nº. 01

1. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO: Emissão de 260.000 (duzentas e sessenta mil e quinhentas) Quotas de classe única, nominativas e escriturais, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil Reais) cada Quota, atualizadas pela variação do IPCA, após os primeiros 12 meses, desde a data de assinatura pelo Quotista do Instrumento Particular de Compromisso de Investimento até cada data de integralização das Quotas, calculada pro rata temporis (base 252 dias úteis), totalizando a emissão R\$ 260.000.000,00 (duzentos e sessenta milhões de reais), conforme deliberado pelo Administrador em 15 de dezembro de 2008 (Caso na data da integralização das quotas a variação acumulada do IPCA do mês em questão não estiver sido divulgada, deverá ser utilizado o IPCA projetado para o mês).

2. QUALIFICAÇÃO DO SUBSCRITOR			
Campo de preenchimento exclusivo para qualificação do Subscritor			
Nome / Razão Social:		CPF ou CNPJ/MF:	
Nacionalidade:	Documento de Identidade:	Órgão emissor:	
Endereço (n.º, complemento):			
CEP:	Cidade:	Estado:	
E-mail:		Telefone / Fax:	
Campo de preenchimento exclusivo para representante(s) legal(is) ou procurador(es) do Subscritor			
Representante ou Procurador 1			
Nome:		CPF e Documento de Identidade:	
E-mail:	Telefone / Fax:		
Representante ou Procurador 2			
Nome:		CPF e Documento de Identidade:	
E-mail:	Telefone / Fax:		
Campo de preenchimento exclusivo para representante no País nos termos da Resolução CMN nº 2.689/00			
Razão Social do Representante:		CNPJ/MF	
Endereço:		Nº/Complemento:	
Bairro:	Cidade:	UF:	CEP:
FORMA DE PAGAMENTO (DADOS DO SUBSCRITOR)			

Nº do Banco:	Nº da Agência:	Nº da Conta:
--------------	----------------	--------------

3. QUOTAS SUBSCRITAS: O Subscritor subscreve, neste ato, () Quotas de emissão do **KINEA I PRIVATE EQUITY FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES** (o “Fundo”), administrado pela **INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”) para o exercício da atividade de gestão de carteira através do Ato Declaratório CVM nº 2.528, de 29 de julho de 1993, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.418.140/0001-31 (o “Administrador”), e gerido pela **KINEA INVESTIMENTOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício da atividade de gestão de carteira através do Ato Declaratório CVM n.º 9.518, de 19 de setembro de 2007, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas da Prata, n.º 30, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.604.187/0001-44 (o “Gestor”).

4. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO: O preço de subscrição do Subscritor totaliza R\$ (), equivalente ao seu Capital Comprometido.

5. CONDIÇÕES DE INTEGRALIZAÇÃO: As Quotas ora subscritas serão integralizadas em recursos imediatamente disponíveis, quando ocorrerem as chamadas para integralização pelo Administrador durante o Prazo de Duração do Fundo, de acordo com os termos e condições do Instrumento Particular de Compromisso de Investimento, celebrado em , entre o Subscritor e o Fundo, representado pelo Administrador (o “Compromisso de Investimento”).

A integralização ocorrerá mediante o depósito do respectivo montante na conta corrente do Fundo no Banco 341, agência n.º 2001, conta corrente n.º . Com o efetivo crédito na conta corrente do Fundo, o Subscritor deverá receber comprovante de pagamento referente à respectiva integralização, que será autenticado pelo Administrador.

6. DECLARAÇÕES DO SUBSCRITOR:

O Subscritor declara, para todos os fins:

(i) ter amplo e total conhecimento de todas as normas que regerão o Fundo, em particular, no que se refere à sua política de investimento e aos **riscos** inerentes ao tipo de investimento que está realizando;

(ii) ter recebido cópia integral do Regulamento e do Prospecto Definitivo do Fundo, ter total e perfeito conhecimento do seu conteúdo e ter total conhecimento das condições de integralização das Quotas subscritas;

(iii) estar de acordo e obrigar-se a cumprir com todos os artigos, termos e condições previstos no Regulamento do fundo;

(iv) ser Investidor Qualificado, nos termos da regulamentação editada pela CVM;

(v) estar de acordo com as condições expressas neste Boletim de Subscrição, bem como que tomou conhecimento das características das Quotas subscritas;

(vi) estar ciente de que a não integralização das Quotas ora subscritas durante o prazo de 15 (quinze) dias após a respectiva chamada para integralização poderá ensejar a utilização de todas as medidas legais cabíveis para o cumprimento da obrigação ora assumida, bem como sujeitará o Quotista inadimplente à (a) perda de seus direitos políticos, incluindo a substituição de eventual representante indicado pelo Quotista inadimplente para o Comitê de Investimento por outro indicado pela Assembléia de Quotistas; (b) perda de seus direitos de negociar suas Quotas; (c) perda do direito de receber os

valores devidos por ocasião da liquidação do Fundo; e (d) venda, pelo Administrador, conforme procuração outorgada, de Quotas já detidas pelo Quotista inadimplente e a utilização dos recursos dessa venda para pagar eventuais penalidades devidas e integralizar as Quotas pendentes de integralização e objeto de chamada para integralização, tudo nos termos do Compromisso de Investimento e do Regulamento;

(vii) estar ciente de que os termos aqui iniciados em letra maiúscula, e não de outra forma definidos no presente Boletim de Subscrição, terão os significados que lhes forem atribuídos no Regulamento do Fundo.

7. OUVIDORIA: A Ouvidoria Corporativa Itaú poderá ser contatada pelo 0800 570 0011, em dias úteis, das 9 às 18 horas, ou pela caixa postal 67.600, CEP 03162-971.

São Paulo, [O] de [O] de [O].

[Subscritor]


CARIMBO E ASSINATURA DO ADMINISTRADOR:

KINEA I PRIVATE EQUITY FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

ANEXO V AO PROSPECTO

Modelo do Instrumento Particular de Compromisso de Investimento

INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPROMISSO DE INVESTIMENTO

 [Inserir denominação e qualificação do Investidor], (o "Investidor"); e

Kinea I Private Equity Fundo de Investimento em Participações, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.545.324/0001-69 (o "**Fundo**"), representado por seu administrador, Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") para o exercício da atividade de gestão de carteira por meio do Ato Declaratório CVM nº 2.528, de 29 de julho de 1993, com sede em São Paulo - SP, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Itáúsa, CNPJ/MF nº 62.418.140/0001-31 (o "**Administrador**")

Considerando que:

- (i) o Fundo é uma comunhão de recursos constituída sob a forma de condomínio fechado, nos termos de seu regulamento, registrado no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoa Jurídica de São Paulo, Estado de São Paulo, sob nº 3339588 (o "**Regulamento**");
- (ii) a carteira do Fundo é gerida pela Kinea Investimentos Ltda., autorizada pela CVM para o exercício da atividade de gestão de carteira através do Ato Declaratório CVM n.º 9.518, de 19 de setembro de 2007, com sede em São Paulo - SP, na Rua Minas da Prata, 30, CNPJ/MF nº 08.604.187/0001-44 (o "Gestor");
- (iii) o objetivo do Fundo é buscar proporcionar a seus Quotistas a valorização de capital a longo prazo por meio da aplicação em ações debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão das Companhias Investidas;
- (iv) o Fundo poderá emitir até R\$ 260.000.000,00 (duzentos e sessenta milhões de reais) em Quotas a serem subscritas e integralizadas pelo Investidor e outros investidores; e
- (v) o Investidor atende aos requisitos estabelecidos na regulamentação aplicável e no Regulamento para investir no Fundo e compromete-se a realizar tal investimento de acordo com os termos estabelecidos neste Instrumento Particular de Compromisso de Investimento (o "**Compromisso de Investimento**"), conforme previsto no Regulamento do Fundo.

Contratam o que segue.

1. ACEITAÇÃO DOS TERMOS DO REGULAMENTO

1.1. O Investidor declara ter conhecimento de todas as normas que regem o Fundo e de todas as informações necessárias à decisão de efetivar o investimento no Fundo, mediante a assinatura deste Compromisso de Investimento e do Termo de Ciência de Risco e de Adesão ao Regulamento do Fundo.

1.2. Todos os termos, em sua forma singular ou plural, utilizados em maiúsculas neste Compromisso de Investimento, e nele não definidos, têm o significado que lhes são atribuídos no Regulamento do Fundo.

2. OBJETO

2.1. Este Compromisso de Investimento tem por objeto estabelecer as regras aplicáveis à subscrição e integralização, pelo Investidor, das Quotas, bem como dispor sobre as relações entre o Fundo e o Investidor, na qualidade de Quotista do Fundo, que não estejam previstas no Regulamento.

2.2. O Investidor compromete-se, ainda, a celebrar, nesta data, (i) o Termo de Ciência de Risco e de Adesão ao Regulamento pelo qual o Investidor toma ciência e concorda com todos os termos do Regulamento, em especial, sobre a Taxa de Administração, a Taxa de Performance e sobre os riscos associados ao investimento no Fundo; (ii) a procuração, conforme modelo constante do Anexo 1 a este Compromisso de Investimento; e (iii) o Boletim de Subscrição de Quotas do Fundo.

3. OBRIGAÇÃO DE SUBSCRIÇÃO DAS QUOTAS

3.1. O Investidor obriga-se a subscrever, de forma irrevogável e irretratável, R\$ **100** (**100**) em Quotas do Fundo nesta data, sendo que esse montante deverá ser integralizado pelo Investidor na medida em que ocorrerem chamadas para integralização por parte do Administrador, conforme disposto na Cláusula 4 abaixo (o "**Capital Comprometido do Investidor**"), sob pena da aplicação do disposto na Cláusula 7 deste Compromisso de Investimento.

3.3. A subscrição de Quotas pelo Investidor nesta data será formalizada mediante a assinatura do Boletim de Subscrição, de acordo com o modelo constante no Anexo 2 a este Compromisso de Investimento, que adquirirá validade com a autenticação por parte do Administrador.

4. OBRIGAÇÃO DE INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS

4.1. O Investidor assume, em caráter irrevogável e irretratável, a obrigação de integralizar a totalidade das Quotas por ele subscritas, em moeda corrente nacional, em fundos imediatamente disponíveis, nas condições especificadas neste Compromisso de Investimento e no Regulamento, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula 7 deste Compromisso.

4.1.1. Na hipótese de o número de Quotas integralizado pelo Investidor ser fracionário, as partes concordam que será desconsiderada a fração e integralizada a maior quantidade de Quotas possível.

4.2. Na Data de Início do Fundo, o Investidor deverá integralizar o equivalente a 1% (um por cento) do Capital Comprometido do Investidor.

4.3. As demais Quotas deverão ser integralizadas à vista durante o Prazo de Duração do Fundo, na medida em que ocorrerem chamadas para integralização por parte do Administrador, nos termos deste Compromisso de Investimento e do Regulamento.

4.4. A partir da Data de Início do Fundo e à medida que forem ocorrendo as chamadas para integralização do Administrador, o Investidor deverá integralizar os valores equivalente às Quotas de sua titularidade no prazo de até 7 (sete) dias úteis a partir da respectiva chamada do Administrador.

4.5. O Administrador poderá realizar chamadas de capital para integralização de Quotas do Fundo nas seguintes hipóteses:

- (i) em decorrência do surgimento de investimentos a serem realizados pelo Fundo durante o Período de Investimentos;
- (ii) para cobertura das chamadas não atendidas pelos Quotistas inadimplentes;
- (iii) para pagamentos de despesas do Fundo; ou (iv) caso o caixa do Fundo se torne inferior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), por 30 (trinta) dias consecutivos, exceto se o Gestor renunciar a esta chamada de capital por motivo justificado apresentado ao Administrador.

4.6. O preço de integralização de cada Quota será de R\$ 1.000,00 (um mil reais) atualizado, após os primeiros 12 meses, pela variação do IPCA, *pro rata temporis*, desde a data de assinatura deste Compromisso de Investimento até cada data de integralização das Quotas ("Preço de Integralização").

4.7. O Investidor concorda que o saldo não integralizado do Capital Comprometido do Investidor será corrigido pela variação do IPCA, após os primeiros 12 meses, desde a data de assinatura pelo Investidor do Instrumento Particular de Compromisso de Investimento até cada data de integralização das Quotas, calculada *pro rata temporis* (base 252 dias úteis). .

4.8. Caso na data de integralização das quotas a variação acumulada do IPCA do mês em questão não tiver sido divulgada, deverá ser utilizado IPCA projetado para o mês

4.9. O Administrador deverá enviar um requerimento ao Investidor para realização das integralizações, especificando, no respectivo requerimento, a data e o montante para integralização das Quotas, observado o prazo estipulado na cláusula 4.2.

4.10. As importâncias recebidas na integralização das Quotas serão depositadas na conta corrente do Fundo e aplicadas conforme definido no Regulamento, sendo que, no ato da integralização de Quotas, o Investidor receberá comprovante de pagamento autenticado pelo Administrador.

5. DECLARAÇÕES DO INVESTIDOR

5.1. O Investidor declara e garante, nesta data e em cada data em que forem realizadas integralizações das Quotas nos termos deste Compromisso de Investimento, que:

- (i) os representantes legais ou mandatários que assinam este Compromisso de Investimento têm poderes estatutários e/ou estão legitimamente outorgados para assumir, em nome do Investidor, as obrigações estabelecidas neste Compromisso de Investimento;
- (ii) a celebração deste Compromisso de Investimento e a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, de (a) quaisquer contratos, de qualquer natureza, firmados anteriormente à data da assinatura deste Compromisso de Investimento, dos quais o Investidor seja parte ou aos quais esteja vinculado; (b) qualquer norma legal ou regulamentar a que o Investidor ou qualquer dos bens de sua propriedade estejam

sujeitos; e (c) qualquer ordem, decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa, que afete o Investidor ou qualquer dos bens de sua propriedade;

- (iii) conhecer as disposições legais e regulamentares que regem o funcionamento do Fundo;
- (iv) estar ciente dos riscos envolvidos no investimento em Quotas do Fundo; e
- (v) ter recebido cópia do regulamento e do prospecto do Fundo, com os quais concordou mediante a assinatura do Termo de Ciência de Risco e de Adesão ao Regulamento do Fundo.

6. VIGÊNCIA

6.1. O Compromisso de Investimento começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor durante o Prazo de Duração do Fundo.

7. DESCUMPRIMENTO E RESCISÃO DO COMPROMISSO DE INVESTIMENTO

7.1. A ocorrência de qualquer descumprimento, total ou parcial, da obrigação de integralização de Quotas, não sanado no prazo previsto na Cláusula 7.2, resultará nas seguintes consequências ao Investidor inadimplente:

- (i) perda de seus direitos de (a) voto nas Assembléias Gerais de Quotistas; (b) alienação ou transferência das suas Quotas; e (c) recebimento de todos os valores que lhe caberiam por ocasião da liquidação do Fundo, que passarão aos demais Quotistas adimplentes, na proporção de suas Quotas, até o montante do inadimplemento; e
- (ii) direito do Fundo de alienar as Quotas detidas pelo Investidor inadimplente a qualquer terceiro, nos termos do Instrumento Particular de Compromisso de Investimento, a fim de obter recursos para pagamento dos valores devidos ao Fundo, observado o direito de preferência dos demais Quotistas previsto no Regulamento; e
- (iii) substituição do eventual representante indicado, pelo Quotista inadimplente, para o Comitê de Investimento, por outro indicado pela Assembléia Geral de Quotistas.

7.1.1. O inadimplemento, pelo Investidor, de sua obrigação de integralização caracterizará, de pleno direito, e independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora do Investidor, sujeitando-o ao disposto nesta Cláusula.

7.2. As medidas referidas na Cláusula 7.1 serão exercidas pelo Administrador caso o respectivo descumprimento não seja sanado, pelo Investidor inadimplente, no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data indicada na chamada para integralização.

7.3. Qualquer débito em atraso do Investidor inadimplente perante o Fundo será atualizado, a partir da data indicada na chamada para integralização, pela variação do IPCA, acrescido de juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, além de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do débito corrigido, sem prejuízo da obrigação do Quotista inadimplente em ressarcir o Fundo pelos prejuízos

causados ao Fundo inclusive, mas não se limitando, a qualquer ressarcimento devido pelo Fundo a uma das Companhias Investidas em razão do inadimplemento acarretado pelo Investidor inadimplente.

7.4. Para fins do disposto na cláusula 7.1 (ii) conforme poderes outorgados por procuração, o Administrador, (i) tentará vender para outros Quotistas ou novos investidores, em nome do Investidor inadimplente, conforme as regras para negociação de Quotas previstas no Regulamento, tantas Quotas do Investidor inadimplente quantas forem necessárias de forma a sanar o inadimplemento, devendo o preço mínimo unitário de venda ser equivalente ao valor contábil da Quota na data da venda, de acordo com os registros do Fundo; (ii) abrirá e movimentará Conta Vinculada, conforme definido no Anexo 1 a este Compromisso de Investimento, em nome do Investidor inadimplente; e (iii) depositará os recursos obtidos com a venda de tais Quotas na Conta Vinculada e os utilizará para, em nome do Investidor, única e exclusivamente sanar o inadimplemento do Investidor mediante (a) pagamento das penalidades devidas nos termos deste Compromisso de Investimento; e (b) com o valor remanescente, integralizar as Quotas.

7.4.1. Caso o inadimplemento do Investidor seja integralmente sanado nos termos da Cláusula 7.4, eventual saldo de recursos excedentes obtidos pelo Administrador, com a venda das Quotas do Investidor inadimplente, será restituído ao Investidor. Caso os recursos da venda das Quotas do Investidor inadimplente sejam inferiores ao valor devido pelo Investidor, o Investidor continuará obrigado pelo saldo devedor, bem como sujeito às demais penalidades previstas nesta cláusula.

7.5. No caso de o Investidor descumprir suas obrigações assumidas neste Compromisso de Investimento, incluindo, sem limitação, as obrigações de integralização, o Administrador, independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, e adicionalmente às penalidades estabelecidas nesta Cláusula, poderá requerer, com fundamento no Artigo 273, combinado com o Artigo 461 e seus Parágrafos, ambos do Código de Processo Civil, a tutela específica da obrigação inadimplida, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cabíveis, inclusive perdas e danos, ou, a seu juízo, promover execução da obrigação correspondente, inclusive de fazer, se aplicável, com fundamento nos Artigos 612 e seguintes do Código de Processo Civil.

8. TOLERÂNCIA

8.1. A tolerância de uma das partes quanto ao descumprimento de qualquer obrigação pela outra parte não significará renúncia ao direito de exigir o cumprimento da obrigação, nem perdão, nem alteração do que foi aqui contratado.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Todas as obrigações assumidas neste Compromisso de Investimento são irrevogáveis e irretratáveis.

9.2. Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao Compromisso de Investimento somente será válido se feito por instrumento escrito e devidamente assinado pelas partes, após deliberação da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo.

9.3. Quaisquer comunicações ou notificações de uma parte à outra relacionadas com este Compromisso de Investimento serão consideradas como efetivadas se: (i) entregues pessoalmente

contra recibo; (ii) enviadas por carta registrada com aviso de recebimento no endereço constante do preâmbulo deste Compromisso de Investimento; ou (iii) enviadas por correio eletrônico no endereço indicado pelo Quotista no Termo de Ciência de Risco e de Adesão ao Regulamento.

9.4. Este Compromisso de Investimento constitui título executivo extrajudicial, nos termos do Artigo 585, II do Código de Processo Civil, e para os fins do artigo 612 e seguintes do mesmo Código.

10. SOLUÇÃO AMIGÁVEL DE CONFLITOS

10.1. Para a solução amigável de conflitos relacionados a este Regulamento, reclamações ou pedidos de esclarecimentos poderão ser direcionados ao atendimento comercial. Se não for solucionado o conflito, a Ouvidoria Corporativa Itaú poderá ser contatada pelo 0800 570 0011, em dias úteis, das 9 às 18 horas, ou pela Caixa Postal 67.600, CEP 03162-971.

11. ARBITRAGEM

11.1. As partes obrigam-se a submeter à arbitragem toda e qualquer controvérsia baseada em matéria relacionada a este Compromisso de Investimento.

11.2. O tribunal arbitral será constituído por 3 (três) árbitros, devendo a(s) parte(s) requerente(s) (em conjunto) nomear um árbitro de sua confiança e a(s) parte(s) requerida(s) (em conjunto) nomear outro árbitro de sua confiança, sendo o terceiro árbitro, que presidirá os trabalhos, nomeado pelos dois árbitros acima mencionados. O árbitro escolhido pela(s) parte(s) requerente(s) deverá ser nomeado no requerimento de arbitragem; o árbitro escolhido pela(s) parte(s) requerida(s) deverá ser nomeado na comunicação de aceitação da arbitragem e o terceiro árbitro deverá ser nomeado no prazo de 5 (cinco) dias contados da aceitação do árbitro da(s) parte(s) requerida(s).

11.3. O tribunal arbitral terá sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A arbitragem será realizada com observância das regras da Câmara de Arbitragem da ANDIMA vigente à época da solução do litígio e será administrada pela referida Câmara de Arbitragem.

11.4. A arbitragem será desenvolvida na língua portuguesa e de acordo com a legislação brasileira.

11.5. Salvo quando de outra forma disposto na decisão arbitral, as partes requerente(s) e requerida(s) pagarão os honorários, custas e despesas do respectivo árbitro que tiver(em) indicado, rateando-se entre as parte(s) requerida(s), de um lado, e partes requerente(s), de outro lado, os honorários, custas e despesas do terceiro árbitro na proporção de 50% (cinquenta por cento). Caso haja mais de uma parte num dos pólos do procedimento arbitral, os honorários, custas e despesas alocados a referido pólo serão rateados de forma igual entre as mesmas.

11.6. Qualquer ordem, decisão ou determinação arbitral será definitiva e vinculativa, constituindo título executivo judicial vinculante, obrigando as partes a cumprir o determinado na decisão arbitral, independentemente de execução judicial.

11.7. Em face da presente cláusula compromissória, toda e qualquer medida cautelar deverá ser requerida ao tribunal arbitral e cumprida por solicitação do referido tribunal arbitral ao juiz estatal competente, no foro eleito conforme cláusula 10.8.

11.8. Caso qualquer controvérsia baseada em matéria decorrente de ou relacionada a este Compromisso de Investimento não possa, por força de lei ser dirimida pela via arbitral, nos termos

deste Artigo, fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo a parte requerente optar pelo foro de seu domicílio.

11.9. PARA OS FINS DO DISPOSTO NO PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 4º DA LEI Nº 9.307/96, O INVESTIDOR DECLARA SUA EXPRESSA CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA COM A INSTITUIÇÃO DA ARBITRAGEM, CONFORME AQUI ESTIPULADO, COMO MEIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.

Ciente e de acordo com a cláusula de arbitragem:

INVESTIDOR

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Este instrumento é assinado em 2 (duas) vias.

São Paulo, [] de [] de [].

[Investidor]

1. _____
Por:
Cargo:

2. _____
Por:
Cargo:

Kinea I Private Equity Fundo de Investimento em Participações

1. _____
Por:
Cargo:

2. _____
Por:
Cargo:



TESTEMUNHAS:

Nome:
RG:
CPF:

Nome:
RG:
CPF:

ANEXO 1 AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPROMISSO DE INVESTIMENTO

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular,  [inserir denominação e qualificação do investidor] (o "Outorgante"), irrevogavelmente **NOMEIA** e **CONSTITUI** a INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.418.140/0001-31 (o "Outorgado"), na qualidade de instituição administradora do Kinea I Private Equity Fundo de Investimento em Participações (o "Fundo"), seu bastante procurador com poderes específicos, irrevogáveis e irretratáveis, nos termos do artigo 684 do Código Civil Brasileiro, especificamente com relação às cláusulas 7.1 (ii) e 7.4 do Instrumento Particular de Compromisso de Investimento datado de , celebrado entre o Outorgante e o Fundo, representado pelo Outorgado (o "Compromisso"), para praticar e executar em seu nome todo e qualquer ato que venha a ser necessário, especialmente para:

- a) dispor, cobrar, receber, realizar, executar, vender ou ceder, total ou parcialmente, a qualquer terceiro, as Quotas do Fundo subscritas pelo Outorgante nos termos do Compromisso, devendo a venda ocorrer (i) independentemente de qualquer aviso ou qualquer medida ou ordem judicial ou extrajudicial; e (ii) pelo preço mínimo unitário equivalente ao seu valor contábil na data da venda, conforme registrado pelo Fundo, em termos e condições que o Outorgado considerar apropriados;
- b) receber o produto da alienação prevista no item (a), dar quitação e recibo bem como assinar qualquer documento que possa ser necessário referido procedimento, devendo o Outorgado utilizar os recursos única e exclusivamente para (i) pagar as penalidades devidas nos termos do Compromisso; e (ii) com o valor remanescente, integralizar as Quotas em nome do Outorgante, devendo o Outorgado depositar os recursos da alienação na Conta Vinculada, conforme definição abaixo;
- c) transferir eventual saldo de recursos, oriundos da alienação das Quotas após sanado o inadimplemento, nos termos do item (b) acima, da Conta Vinculada, conforme definição abaixo, para a conta corrente do Outorgante, indicada no Boletim de Subscrição;
- d) em geral, praticar todos os demais atos e procedimentos necessários relativamente aos itens (a) a (c) acima, inclusive abrir e movimentar conta bancária em nome do Outorgado, para receber recursos oriundos da venda de Quotas objeto da referida alienação (a "Conta Vinculada").

O Outorgado poderá substabelecer, no todo ou em parte, com ou sem reserva de iguais, os poderes ora conferidos.

Os poderes aqui conferidos são adicionais àqueles outorgados pela Outorgante ao Outorgado no Compromisso e não revogam qualquer um desses poderes.

Esta procuração é outorgada como uma condição de participação do Outorgante no Fundo e como meio de cumprir as obrigações estabelecidas no Compromisso e será irrevogável, nos termos do artigo 684 do Código Civil. Na ocorrência de qualquer descumprimento, total ou parcial, por parte do

Outorgante, este instrumento entrará automaticamente em vigor no 15º (décimo quinto) dia após a data de integralização indicada pelo Outorgante na respectiva chamada e continuará em pleno vigor até o integral cumprimento de todas as obrigações do Outorgante decorrentes do Compromisso.

São Paulo, [●] de [●] de [●]

OUTORGANTE:

[●]

1. _____

Por:

Cargo:

2. _____

Por:

Cargo:

**ANEXO 2 AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPROMISSO
DE INVESTIMENTO**

[Boletim de Subscrição]

ANEXO VI AO PROSPECTO

Modelo do Termo de Ciência de Risco e de Adesão ao Regulamento

**TERMO DE CIÊNCIA DE RISCO E DE ADESÃO AO REGULAMENTO DO
KINEA I PRIVATE EQUITY FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
CNPJ/MF Nº 10.545.324/0001-69**

Nome do Quotista:		CPF ou CNPJ/MF:	
Endereço (nº, complemento):	Cidade:	Estado:	
Agência nº:	Conta nº:	Valor do Capital Comprometido (R\$):	Data:
E-mail:		Telefone / Fax:	

Na qualidade de subscritor, acima qualificado, de Quotas de emissão do KINEA I PRIVATE EQUITY Fundo de Investimento em Participações, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.545.324/0001-69 (o "Fundo"), administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.418.140/0001-31 (o "Administrador"), e gerido pela Kinea Investimentos Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, 30, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.604.187/0001-44 (o "Gestor"), declaro:

1. Quanto ao Regulamento e Prospecto

Recebi o Regulamento e o Prospecto do Fundo, e li e entendi integralmente o seu conteúdo, sendo que concordo e manifesto minha adesão, irrevogável e irratável, sem quaisquer restrições ou ressalvas, a todos os seus termos, cláusulas e condições, sobre os quais não tenho nenhuma dúvida.

Tenho ciência da política de investimento e dos riscos dela decorrentes, dos critérios de avaliação dos ativos, da composição e diversificação da carteira de investimentos do Fundo, da Taxa de Administração e da Taxa de Performance devida ao Administrador, da atuação do Comitê de Investimento, das condições para realização dos investimentos, dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, da solução de litígios por meio de arbitragem, conforme descritos no Regulamento e no Prospecto, com os quais concordo. Declaro, ainda, que todos esses termos e condições estão de acordo com a minha situação financeira, o meu perfil de risco e a minha estratégia de investimento.

Tenho ciência de que todos os termos e expressões, em sua forma singular ou plural,

utilizados neste Termo de Adesão e nele não definidos têm o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento do Fundo.

2. Quanto ao Objetivo do Fundo

Tenho ciência de que o objetivo do Fundo é buscar proporcionar a seus Quotistas a valorização de capital a longo prazo por meio do investimento em ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão das Companhias Investidas.

Tenho ciência de que o objetivo do Fundo, bem como os procedimentos de pagamento de amortizações e outros rendimentos estabelecidos no Regulamento não constituem, sob qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte do Administrador, do Gestor ou do Custodiante do Fundo, consistindo apenas em um objetivo a ser perseguido pelo Administrador.

3. Quanto à elegibilidade de investidor qualificado

Declaro que sou Investidor Qualificado, nos termos da regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e comprometo-me a comunicar ao Administrador, imediatamente, qualquer alteração na minha condição de Investidor Qualificado, durante o Prazo de Duração do Fundo.

4. Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo

Tenho ciência de que os principais riscos associados ao investimento no Fundo estão descritos abaixo, não havendo garantias (i) de que o Capital Integralizado será remunerado conforme esperado, existindo a possibilidade de o Fundo apresentar perda do capital investido e a necessidade da realização de aportes adicionais de

Rubrica do Investidor: _____

recursos no Fundo superiores ao valor do capital por mim comprometido; e (ii) do Administrador, do Gestor ou do Custodiante do Fundo, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

Riscos:

a) Não há garantias de que os investimentos pretendidos pelo Fundo estejam disponíveis no momento e em quantidade convenientes ou desejáveis à satisfação de sua política de investimentos, o que pode resultar em investimentos menores ou mesmo na não realização desses investimentos.

b) O Capital Comprometido do Fundo será integralizado à vista na medida em que ocorrerem chamadas para integralização de Quotas, nos termos deste Regulamento e de cada Instrumento Particular de Compromisso de Investimento. Todavia, não há garantias de que (i) eventuais inadimplementos dos Quotistas serão compensados por meio da aplicação das penalidades contratuais ou legais disponíveis; (ii) os investimentos propostos pelo Fundo serão realizados; e (iii) todos os Quotistas adimplirão com suas obrigações de integralizar Quotas nos termos de seus respectivos Instrumentos Particulares de Compromisso de Investimento. Se ocorrer o inadimplemento dos Quotistas, os investimentos nas Companhias Investidas poderão ser prejudicados afetando negativamente a carteira do Fundo.

c) A não realização de investimentos em Companhias Alvo ou a realização desses investimentos em valor inferior ao pretendido pelo Fundo, considerando os custos do Fundo, dentre os quais a Taxa de Administração, poderá afetar negativamente os resultados da carteira e o valor da Quota.

d) O Fundo compete por oportunidades de investimento contra outros investidores, tais como investidores institucionais, fundos de investimentos em participações, grupos industriais e instituições financeiras, entre outros. A competição por oportunidades de investimento pode afetar negativamente os termos e condições dos investimentos negociados pelo fundo. Além disso, tal competição pode impedir que o Fundo encontre um número suficiente de oportunidades de

investimento condizentes com os objetivos do Fundo.

e) As Companhias Investidas podem necessitar de recursos adicionais, por meio de aporte de capital, emissão de dívida, ou ambos, com intuito de atingirem seus objetivos e maturação do investimento. Se o Fundo não tiver capital disponível para participar das adições de capital subsequentes, esta indisponibilidade pode ter impacto negativo tanto na Companhia Investida como no investimento do Fundo. Embora o Fundo procure manter liquidez suficiente para permitir que participe em eventuais integralizações de capitais subsequentes, o Fundo pode não ser capaz de providenciar toda a integralização requerida e a integralização por terceiros pode ser necessária. Não há garantia de que tais recursos de terceiros estarão disponíveis ou serão oferecidos em condições adequadas para a Companhia Investida, o que pode afetar o desempenho do Fundo.

f) Os ativos componentes da carteira do Fundo poderão ter liquidez significativamente baixa em comparação a outras modalidades de investimento. Os investimentos no Fundo serão feitos, preponderantemente, em ativos não negociados publicamente no mercado. Caso (a) o Fundo precise vender tais ativos, ou (b) o Quotista receba tais ativos como pagamento de resgate ou amortização de suas Quotas, (i) poderá não haver mercado comprador de tais ativos, (ii) a definição do preço de tais ativos nos termos deste Regulamento poderá não se realizar em prazo compatível com a expectativa do Quotista, ou (iii) o preço efetivo de alienação de tais ativos poderá resultar em perda para o Fundo ou, conforme o caso, para o Quotista. Não há, portanto, qualquer garantia ou certeza de que será possível ao Fundo e ao Quotista, conforme o caso, liquidar posições ou realizar a venda de quaisquer desses ativos.

g) O Fundo é um condomínio fechado e, por conseguinte, não há garantia de que o Quotista consiga alienar suas Quotas pelo preço e no momento desejados, uma vez que não é admitido o resgate antecipado das Quotas.

h) Os investimentos do Fundo são considerados de longo prazo e o retorno do investimento pode não ser condizente com o esperado pelo Quotista.

i) A carteira do Fundo poderá estar concentrada em títulos ou valores mobiliários de emissão de poucas

Rubrica do Investidor: _____

Companhias Investidas e com baixa liquidez, o que poderá dificultar a venda desses ativos que integram a carteira do Fundo.

j) Embora o Fundo tenha sempre participação no processo decisório das respectivas Companhias Investidas, não há garantias de (i) bom desempenho de quaisquer das Companhias Investidas, (ii) solvência das Companhias Investidas e (iii) continuidade das atividades das Companhias Investidas. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados da carteira do Fundo e o valor das Quotas.

l) Não obstante a diligência e o cuidado do Gestor e do Administrador, os pagamentos relativos aos títulos ou valores mobiliários de emissão das Companhias Investidas, como dividendos, juros e outras formas de remuneração e bonificação podem vir a se frustrar em razão da insolvência, falência, mau desempenho operacional da respectiva Companhia Investida, ou, ainda, em decorrência de outros fatores. Em tais ocorrências, o Fundo e os seus Quotistas poderão experimentar perdas, não havendo qualquer garantia ou certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos.

m) O Fundo participará do processo decisório das Companhias Investidas. Desta forma, caso determinada Companhia Investida tenha sua falência decretada ou caso haja a desconsideração da personalidade jurídica da Companhia Investida, a responsabilidade pelo pagamento de determinados passivos da Companhia Investida poderá ser atribuída ao Fundo, impactando o valor das Quotas, o que poderá resultar em Patrimônio Líquido negativo e a necessidade de os Quotistas realizarem aportes adicionais de recursos no Fundo.

n) Os investimentos nas Companhias Investidas envolvem riscos relativos ao segmento econômico em que cada uma das Companhias Investidas atua. Não há garantia quanto ao desempenho desse setor e nem certeza de que o desempenho de cada uma das Companhias Investidas acompanhe pari passu o desempenho médio do setor. Adicionalmente, ainda que o desempenho das Companhias Investidas acompanhe o desempenho das demais empresas do seu setor de atuação, não há garantia de que o Fundo e os seus Quotistas não experimentarão perdas.

o) Em função de diversos fatores relacionados ao funcionamento de órgãos públicos de que pode vir a depender o Fundo no desempenho de suas operações, não há garantias de que o Fundo conseguirá exercer todos os seus direitos de sócio ou investidor das Companhias Investidas, ou como adquirente ou alienante de ações ou outros valores mobiliários de emissão de tais Companhias Investidas, nem de que, caso o Fundo consiga exercer tais direitos, os efeitos obtidos serão condizentes com os seus direitos originais ou obtidos no tempo esperado. Tais fatores poderão impactar negativamente a carteira do Fundo.

p) Os investimentos do Fundo poderão ser feitos em companhias fechadas, as quais, embora tenham de adotar as práticas de governança indicadas neste Regulamento, não estão obrigadas a observar as mesmas regras que as companhias abertas relativamente à divulgação de suas informações ao mercado e a seus acionistas, o que pode representar dificuldade para o Fundo quanto (i) ao acompanhamento das atividades e resultados da Companhia Investida e (ii) a correta decisão sobre a liquidação do investimento, o que pode afetar o valor da carteira do Fundo e das Quotas.

q) O Fundo pode ter participações minoritárias em Companhias Investidas o que poderá limitar sua capacidade de proteger seus interesses em tais Companhias Investidas. No entanto, para a realização de aporte de capital em uma determinada Companhia Alvo, serão negociadas condições que assegurem ao Fundo direitos para proteger seus interesses em face da Companhia Investida e dos demais acionistas. Não há garantia que todos os direitos pleiteados sejam concedidos ao Fundo, o que pode afetar o valor da carteira do Fundo e das suas Quotas.

r) Em conexão com o processo de desinvestimento de uma Companhia Investida, o Fundo pode ser solicitado a oferecer informações sobre o negócio e situação financeira de uma Companhia Investida típicas em situações de venda de empresa. O Fundo pode desconhecer ativos insubsistentes e passivos supervenientes que poderão gerar obrigação de indenização pelo Fundo aos adquirentes da Companhia Investida.

s) A carteira do Fundo poderá ser composta por valores mobiliários de poucas Companhias Investidas, sendo que, além das limitações de investimento dispostas no Regulamento, não

existirão quaisquer outros critérios de concentração ou diversificação para os valores mobiliários que poderão compor a carteira do Fundo, o que implicará concentração dos investimentos do Fundo em valores mobiliários de poucos emissores. Essa concentração poderá, eventualmente, acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas do Fundo, tendo em vista, principalmente, que nesse caso os resultados do Fundo dependerão dos resultados atingidos por essas poucas Companhias Investidas.

t) Os ativos financeiros e outros títulos e valores mobiliários que compõem a carteira do Fundo podem estar sujeitos a oscilações de preços em função da reação dos mercados a eventos econômicos e políticos, tanto no Brasil como no exterior, e a eventos específicos a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços desses ativos financeiros, títulos e valores mobiliários poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, o que pode gerar mudanças nos padrões de comportamento de preços sem que haja mudanças significativas no contexto econômico ou político nacional e internacional.

u) O apreçamento dos títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo será realizado de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e demais operações estabelecidos neste Regulamento e na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações no valor dos ativos do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor de suas Quotas.

v) Os ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo podem estar sujeitos à capacidade de seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais ativos. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos ativos financeiros ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos ativos financeiros.

x) O Fundo poderá incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de

corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de ativos em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

z) O Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembleia Geral de Quotistas poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo. Nessas situações, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, Gestor e nem pelo Custodiante nenhuma multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

zi) O Fundo, ao operar com derivativos, nos termos deste Regulamento, está sujeito ao risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do Fundo, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos Quotistas. Não é possível assegurar que a utilização de derivativos exclusivamente para proteção patrimonial, evitará perdas para o Fundo.

zii) O Fundo está sujeito aos efeitos da política econômica praticada pelo governo brasileiro e demais variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica, financeira ou regulatória que influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro. Medidas do governo brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária envolveram, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, mudanças legislativas, entre outras. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente

poderão impactar os negócios do Fundo. Além disso, o governo federal brasileiro, o BACEN e demais órgãos competentes poderão realizar alterações na regulamentação dos setores de atuação das Companhias Investidas ou nos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo ou, ainda, outros relacionados ao próprio Fundo, o que poderá afetar a rentabilidade do Fundo.

ziii) O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do Administrador e Gestor, tais como moratória, mudança nas regras aplicáveis aos seus ativos, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo, alteração na política monetária, os quais, caso materializados, poderão causar impacto negativo sobre os ativos do Fundo e o valor de suas Quotas.

ziv) A DESPEITO DE OS QUOTISTAS ESTAREM OBRIGADOS A REALIZAR APORTES DE RECURSOS NO FUNDO ATÉ O VALOR PREVISTO NOS RESPECTIVOS INSTRUMENTOS PARTICULARES DE COMPROMISSO DE INVESTIMENTO, EVENTUAIS PERDAS PATRIMONIAIS DO FUNDO NÃO ESTÃO LIMITADAS NEM AO VALOR DO CAPITAL SUBSCRITO NEM AO VALOR DO CAPITAL COMPROMETIDO, DE FORMA QUE OS QUOTISTAS PODEM SER CHAMADOS A APORTAR RECURSOS ADICIONAIS NO FUNDO.

5. Quanto à contratação do Gestor

Tenho ciência e concordo com a contratação do Gestor pelo Administrador e com todas as responsabilidades atribuídas ao Gestor.

6. Quanto à responsabilidade do Administrador e do Gestor

Tenho ciência de que o Administrador e o Gestor, em hipótese alguma, excetuados prejuízos resultantes, comprovadamente, de seus atos dolosos ou culposos, serão responsáveis por qualquer depreciação dos ativos do Fundo, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de Quotas.

7. Quanto às condições para integralização

Tenho ciência de que terei que integralizar as Quotas do Fundo na medida em que ocorrerem chamadas para integralização por parte do

Administrador, durante o Prazo de Duração do Fundo e de acordo com os termos e condições do Instrumento Particular de Compromisso de Investimento, celebrado nesta data com o Administrador.

Os recursos que serão utilizados na integralização das minhas Quotas não serão oriundos de quaisquer práticas que possam ser consideradas como crimes previstos na legislação relativa à política de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, ou em qualquer outra.

8. Quanto ao descumprimento do Compromisso de Investimento e à Procuração outorgada ao Administrador

Tenho ciência de que os Quotistas que não cumprirem com suas obrigações de integralizar Quotas, conforme as chamadas do Administrador, nos termos dos respectivos Instrumentos Particulares de Compromisso de Investimento, e caso tal inadimplemento permaneça por 15 (quinze) dias após a chamada para integralização, ficarão sujeitos à: (i) perda de seus direitos políticos, incluindo a substituição de eventual representante indicado pelo Quotista inadimplente para o Comitê de Investimento; (ii) perda de seus direitos de negociar suas Quotas; (iii) perda do direito de receber os valores devidos por ocasião da liquidação do Fundo; e (iv) à venda, pelo Administrador, conforme procuração outorgada, de Quotas já detidas pelo Quotista inadimplente e à utilização dos recursos dessa venda para pagar eventuais penalidades devidas e integralizar as Quotas pendentes de integralização e objeto de chamada para integralização, tudo nos termos do Compromisso de Investimento e do Regulamento.

9. Quanto à Taxa de Administração e à Taxa de Performance

Tenho ciência de que os Quotistas pagarão ao Administrador, a título de taxa de administração pelo exercício de suas atribuições definidas no Regulamento, remuneração mensal a partir da Data de Início do Fundo, que corresponderá a 2% (dois por cento) ao ano sobre o valor do Capital Comprometido do Fundo.

A taxa de administração deverá ser paga até o 5º dia útil de cada mês mediante a divisão da taxa anual por 252 dias.

Rubrica do Investidor: _____

Tenho ciência que o Administrador receberá Taxa de Performance que será calculada conforme abaixo.

Ressalvado o disposto no Artigo 38 Parágrafo 2º do regulamento e os recursos do Fundo necessários para o pagamento dos encargos do Fundo conforme disposto no Artigo 44 do regulamento, todos os recursos obtidos pelo Fundo em decorrência da alienação, total ou parcial, de seus investimentos, assim como quaisquer outros rendimentos recebidos pelo Fundo em decorrência de seus investimentos nas Companhias Investidas, serão destinados à amortização de Quotas e ao pagamento de Taxa de Performance ao Administrador ("Taxa de Performance"), da seguinte forma:

(a) Primeiro, cada Quotista receberá o montante correspondente ao valor total do custo de aquisição das Quotas integralizadas corrigido pelo IPCA, calculado a partir da data da respectiva integralização até a data de distribuição de recursos recebidos em decorrência da alienação de investimentos.

(b) Segundo, cada Quotista receberá o Retorno Preferencial;

(c) Terceiro, 50% (cinquenta por cento) para os Quotistas na proporção de sua participação do Fundo e 50% (cinquenta por cento) para o Administrador até o limite de 20% do valor total recebido pelos Quotistas nos termos do item (b) e deste item (c); e

(d) Quarto, 80% (oitenta por cento) do valor remanescente para os Quotistas na proporção de suas respectivas participações no Fundo e 20% (vinte por cento) para o Administrador, observado o disposto no parágrafo 1º deste Artigo.

Os recursos que o Administrador tiver direito a receber, conforme disposto nos itens (c) e (d) deste Artigo, decorrentes de amortizações de Quotas ocorridas antes da integralização total do Capital Comprometido do Fundo, serão provisionados. O Fundo distribuirá até 50% (cinquenta por cento) das

provisões conforme as disposições do Regulamento, mediante autorização dos membros titulares do Comitê de Investimentos nomeados pelos Quotistas conforme disposto no Artigo 21.

Os investidores que subscreverem Quotas após o primeiro período de integralização estarão sujeitos ao pagamento de Taxa de Ingresso, de forma que o valor econômico das Quotas subscritas pelo novo Quotista seja equivalente ao valor econômico das Quotas já anteriormente integralizadas por outros Quotistas. A Taxa de Ingresso é representada pela integralização de Quotas no valor da (a) Quota do Dia, ou (b) Quota Corrigida pelo Parâmetro de Referência, o que for maior. A Taxa de Ingresso será sempre devida ao Fundo, portanto beneficiará a todos os Quotistas.

Não será cobrada taxa de saída dos Quotistas.

O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração ou da Taxa de Performance sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados pelo Fundo, dentre outros o Gestor, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração e da Taxa de Performance, conforme o caso.

10. Quanto à solução de litígios – arbitragem

Tenho ciência de que estou obrigado a submeter à arbitragem toda e qualquer controvérsia baseada em matéria decorrente de ou relacionada a este Termo, ao Regulamento, ao Compromisso de Investimento e a qualquer outro documento relacionado à minha participação como Quotista do Fundo.

O tribunal arbitral será constituído por 3 (três) árbitros, devendo a(s) parte(s) requerente(s) (em conjunto) nomear um árbitro de sua confiança e a(s) parte(s) requerida(s) (em conjunto) nomear outro árbitro de sua confiança, sendo o terceiro árbitro, que presidirá os trabalhos, nomeado pelos dois árbitros acima mencionados. O árbitro escolhido pela(s) parte(s) requerente(s) deverá ser nomeado no requerimento de arbitragem; o árbitro escolhido pela(s) parte(s) requerida(s) deverá ser nomeado na comunicação de aceitação da arbitragem e o terceiro árbitro deverá ser nomeado no prazo de 5

Rubrica do Investidor: _____

(cinco) dias contados da aceitação do árbitro da(s) parte(s) requerida(s).

O tribunal arbitral terá sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A arbitragem será realizada com observância das regras da Câmara de Arbitragem da ANDIMA vigente à época da solução do litígio e será administrada pela referida Câmara de Arbitragem.

A arbitragem será desenvolvida na língua portuguesa e de acordo com a legislação brasileira.

Salvo quando de outra forma disposto na decisão arbitral, as partes requerente(s) e requerida(s) pagarão os honorários, custas e despesas do respectivo árbitro que tiver(em) indicado, rateando-se entre as parte(s) requerida(s), de um lado, e partes requerente(s), de outro lado, os honorários, custas e despesas do terceiro árbitro na proporção de 50% (cinquenta por cento). Caso haja mais de uma parte num dos pólos do procedimento arbitral, os honorários, custas e despesas alocados a referido pólo serão rateados de forma igual entre as mesmas.

Qualquer ordem, decisão ou determinação arbitral será definitiva e vinculativa, constituindo título executivo judicial vinculante, obrigando as partes a cumprir o determinado na decisão arbitral, independentemente de execução judicial.

Em face da presente cláusula compromissória, toda e qualquer medida cautelar deverá ser requerida ao tribunal arbitral e cumprida por solicitação do referido tribunal arbitral ao juiz estatal competente, no foro eleito conforme a seguir indicado.

Caso qualquer controvérsia baseada em matéria decorrente de ou relacionada a este Compromisso de Investimento não possa, por força de lei ser dirimida pela via arbitral, nos termos deste Artigo, fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo a parte requerente optar pelo foro de seu domicílio.

PARA OS FINS DO DISPOSTO NO PARÁGRAFO 2º, DO ARTIGO 4º, DA LEI Nº 9.307/96, O INVESTIDOR DECLARA SUA EXPRESSA CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA COM A INSTITUIÇÃO DA ARBITRAGEM, CONFORME AQUI ESTIPULADO, COMO MEIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.

Rubrica do Investidor: _____

Ciente e de acordo com a arbitragem:
INVESTIDOR

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

11. Quanto à Solução Amigável de Conflitos

Tenho ciência de que para a solução amigável de conflitos relacionados ao Fundo, reclamações ou pedidos de esclarecimentos poderão ser direcionados ao atendimento comercial. Se não for solucionado o conflito, a Ouvidoria Corporativa Itaú poderá ser contatada pelo 0800 570 0011, em dias úteis, das 9 às 18 horas, ou pela Caixa Postal 67.600, CEP 03162-971.

12. Quanto à divulgação das informações

Autorizo o Administrador a encaminhar as comunicações relativas ao Fundo para o e-mail informado no quadro acima indicado.

13. Quanto à confidencialidade

Tenho ciência do dever de confidencialidade relativamente às informações a mim eventualmente prestadas pelo Fundo no tocante (i) aos estudos e análises de investimento elaborados pelo Gestor, que fundamentem as decisões tomadas pelos Quotistas, incluindo os registros com as justificativas das recomendações e respectivas decisões; e (ii) às atualizações periódicas dos estudos e análises elaborados pelo Gestor, que permitem o acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento.

ASSINATURA DO QUOTISTA